PARANAPANEMA

Proposta da Administração e Manual para Participação dos Acionistas

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 07/04/2021

("AGOE")

04 DE MARÇO DE 2021

PARANAPANEMA

ÍNDICE

1. Informações sobre a AGOE 3

2. Informações sobre as matérias que compõem a Ordem do Dia da AGOE 3

2.1. Da Assembleia Geral Ordinária ("AGO")

2.1.1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. 3

2.1.2. Definir o número de membros a compor o Conselho Fiscal da Companhia e eleição de seus membros 4

2.1.3. Fixar a remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2021 4

2.2. Da Assembleia Geral Extraordinária ("AGE")

2.2.1. Deliberar sobre a ratificação da nomeação dos membros do Conselho de Administração nomeados pelo Conselho de Administração da Companhia, em atenção ao disposto no Artigo 12, §10° do Estatuto Social da Companhia..... 5

2.2.2. Deliberar sobre a proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia para refletir os aumentos de capital social aprovados pelo Conselho de Administração em 27/06/2019, 29/08/2019 e 04/09/2019, bem como sua consolidação..... 6

3. Orientações Gerais..... 7

4. Representação por procuração..... 10

Anexo I – Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia com as informações do item 10 do Formulário de Referência da Companhia 11

Anexo II – Informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência da Companhia, relativas aos candidatos indicados para compor o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Companhia..... 64

Anexo III – Informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência, relativas à proposta de remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva Estatutária e Conselho Fiscal da Companhia 68

Anexo IV – Estatuto Social consolidado da Companhia..... 91

Anexo V – Pareceres do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria 100

Anexo VI – Modelo de Procuração..... 102

1. INFORMAÇÕES SOBRE A AGOE

DATA: 07 de abril de 2021
HORA: 13:00 horas
LOCAL: Plataforma digital Zoom (Assembleia 100% Digital)

2. INFORMAÇÕES SOBRE AS MATÉRIAS QUE COMPÕEM A ORDEM DO DIA DA AGO

2.1. DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA ("AGO")

2.1.1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Nos termos do artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades Anônimas"), e do artigo 9º da Instrução CVM nº 481, 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 481/2009"), a Companhia disponibilizou, na presente data, em seu website (https://ri.paranapanema.com.br) e no website da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br), os seguintes documentos:

(i) Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020;
(ii) Cópia das Demonstrações Financeiras, com as notas explicativas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes;
(iii) Formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP;
(iv) Parecer dos Auditores Independentes;
(v) Parecer do Conselho Fiscal;
(vi) Comentário dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, com as informações do item 10 do Formulário de Referência da Companhia.
(vii) Parecer do Comitê de Auditoria;
(viii) Boletins de Voto à Distância.

As Demonstrações Financeiras do exercício de 2020, nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades Anônimas, serão publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado da Bahia (DOEBA) e Folha de São Paulo – Edição Nacional em 05 de março de 2021.

As Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2020 foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes previamente ao parecer favorável do Comitê de Auditoria (Anexo V), de 01 de março de 2021, à aprovação do Conselho de Administração, de 04 de março de 2021 e à emissão do parecer do Conselho Fiscal, de 04 de março de 2021 (Anexo V), tendo sido, portanto, consideradas em condições de serem submetidas à deliberação dos acionistas da Companhia.

Ante a apuração de prejuízo no exercício de 2020, a Companhia está dispensada da apresentação do Anexo 9-1-II, que trata da destinação de lucro líquido, nos termos do parágrafo único, inciso II, do Artigo 9º, da ICVM 481/2009, conforme orientação dada no Ofício-Circular/CVM/SEP nº. 01/2021.

Assim, todas as informações e documentos necessários à deliberação do primeiro tópico da pauta da AGO foram devidamente disponibilizados aos acionistas da Companhia, em conformidade com a legislação em vigor.

Os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, encontram-se no Anexo I deste Manual.

2.1.2. Definir o número de membros a compor o Conselho Fiscal da Companhia e eleição de seus membros.

O Conselho Fiscal é órgão de funcionamento permanente da Companhia, tendo suas regras previstas no Capítulo IV de seu Estatuto Social.

Referido órgão deve ser composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, todos com mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

O acionista que desejar indicar candidato para o Conselho Fiscal poderá notificar a Companhia por escrito informando o nome, qualificação e currículo profissional completo do candidato, observadas as regras e condições de eleição, cumprindo os dispositivos da ICVM nº. 481/2009.

Para inclusão de candidatos ao Conselho Fiscal no Boletim de Voto à Distância, os acionistas deverão notificar a Companhia por escrito informando o nome, qualificação e currículo profissional completo do candidato, até o dia 13/03/2021[1], bem como ser detentor de ações que representem, no mínimo 1,0% (um por cento) do capital social da Companhia, nos termos da ICVM nº. 481/2009.

O acionista ou o grupo de acionistas poderá também indicar candidatos ao Conselho Fiscal e respectivos suplentes na AGO, pessoalmente ou por meio de procurador, munido do nome, qualificação e currículo profissional completo do candidato, observadas as mesmas regras e condições de eleição, cumprindo, inclusive, os dispositivos da ICVM nº. 481/2009.

Até a presente data, a Companhia recebeu a indicação dos seguintes candidatos para compor o Conselho Fiscal:

	Candidato Titular	Candidato Suplente
1	Marcelo Adilson Tavarone Torresi	Marcos Reinaldo Severino Peters

As informações a respeito de cada um dos candidatos indicados, conforme estabelecido pelo artigo 10 da ICVM nº. 481/2009, encontram-se no Anexo II deste Manual.

2.1.3. Fixar a remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2021.

Conforme previsto no artigo 152 da Lei das Sociedades Anônimas, a fixação da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva Estatutária ("Administradores"), e do Conselho Fiscal, é de competência da Assembleia Geral.

O artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, em seu parágrafo primeiro, determina que esta definição deve ser feita na forma global, incluindo benefícios de qualquer natureza e verba de representação, cabendo ao Conselho de Administração distribuir a remuneração dentre os Administradores da Companhia, tendo em conta as suas responsabilidades, o tempo dedicado às funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

[1] 25 dias antes da AGO (art. 21-L, §1º, da ICVM nº. 481/2009)

Adicionalmente, os Administradores e os membros do Conselho Fiscal serão reembolsados por despesas incorridas em viagens e deslocamentos para as reuniões mensais de referidos órgãos, sendo certo que referidas despesas reembolsáveis terão o mesmo tratamento, limites e critérios observados pelos colaboradores da Companhia, conforme política vigente.

A proposta de remuneração global dos Administradores para o exercício de 2021 (Janeiro/2021 a Dezembro/2021) totaliza R$ 8.995.657,00 (oito milhões, novecentos e noventa e cinco mil e seiscentos e cinquenta e sete reais) e a proposta de remuneração do Conselho Fiscal para o exercício de 2021 (Janeiro/2021 a Dezembro/2021) totaliza R$ 488.016,00 (quatrocentos e oitenta e oito mil e dezesseis reais)[2].

Para o exercício de 2020, referidos valores totalizavam, para os Administradores, o montante de R$12.709.249,00 (doze milhões, setecentos e nove mil, duzentos e quarenta e nove reais), e para o Conselho Fiscal o montante de R$580.219,00 (quinhentos e oitenta mil, duzentos e dezenove reais), sendo certo que, destes montantes, foi reconhecida a provisão no resultado do exercício de 2020 de R$7.999.842,00 (sete milhões, novecentos e noventa e nove mil e oitocentos e quarenta e dois reais) para os Administradores e R$483.862,00 (quatrocentos e oitenta e três mil, oitocentos e sessenta e dois reais) para o Conselho Fiscal. As principais variações em relação à proposta de 2020 e o realizado para o mesmo período foram: (i) a não aplicação do reajuste previsto em 2020 para nenhum membro eleito (Administradores e Conselho Fiscal), em razão da pandemia do novo coronavírus e adoção de política de redução de custos e despesas; (ii) para o Conselho de Administração, a quantidade de membros aprovada em Assembleia Geral Ordinária foi inferior ao orçado para 2020; (iii) para a Diretoria Executiva Estatutária, o atingimento das metas da remuneração variável de 2020 ficou abaixo do *target*; e (iv) para o Conselho Fiscal, houve a vacância de cargo do Conselho Fiscal em decorrência de renúncia apresentada em 24/06/2020 e eleição de novo membro em Assembleia Geral Extraordinária de 29/07/2020.

As informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência, conforme estabelecido pelo artigo 12 da ICVM nº. 481/2009, encontram-se no Anexo III deste Manual.

2.2. DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA ("AGE")

2.2.1. Deliberar sobre a ratificação da nomeação dos membros do Conselho de Administração nomeados pelo Conselho de Administração da Companhia, em atenção ao disposto no Artigo 12, §10°, do Estatuto Social da Companhia.

Por ocasião da renúncia apresentada pelo Sr. Osvaldo Bruno Brasil Cavalcante em 7 de julho de 2020, o Conselho de Administração nomeou o Sr. Antônio Carlos Paiva Futuro em 31 de julho de 2020 para ocupar o cargo vago.

Por ocasião da renúncia apresentada pelo Sr. Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão em 18 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração nomeou o Sr. Miguel Cícero Terra Lima na mesma data para ocupar o cargo vago.

Desta forma, conforme determinado pelo do artigo 12, §10°, do Estatuto Social da Companhia, propõe-se a ratificação das nomeações dos Srs. **Antônio Carlos Paiva Futuro** e **Miguel Cícero Terra Lima**. As informações complementares de referidos membros encontram-se descritas no Anexo II deste Manual.

[2] Nos termos do Ofício-Circular/CVM/SEP nº. 01/2021, a proposta de remuneração global dos Administradores e do Conselho Fiscal para 2021 é líquida de encargos sociais que sejam ônus do empregador.

2.2.2. Deliberar sobre a proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia para refletir os aumentos de capital social aprovados pelo Conselho de Administração em 27/06/2019, 29/08/2019 e 04/09/2019, bem como sua consolidação.

O Conselho de Administração aprovou nas reuniões realizadas nos dias 27/06/2019, 29/08/2019 e 04/09/2019, nos termos do artigo 166, inciso III da Lei das Sociedades Anônimas, a homologação do aumento de capital da Companhia em decorrência da conversão de debêntures da primeira série em ações ordinárias da Companhia, nos termos do Instrumento Particular de Escritura da 7ª (sétima) Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, sem Garantia Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação ("Escritura"), emitidas pela Companhia em 22 de setembro de 2017, conforme segue:

- 27/06/2019, em decorrência da solicitação da SUMITOMO MITSUI BANKING CORPORATION – NY BRANCH para que fossem convertidas 18.361.996 (dezoito milhões, trezentas e sessenta e uma mil e novecentas e noventa e seis) debêntures da primeira série em ações ordinárias da Companhia, que resultou na emissão de 623.144 (seiscentas e vinte e três mil e cento e quarenta e quatro) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia e um aumento no capital social da Companhia de R$18.361.996,00 (dezoito milhões, trezentos e sessenta e uma mil e novecentos e noventa e seis reais).

- 29/08/2019, em decorrência da solicitação do BANCO LATINOAMERICANO DE COMÉRCIO EXTERIOR S.A. (BLADEX) para que fossem convertidas, em ações ordinárias, 14.310.903 (quatorze milhões, trezentas e dez mil, novecentas e três) debêntures da primeira série em ações ordinárias da Companhia, que resultou na emissão de 485.664 (quatrocentas e oitenta e cinco mil e seiscentas e sessenta e quatro) ações ordinárias da Companhia, nominativas, escriturais e sem valor nominal e um aumento no capital social da Companhia de R$14.310.903,00 (quatorze milhões, trezentos e dez mil e novecentos e três reais).

- 04/09/2019, em decorrência do término do prazo de conversão das debêntures da primeira série em ações ordinárias de emissão da Companhia, foi convertido o saldo remanescente das debêntures da primeira série, no total de 46.185.616 (quarenta e seis milhões, cento e oitenta e cinco mil e seiscentas e dezesseis) debêntures, sendo: 46.181.796 (quarenta e seis milhões, cento e oitenta e uma mil e setecentas e noventa e seis) detidas por CARGILL FINANCIAL SERVICES INTERNATIONAL INC, 1.000 (uma mil) detidas por RAMON MARTIN FERREIRA, 2.256 (duas mil, duzentas e cinquenta e seis) detidas por ROBERTO KEMITA e 564 (quinhentas e sessenta e quatro) detidas por RODRIGO POMPEO ZEPPELINI, que resultou na emissão de 1.567.383 (um milhão, quinhentas e sessenta e sete mil, trezentas e oitenta e três) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia e um aumento no capital social da Companhia de R$46.185.616,00 (quarenta e seis milhões, cento e oitenta e cinco mil e seiscentos e dezesseis reais).

As conversões foram realizadas ao Preço de Conversão de R$1,733333 (conforme definido na Escritura) e aplicando-se o fator de grupamento na proporção de 17 (dezessete) ações para 1 (uma) ação, conforme deliberado pelas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária em 29 de março de 2019.

Dessa forma, o capital social da Companhia passou de R$1.990.707.732,56 (um bilhão, novecentos e noventa milhões, setecentos e sete mil, setecentos e trinta e dois reais e cinquenta e seis centavos), dividido em 40.727.658 (quarenta milhões, setecentas e vinte e sete mil e seiscentas e cinquenta e oito) ações, para R$2.069.566.247,56 (dois bilhões, sessenta e nove milhões, quinhentos e sessenta e seis mil e duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), dividido em 43.403.849 (quarenta e três milhões, quatrocentas e três mil e oitocentas e quarenta e nove) ações, todas subscritas e integralizadas.

A fim de refletir os aumentos de capital social aprovados pelo Conselho de Administração nas reuniões realizadas em 27/06/2019, 29/08/2019 e 04/09/2019, propõe-se a seguinte alteração do Estatuto Social da Companhia:

Redação Atual	Proposta	Justificativa
Artigo 5º - O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$1.990.707.732,56 (um bilhão, novecentos e noventa milhões, setecentos e sete mil, setecentos e trinta e dois reais e cinquenta e seis centavos), dividido em 40.727.658 (quarenta milhões, setecentas e vinte e sete mil e seiscentas e cinquenta a oito) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.	**Artigo 5º** - O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$2.069.566.247,56 (dois bilhões, sessenta e nove milhões, quinhentos e sessenta e seis mil e duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos)~~1.990.707.732,56 (um bilhão, novecentos e noventa milhões, setecentos e sete mil, setecentos e trinta e dois reais e cinquenta e seis centavos)~~, dividido em 43.403.849 (quarenta e três milhões, quatrocentas e três mil e oitocentas e quarenta e nove)~~692.370.186 (seiscentos e noventa e dois milhões, trezentos e setenta mil e cento e oitenta e seis)~~ ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.	Para refletir os aumentos de capital social aprovados pelo Conselho de Administração nas reuniões realizadas em 27/06/2019, 29/08/2019 e 04/09/2019.

A consolidação do Estatuto Social com a alteração proposta acima consta do Anexo IV a este manual.

3. ORIENTAÇÕES GERAIS

Tendo em vista os impactos decorrentes do novo coronavírus (Covid-19), e as respectivas medidas protetivas recomendadas pelas autoridades sanitárias competentes, em especial as restrições de deslocamentos e aglomeração de pessoas, a AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital Zoom.

Poderão participar da AGOE todos os acionistas titulares de ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia no dia da realização da AGOE, por si ou por representantes legais.

Para assegurar a autenticidade dos acionistas que participarão da AGOE através da plataforma digital Zoom, e visando a segurança da AGOE, os acionistas deverão credenciar-se previamente, nos termos a seguir expostos, até as **13h do dia 05/04/2021** ("Acionistas Credenciados").

1. Para participar da AGOE, que será exclusivamente realizada por plataforma digital e em tempo real, os acionistas interessados deverão entrar em contato com o departamento de Relações com Investidores da Companhia através do e-mail **ri@paranapanema.com.br** para o envio dos documentos de representação necessários, quais sejam:

Pessoa Física

a) cópia de documento de identificação com foto recente e validade nacional;
b) comprovante expedido pela instituição responsável pela escrituração das ações da Companhia.

Pessoa Jurídica

a) cópia do último Estatuto Social/Contrato Social consolidado e suas respectivas alterações;
b) documentos comprobatórios de representação, com os devidos arquivamentos nos órgãos competentes, incluindo o instrumento de mandato, se aplicável;
c) comprovante expedido pela instituição responsável pela escrituração das ações da Companhia.

Fundos de Investimento

a) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente na AGOE;
b) ato societário do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante para que compareça à AGOE ou a quem tenha outorgado a procuração; e
c) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os documentos listados no item acima ("Pessoa Jurídica").

Não será exigido o reconhecimento de firma, nem a notarização e consularização, da documentação que comprova os poderes de representação.

2. Os convites individuais para admissão e participação na AGOE serão remetidos aos e-mails que enviarem a solicitação de participação e os documentos na forma referida acima (sendo remetido apenas um convite individual por acionista). Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Acionistas Credenciados e seus representantes ou procuradores, nos termos da Lei nº 6.404/1976.

3. Para otimizar o processo e conferir celeridade ao andamento da AGOE, solicitamos que, caso o acionista não receba o convite individual para participação na AGOE em até 4 horas antes do horário de início, referido acionista deverá entrar em contato com o departamento de Relações com Investidores da Companhia pelo telefone +55 (11) 9 5192-0007 com, no mínimo, 3 horas de antecedência do horário de início da AGOE para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do acionista seja liberado mediante o envio de novo convite individual. Não obstante, a Companhia prestará auxílio técnico, antes e durante a AGOE, para sanar dúvidas de acesso à AGOE e de uso da plataforma digital.

Para garantir o registro de presença dos acionistas e dos respectivos votos e declarações proferidas durante o conclave, a AGOE será integralmente gravada.

O acesso à AGOE por meio da plataforma digital será restrito aos acionistas da Companhia que se credenciarem previamente, conforme acima descrito.

Ressalta-se que, tanto os acionistas que optaram por votar por meio dos Boletins de Voto à Distância, quanto os acionistas que optarem por participar da AGOE através da plataforma digital Zoom, serão considerados presentes na AGOE e assinantes da respectiva ata e livro de presença.

A Companhia não se responsabilizará por eventuais problemas de conexão que os acionistas possam enfrentar, tampouco por qualquer outra situação que não esteja sob o controle da Companhia, devendo

os acionistas que tiverem interesse em participar via plataforma digital, familiarizarem-se previamente com a ferramenta e garantir uma conexão de internet adequada.

Em caso de dúvida, contatar:
Departamento de Relações com Investidores
E-mail: ri@paranapanema.com.br
Telefone +55 (11) 9 5192-0007

- **Boletins de Voto à Distância**

Os acionistas que desejarem, poderão utilizar os Boletins de Voto à Distância ("Boletins") para votação na AGOE, nos termos do artigo 21-A e seguintes da ICVM nº. 481/2009, disponibilizado pela Companhia em seu website (https://ri.paranapanema.com.br) e no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

Para participar da AGOE por meio dessa modalidade, os acionistas da Companhia deverão preencher os campos próprios, assinar os Boletins e enviá-los, alternativamente, para: (i) o Banco Bradesco S.A., agente escriturador das ações de emissão da Companhia; (ii) o Agente de Custódia responsável pela custódia das ações de emissão da Companhia de sua titularidade ("Agente de Custódia"), desde que ele esteja apto a receber os Boletins nos termos da ICVM nº. 481/2009; ou, ainda, (iii) para a Companhia, diretamente.

Os acionistas que encaminharem os Boletins diretamente para a Companhia deverão observar as regras a seguir:
(i) todos os campos deverão estar preenchidos;
(ii) todas as páginas deverão ser rubricadas;
(iii) a última página deverá ser assinada pelo acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente;
(iv) deverá ser encaminhado, juntamente com os Boletins, a documentação que comprove a qualidade de acionista ou de representante legal do acionista, observados, portanto, os requisitos e formalidades previstos no item de documentação descrito nas Orientações Gerais acima.

Solicita-se que os Boletins e demais documentos comprobatórios sejam enviados para a Companhia até o dia **31/03/2021** exclusivamente para o endereço eletrônico (e-mail): **ri@paranapanema.com.br**.

A Companhia não exigirá o reconhecimento de firma dos Boletins emitidos no território brasileiro, nem a notarização daqueles emitidos fora do País.

Os Boletins que estiverem desacompanhados da documentação necessária à comprovação da condição de acionista ou à comprovação de sua representação não será considerado válido, e, em consequência, não será processado pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigido e reenviado pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na ICVM nº. 481/2009.

Os Boletins enviados pelos acionistas por ocasião da primeira convocação da AGOE serão considerados válidos em caso de segunda convocação, nos termos do artigo 21- X, § único, da ICVM 481/2009.

Independente do envio dos Boletins, conforme indicado acima, os acionistas poderão participar da AGOE, que será exclusivamente digital, observadas as regras de credenciamento prévio. Caso o acionista já tenha enviado os Boletins, mas decida votar na AGOE, os votos proferidos pelos Boletins serão desconsiderados.

Instruções detalhadas devem ser obtidas nos Boletins disponibilizados no site de Relações com Investidores da Companhia (http://ri.paranapanema.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

4. REPRESENTAÇÃO POR PROCURAÇÃO

Caso V.Sas. prefiram indicar um representante legal para voto por procuração, os documentos que confirmam a representação também deverão ser enviados para o e-mail **ri@paranapanema.com.br** dentro dos prazos e na forma mencionada neste Manual.

Com o propósito de facilitar a participação na AGOE, a Administração da Companhia deixa à disposição de seus acionistas, como mera cortesia e sem um compromisso formal de solicitação, o modelo de procuração constante do Anexo VI como uma sugestão de texto e a indicação de advogados da Companhia, caso o acionista não tenha quem indicar. Dessa forma, V.Sas. deverão considerar que tal sugestão de texto não configura um pedido público de procuração para os fins do Capítulo IV da ICVM nº. 481/2009, mas sim uma facilidade que a Companhia coloca à disposição de seus acionistas.

Procuradores sugeridos pela Companhia
ÁLVARO ANDRÉ VIEIRA CUNHA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº. 215.535, portador da Cédula de Identidade RG nº. 28.701.980-9 e inscrito no CPF/ME sob o nº. 276.308.448-67, com endereço profissional na Rua Felipe Camarão, nº 500, Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, CEP 09220-580.
OU
CRYSSIE MARÇAL SANTOS, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 316.698, portadora da Cédula de Identidade RG nº 35.602.272-9 SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob o nº 368.287.078-42, com endereço profissional na Rua Felipe Camarão, nº 500, Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, CEP 09220-580.

ANEXO I
Informações do item 10 do Formulário de Referência

10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

A seguir são apresentados os comentários da nossa Diretoria correspondentes à análise da nossa condição financeira e patrimonial, que contemplam um panorama sobre o desempenho do mercado global para cada um dos exercícios encerrados em 2020, 2019 e 2018, bem como uma análise sobre o desempenho da gestão de capital e as ações endereçadas nessa gestão ao longo desses períodos.

A preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Os detalhes estão fornecidos no item 10.5.

As informações financeiras contidas neste item 10 devem ser lidas em conjunto com nossas Demonstrações Financeiras consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e suas respectivas notas explicativas. Nossas Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2020 os principais focos da Companhia foram de assegurar a saúde dos funcionários próprios e terceiros em função do impacto da pandemia da Covid-19, a geração de caixa através da eficiência em custos e gestão do capital de giro e a manutenção das parcerias estratégicas com clientes e fornecedores.

Neste sentido, a Companhia tomou todas as medidas recomendadas pelas autoridades sanitárias para o enfrentamento da Covid-19 sob a coordenação de sua equipe médica, o que proporcionou o controle da pandemia no ambiente de trabalho ao mesmo tempo em que manteve a continuidade e estabilidade das operações.

A empresa registrou uma Receita Líquida de R$1.457.080 no 4T20, fechando 2020 com R$4.293.472. O Lucro Bruto ajustado no ano foi de R$200.902, 4,7% sobre a receita liquida, contra 3,7% do ano anterior.

Tais resultados foram obtidos através da revisão e renegociação dos principais contratos de prestação de serviços e de fornecimento de materiais, assim como as despesas gerais e administrativas, resultando em uma redução total de R$104 milhões entre custos fixos e despesas (SG&A).

A empresa apresentou Lucro Líquido de R$150.861 no 4T20. No ano de 2020 a empresa apresentou Prejuízo Líquido de R$861.604, fortemente impactado pelo efeito não caixa da variação cambial sobre a sua dívida em moeda estrangeira.

A Companhia continua trabalhando para equalizar o perfil de sua dívida financeira. Desde o primeiro trimestre de 2020, vem tratando com seus principais credores financeiros (essencialmente os mesmos que participaram do processo de renegociação em 2017), o alongamento do perfil de sua dívida, a fim de se adequar à sua futura geração de caixa e necessidade de investimento.

b. Estrutura de capital

A atual estrutura de capital, medida pelo quociente entre capital próprio e capital de terceiros, apresenta aumento no nível de alavancagem em 2020, explicado pelo aumento das taxas do dolar frente ao real, impactando fortemente os emprestimos e financiamentos.

A tabela abaixo mostra a estrutura de capital próprio e de terceiros para os períodos indicados:

(em R$ mil)	2018	2019	2020
Fornecedores locais	82.481	138.472	127.008
Fornecedores estrangeiros	1.175.506	357.026	335.386
Fornecedores LP	-	77	2.920
Operações com Forfaiting e Carta de Crédito	66.914	85.641	228.995
Instrumentos financeiros derivativos	26.449	49.381	242.937
Empréstimos e financiamentos CP	131.829	568.009	2.866.323
Empréstimos e financiamentos LP	2.017.084	1.642.876	22.878
Total Capital Terceiros	**3.500.263**	**2.841.482**	**3.826.447**
Patrimônio líquido	602.497	621.396	(198.590)
Ajuste de avaliação patrimonial & OCI	(967.928)	(923.954)	(882.337)
Total Capital Próprio	**(1.570.425)**	**(1.545.350)**	**(683.747)**
Garantia de Capital de terceiros	**- 0,45**	**- 0,54**	**- 0,18**
Capital Próprio (%)	**31%**	**35%**	**15%**
Capital Terceiros (%)	**69%**	**65%**	**85%**

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foram preparadas mantendo-se o pressuposto de continuidade operacional baseado em um plano de negócios que contempla o fluxo de caixa projetado. Foram consideradas para as referidas projeções diversas premissas financeiras e de negócios, bem como, novas linhas de crédito, intensificação das ações para monetização de ativos não operacionais. A Administração acredita que o plano de negócios apresentado esteja adequado, dentro de premissas razoáveis para sua concretização. Ressalta-se, entretanto, que não há previsibilidade quanto a parâmetros exógenos, o que impossibilita a Companhia em prever os efeitos destes sobre sua capacidade de continuar em operação.

A Receita Líquida Total somou R$4.293.472 no exercicio findo em 31 de dezembro de 2020, 18% menor comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Em 2020, as vendas no mercado interno representaram 46% do total da receita contra 54% de exportações.

O EBITDA da Companhia ficou R$63.007 negativo no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, redução de 122% em comparação com ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 que havia tido um crescimento de 193% em relação a 2018. A margem EBITDA ficou em 1,47% negativo no exercício 2020, sendo 7,0 p.p. inferior à margem de 5,52% positiva registrada no mesmo período de 2019.

Em 2020 o EBITDA foi impactado pela queda do volume de vendas. A melhoria apresentada no EBITDA de 2019 refere-se principalmente a crédito de impostos na exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e

da COFINS no valor de R$396.292 e no ano de 2018 pode ser explicada pelo aumento no volume de vendas em especial em Vergalhões, Fios e Outros e por causa do aumento no preço dos coprodutos e por um câmbio médio mais favorável.

em R$ mil, exceto quando indicado de outra forma	2018	Δ %	2019	Δ %	2020
Resultado Líquido	**(323.373)**	92%	**(25.075)**	-3336%	**(861.604)**
(+) Impostos	120.591	-275%	(211.569)	96%	(8.708)
(+) Resultado Financeiro Líquido	(394.388)	116%	64.140	-1071%	(623.057)
EBIT	**(49.576)**	**347%**	**122.354**	**-288%**	**(229.839)**
(+) Depreciações e Amortizações	148.197	12%	166.189	0%	166.832
EBITDA	**98.621**	**193%**	**288.543**	**-122%**	**(63.007)**
Receita Liquida	4.765.777	10%	5.227.641	-18%	4.293.474
% das Receitas	2,07%	3,5 p.p.	5,52%	-7,0 p.p.	-1,47%

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A necessidade de recuperação e modernização dos nossos parques industriais, principalmente em função da deterioração acelerada do parque industrial de Dias d'Ávila, é suportada por recursos de terceiros, por meio de linhas especiais de financiamento junto a instituições financeiras, bancos de fomento e bancos de desenvolvimento. A abertura dos montantes e custos por linha de captação está disponível no item 10.1.f

Em 31 de dezembro de 2020, o endividamento líquido apresenta um saldo de R$3.141.330, 44% maior que 2019 impactado principalmente pelo aumento da taxa do dolar americano frente ao real. Em 31 de dezembro de 2019 o endividamento líquido foi de R$2.186.172, representando um aumento de 18% em relação ao ano de 2018.

em R$ mil, exceto quando indicado de outra forma	2018	Δ %	2019	Δ %	2020
Curto Prazo	131.829	331%	568.009	405%	2.866.323
Longo Prazo	2.017.084	-19%	1.642.876	-99%	22.878
LC e Forfait	66.914	28%	85.641	167%	228.995
Instrumentos Financeiros Derivativos	26.449	87%	49.381	392%	242.937
Endividamento	**2.242.276**	**5%**	**2.345.907**	**43%**	**3.361.133**
Caixa e Equivalentes de Caixa	216.668	-46%	118.036	18%	138.761
Aplicações Financeiras	45.556	-45%	25.029	71%	42.892
Aplicações Financeiras / Conta vinculada	0	n.a	0	n.a	0
Instrumentos Financeiros Derivativos	129.313	-87%	16.670	129%	38.150
Caixa Total	**391.537**	**-59%**	**159.735**	**38%**	**219.803**
Endividamento Líquido	**1.850.739**	**18%**	**2.186.172**	**44%**	**3.141.330**

O capital de giro da Companhia está representado por:

em R$ mil, exceto quando indicado de outra forma	2018	Δ %	2019	Δ %	2020
Contas a Receber	666.685	-69%	203.616	68%	341.622
Estoques	1.626.575	-38%	1.014.982	8%	1.096.926
Impostos a Recuperar	224.142	283%	858.665	-9%	781.053
Fornecedores e Operações de Forfaiting e Carta de	(1.324.901)	56%	(581.216)	-19%	(694.309)
Adiantamento de Clientes	(193.122)	94%	(11.097)	-434%	(59.299)
Capital de Giro Total	**999.379**	**49%**	**1.484.950**	**-1%**	**1.465.993**

O Capital de giro de 2020 no valor de R$1.465.993, se manteve estavel em comparado com o capital de giro de 2019 que foi de R$1.484.950, 49% maior que 2018. Em 2019 foi impactado principalmente na linha de impostos a recuperar pelo reconhecimento do crédito de PIS e Cofins sobre a exclusão de ICMS na base de cálculo que totalizou R$724.493.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Devido à continuidade de um cenário macroeconômico desafiador, despenderemos atenção especial à gestão da liquidez, utilizando ferramentas necessárias para gestão de caixa, alongamento dos passivos bancários disponíveis, redução dos itens de capital de giro e venda de ativos não operacionais. É importante reforçar que, mesmo com a continuidade de um cenário de contração de crédito, continuaremos focando no aprimoramento da qualidade de nosso endividamento. Manteremos nossos esforços em desenvolver relacionamentos com novas instituições financeiras, captando linhas mais eficientes e inovadoras.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i) Contratos de empréstimo e financiamento

Os empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 estão demonstrados na tabela a seguir:

	Passivo Circulante 2018	Passivo Não circulante 2018	Passivo Circulante 2019	Passivo Não circulante 2019	Passivo Circulante 2020	Passivo Não circulante 2020
Contratados em Moeda USD						
Financiamentos de importação	**12.932**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Financiamentos de comércio exterior -ACC	**38.260**	**673.219**	**205.168**	**560.244**	**976.215**	**-**
Pré-pagamento de exportação -PPE	**20.389**	**1.199.582**	**267.873**	**998.277**	**1.645.918**	**-**
Cedula de credito bancario	**1.305**	**78.119**	**17.422**	**65.009**	**111.967**	**-**
	72.886	**1.950.920**	**490.463**	**1.623.530**	**2.734.100**	**-**
Contratados em Moeda BRL						
Antecipação de Cessão de Credito					**58.127**	**-**
Financiamento de Projetos	**9.664**	**345**	**348**	**-**	**-**	**-**
Banco do Nordeste do Brasil - FNE	**24.472**	**41.802**	**24.300**	**17.801**	**26.241**	**12.586**
Capital de giro	**29.166**	**44.721**	**27.177**	**17.889**	**43.654**	**10.292**
Nota de crédito de exportação - NCE	**-**	**-**	**30.080**	**-**	**20.576**	**-**
	63.302	**86.868**	**81.905**	**35.690**	**148.598**	**22.878**
Custos de transação - reperfilamento	**(4.359)**	**(20.704)**	**(4.359)**	**(16.344)**	**(16.375)**	**-**
Total	**131.829**	**2.017.084**	**568.009**	**1.642.876**	**2.866.323**	**22.878**

Posição detalhada dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

Modalidade	Banco	Pagamento	Vencimento Principal	Taxas	2020 Passivo circulante Principal	2020 Passivo circulante Juros	2020 Passivo não circulante Principal
Antec. Cessão	Fundo Inv. Direitos Cred	Mensal	2020	1,9% a.m.	56.791	1.336	-
NCE	Banco Safra S.A.	Anual	2020	CDI + 0,5% a.a	20.500	76	-
FNE	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Mensal	2018 a 2023	10% a.a	24.446	1.795	12.586
CCB	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Mensal	2020 a 2022	CDI + 0,6% a.m	10.188	744	5.094
GIRO	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Mensal	2020 a 2022	CDI + 0,5% a.m	31.189	1.533	5.198
			Total contratados em moeda BRL		**143.114**	**5.484**	**22.878**
ACC	Banco BNP Paribas Brasil S.A.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 6 + 1,75% a.a	139.688	7.324	-
ACC	Banco do Brasil S.A.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 6 + 1,75% a.a	139.688	7.324	-
ACC	Caixa Economica Federal	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 6 + 1,75% a.a	290.800	15.248	-
ACC	China Construction Bank	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 6 + 1,75% a.a	45.912	2.407	-
ACC	Ing Bank N.V.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 6 + 1,75% a.a	99.776	5.232	-
ACC	Scotiabank	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 6 + 1,75% a.a	150.912	7.912	-
ACC	Banco Banrisul	Anual	2020	4,80% a 5,30% a.a	48.662	1.249	-
ACE	Banco Daycoval S.A.	Anual	2020	6,00% a.a	14.046	35	-
PPE	Banco Sumitomo Mitsui BR. S.A.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 3,25% a.a	183.600	13.852	-
PPE	Scotiabank	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 3,25% a.a	18.603	1.404	-
PPE	Ing Bank N.V.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 3,25% a.a	45.190	3.410	-
PPE	China Construction Bank	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 3,25% a.a	59.558	4.494	-
PPE	Cargill Incorporated	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 3,25% a.a	719.593	54.290	-
PPE	Banco Bradesco S.A.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 3,25% a.a	298.101	22.490	-
PPE	Banco do Brasil S.A.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 3,25% a.a	63.997	3.447	-
PPE	Zion Capital S/A	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 3,25% a.a	143.093	10.796	-
CCB	Wilbury NPL Fundo de Invest.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 6 + 3,15% a.a	104.769	7.198	-
			Total contratados em moeda USD		**2.565.988**	**168.112**	**-**
Custos de transação - reperfilamento					**(16.375)**	**-**	**-**
				Total	**2.692.727**	**173.596**	**22.878**
Saldo em USD dos emprestimos contratados em moeda USD - Taxa de conversão R$ 5,1967					**USD 493.770**	**USD 32.349**	**USD 0.000**

Modalidade	Banco	Pagamento	Vencimento Principal	Taxas	2019 Passivo circulante Principal	2019 Passivo circulante Juros	2019 Passivo não circulante Principal
FINAME	Banco Safra S.A.	Mensal	2018 a 2020	9,50% a.a	7	-	-
BNDES AUT.	Banco Safra S.A.	Mensal	2018 a 2020	2,5% a 18,5% a.a	340	1	-
NCE	Banco Safra S.A.	Anual	2020	CDI + 3,70% a.a	30.000	80	-
FNE	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Mensal	2018 a 2023	10% a.a	24.000	300	17.801
GIRO	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Mensal	2018 a 2021	CDI + 0,5% a.m	26.832	345	17.889
			Total contratados em moeda BRL		**81.179**	**726**	**35.690**
ACC	Banco BNP Paribas Brasil S.A.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 1,75% a.a	22.572	1.194	90.287
ACC	Banco do Brasil S.A.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 1,75% a.a	22.572	1.194	90.288
ACC	Caixa Economica Federal	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 1,75% a.a	46.990	2.485	187.960
ACC	China Construction Bank	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 1,75% a.a	7.419	392	29.675
ACC	Ing Bank N.V.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 1,75% a.a	16.123	853	64.491
ACC	Scotiabank	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 1,75% a.a	24.386	1.289	97.543
ACC	Banco Banrisul	Anual	2020	5,20% a 5,30% a.a	44.881	1.207	-
ACE	Banco Daycoval S.A.	Anual	2020	6,70% a.a	11.581	30	-
PPE	Banco Sumitomo Mitsui BR. S.A.	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	28.481	2.089	113.924
PPE	Scotiabank	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	2.886	212	11.543
PPE	Ing Bank N.V.	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	7.010	514	28.040
PPE	China Construction Bank	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	9.239	678	36.956
PPE	Cargill Incorporated	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	111.626	8.187	446.509
PPE	Banco Bradesco S.A.	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	46.243	3.392	184.972
PPE	Banco do Brasil S.A.	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	21.886	1.605	87.544
PPE	Zion Capital S/A	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	22.197	1.628	88.789
CCB	Wilbury NPL Fundo de Invest.	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 6 + 3,25% a.a	16.252	1.170	65.009
			Total contratados em moeda USD		**462.344**	**28.119**	**1.623.530**
Custos de transação - reperfilamento					**(4.359)**	**-**	**(16.344)**
				Total	**539.164**	**28.845**	**1.642.876**
Saldo em USD dos emprestimos contratados em moeda USD - Taxa de conversão R$ 4,0307					**USD 114.706**	**USD 6.975**	**USD 402.792**

Modalidade	Banco	Pagamento	Vencimento Principal	Taxas	2018 Passivo circulante Principal	2018 Passivo circulante Juros	2018 Passivo não circulante Principal
FINAME	Banco Abc Brasil S.A.	Mensal	2018 a 2019	6% a.a	319	1	0
FINAME	Banco Safra S.A.	Mensal	2018 a 2020	6% a 9,5% a.a	660	2	7
BNDES AUT.	Banco Safra S.A.	Mensal	2018 a 2020	TJLP + 3% a 5% a.a	1.897	8	338
FINEM	Banco Safra S.A.	Mensal	2018 a 2019	TJLP + 3% a 4,5% a.a	6.753	24	0
FINEP	Finep	Mensal	2018 a 2023	TJLP + 3,5% a.a	-	-	0
FNE	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Mensal	2018 a 2021	10% a.a	24.000	472	41802
GIRO	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Mensal	2018 a 2021	CDI + 0,5% a.m	28.510	656	44721
			Total contratados em moeda BRL		**62.139**	**1.163**	**86.868**
FINIMP	HSBC Bank Brasil S.A.	Semestral	2018 a 2019	LIBOR 06 + 1,7% a.a	12.792	140	-
FINIMP	Mercantil Commercebank	Trimestral	2018	5,54% a.a	-	-	-
ACC	Banco Bnp Paribas Brasil S.A.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 1,75% a.a	-	1.378	108.494
ACC	Banco Do Brasil S.A.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 1,75% a.a	-	1.378	108.494
ACC	Caixa Economica Federal	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 1,75% a.a	-	2.868	225.863
ACC	China Construction Bank	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 1,75% a.a	-	453	35.659
ACC	Ing Bank N.V.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 1,75% a.a	-	984	77.496
ACC	Scotiabank	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 1,75% a.a	-	1.488	117.213
ACC	Banco Banrisul	Anual	2019	5,3% a 5,6% a.a	28.360	1.351	-
PPE	Banco Sumitomo Mitsui Br. S.A.	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	-	2.327	136.897
PPE	Scotiabank	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	-	236	13.871
PPE	Ing Bank N.V.	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	-	573	33.695
PPE	China Construction Bank	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	-	755	44.408
PPE	Cargill Incorporated	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	-	9.119	536.548
PPE	Banco Bradesco S.A.	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	-	3.778	222.272
PPE	Banco Do Brasil S.A.	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	-	1.788	105.197
PPE	Zion Capital S/A	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	-	1.813	106.694
CCB	Banco Itaú Bba S.A.	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	-	1.305	78.119
			Total contratados em moeda USD		**41.152**	**31.734**	**1.950.920**
Custos de transação - reperfilamento					**(4.359)**	**-**	**(20.704)**
				Total	**98.932**	**32.897**	**2.017.084**
Saldo em USD dos emprestimos contratados em moeda USD - Taxa de conversão R$ 3,8748					**USD 10.620**	**USD 8.191**	**USD 503.490**

Utilizamos predominantemente empréstimos e financiamentos internacionais (“Trade Finance”) para financiar o nosso capital de giro, isto devido à contumaz e recorrente atividade de exportação e importação inerente à nossa atividade fim. Cabe ressaltar que os nossos projetos de melhorias e expansões são financiados por fontes de financiamento de longo prazo como linhas do BNDES e BNB, fundos de desenvolvimento regionais e outras fontes de financiamento de longo prazo.

ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Mantemos relações no curso normal dos nossos negócios com instituições financeiras nacionais e internacionais de grande porte, de acordo com práticas usuais do mercado financeiro, além daquelas descritas no item 10.f.i.

iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as nossas dívidas quirografárias. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

iv) Eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições.

Em 2017, com o reperfilamento das dívidas, os covenants financeiros e os prazos de vencimentos dos contratos de empréstimo bancário foram renegociados com nossos credores.

Nesse sentido, nos termos do item 6.6 deste Formulário de Referência, determina, dentre outras, as seguintes obrigações e restrições à Companhia para manter-se enquadrada em determinados covenants financeiros, como:

(a) índice de liquidez corrente consubstanciado no quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante igual ou superior a 1,0x;

(b) Dívida Líquida pelo EBITDA Recorrente e Não Ajustado igual ou inferior a -50,9x em 31/12/2017; (ii)63,1x em 30/06/2018; (iii)16,6x em 31/12/2018; (iv)14,6x em 30/06/2019; (v)10,4x em 31/12/2019; (vi)9,0x em 30/06/2020; (vii)7,0x em 31/12/2020; (viii)6,5x em 30/06/2021; (ix)5,8x em 31/12/2021; (x)5,8x em 30/06/2022; (xi)5,2x em 31/12/2022; (xii)5,0x em 30/06/2023; (xiii)4,3x em 31/12/2023; (xiv)4,6x em 30/06/2024; (xv)3,9x em 31/12/2024

(c) Limite Mínimo de Estoques e Recebíveis a ser mantido livre de qualquer Gravame, da dívida total da Companhia, existente nas datas de verificação, representada por determinados contratos e outros ACC's/ACE's sem garantias reais ou fidejussórias contratadas pela Companhia a partir da data da assinatura do Acordo Global.

Para fins o item (b), o eventual descumprimento do índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Recorrente e Não Ajustado, em bases consolidadas, apurados em (i) 31 de dezembro de 2017, (ii) 30 de junho de 2018, e (iii) 31 de dezembro de 2018 não ensejou o vencimento antecipado dos Contratos Definitivos.

A Companhia, ainda, não poderá declarar, pagar ou distribuir quaisquer dividendos com relação ao capital social da Companhia, juros sobre capital próprio ou outros pagamentos a acionistas, exceto pelo dividendo mínimo obrigatório exigido por lei e/ou pelo seu estatuto social.

Por fim, configurará evento de vencimento antecipado caso a Companhia passe a ter controle societário definido ou alterado a qualquer momento, devendo tal controle societário definido ser entendido como aquele em que uma pessoa, natural ou jurídica, ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum passe a exercer o controle da Companhia, observado que a eventual formação de bloco de controle por meio da celebração de acordo de acionistas cuja maioria das partes detenha

direta ou indiretamente participação individual superior a 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Captamos um financiamento de longo prazo em 2015 junto à FINEP no montante R$22,7 milhões, do qual foi consumido 40% em 2015, sendo liquidado em 2018. Até o momento não consumimos o restante.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As alterações significativas na demonstração consolidada de resultados, demonstração consolidada dos fluxos de caixa e balanço patrimonial consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 estão apresentadas a seguir.

h.1. Análise das Demonstrações do Resultado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

[mil BRL]	2019	AV %	AH %	2020	AV %
Receita Líquida	**5.227.641**	**100%**	**-18%**	**4.293.474**	**100%**
Mercado Interno (MI)	2.159.568	41%	-10%	1.940.706	45%
Mercado Externo (ME)	3.015.578	58%	-23%	2.316.596	54%
Transformação (MI)	52.495	1%	-31%	36.172	1%
Custo dos Produtos Vendidos	**(5.164.429)**	99%	19%	**(4.164.987)**	97%
Lucro Bruto	**63.212**	**1%**	**103%**	**128.487**	**3%**
% sobre Receitas	1,2%		1,8 p.p.	3,0%	
Despesas com Vendas	(29.620)	1%	24%	(22.626)	1%
Despesas Gerais e Administrativas	(86.581)	2%	15%	(73.734)	2%
Honorários da Administração	(8.232)	0%	18%	(6.778)	0%
Participação dos Empregados	(7.938)	0%	12%	(6.976)	0%
'Outras Operacionais, líquidas	191.513	-4%	-230%	(248.212)	6%
Resultado antes do Resultado Financeiro e Tribut	**122.354**	**-2%**	**-288%**	**(229.839)**	**5%**
% sobre Receitas	2,3%		-7,7 p.p.	-5,4%	
(+) Depreciações e Amortizações	166.189	-3%	0%	166.832	-4%
EBITDA	**288.543**	**-5,52%**	**-122%**	**(63.007)**	**1,47%**
Resultado Financeiro	64.140	-1%	-1071%	(623.057)	15%
Receitas Financeiras	770.885	-15%	-36%	494.110	-12%
'Despesas Financeiras	(706.745)	14%	-58%	(1.117.167)	26%
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	**186.494**	**-4%**	**-557%**	**(852.896)**	**20%**
% sobre Receitas	3,6%		-23,4 p.p.	-19,9%	
Impostos	(211.569)	4%	96%	(8.708)	0%
IR e CSLL - Corrente	- 10,00	0%	-250%	- 35,00	0%
'IR e CSLL - Diferido	(211.559)	4%	96%	(8.673)	0%
Prejuízo Líquido	**(25.075)**	**0%**	**-3336%**	**(861.604)**	**20%**
% sobre Receitas	-0,5%		-19,6 p.p.	-20,1%	

A Receita Líquida Total somou R$4.293,5 milhões em 2020 e R$5.227,6 milhões em 2019, ou seja, houve uma redução na receita de 18% comparada ao ano anterior. Do total de receitas no ano, 46% foram oriundas do mercado interno (42% em 2019) e 54% do mercado externo (58% em 2019).

Em Cobre Primário, a Receita Líquida alcançou R$827,4 em 2020 com redução de 37% comparada ao ano anterior.

Em Produtos de Cobre, a Receita Líquida alcançou e R$2.827,7 milhões em 2020 13% menor que em 2019 (R$ 3.236,6 milhões).

Barras, Perfis, Arames, Laminados, Tubos e Conexões alcançaram R$861,0 milhões no ano, com aumento de 26% comparado ao mesmo período do ano anterior. Já os produtos de Vergalhões, Fios e Outros somaram R$1.966,7 milhões no ano, com redução de 23% comparado a 2019. Tais crescimentos podem ser explicados pela estratégia comercial de melhorar o mix de vendas, aumentando a participação de produtos que oferecem maior rentabilidade.

Em Coprodutos, a Receita Líquida atingiu R$637,6 milhões em 2020, redução de 7% comparada ao ano anterior.

Custo Dos Produtos Vendidos

Os Custo dos Produtos Vendidos de 2020 atingiu o montante de R$4.164,9 milhões contra R$5.164,4 milhões em 2019, ou seja, houve uma redução de 19% comparado ao ano anterior. O custo dos produtos vendidos representou 97% das receitas liquidas em 2020 contra 99% em 2019.

O Custo do Metal em Reais reduziu 19% no ano, totalizando R$3.721,7 milhões, quando comparado com R$4.567,5 milhões em 2019, resultado da redução do volume de vendas.

O Custo de Transformação apresentou uma redução de 26% no ano de 2020 comparado a 2019, atingindo R$443,3 milhões e R$596,9 milhões respectivamente, acompanhando a redução da receita de vendas.

Lucro Bruto

O Lucro Bruto atingiu R$127,7 milhões em 2020, 102% superior ao ano anterior, R$63,2 milhões em 2019, impactado principalmente pela diversificação do mix de produtos e reduções de custos.

Despesas/Receitas Operacionais

As Despesas/Receitas operacionais líquidas atingiram no ano de 2020 uma despesa de R$358,3 milhões, contra uma receita registrada no ano de 2019 no montante de R$59,1 milhões, decorrente principalmente de outras despesas operacionais.

a) Despesas com Vendas

As Despesas com Vendas no ano, tiveram uma redução de 24% comparadas ao ano anterior, atingindo o montante de R$22,6 milhões em 2020 face a R$29,6 milhões em 2019.

b) Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas atingiram R$73,7 milhões em 2020 e R$86,6 milhões em 2019, 15% de redução, igualmente impactadas pelas ações de redução da estrutura organizacional e redução de gasto gerais.

c) Honorários da Administração

Os honorários da Administração atingiram R$6,8 milhões em 2020 e R$8,2 milhões em 2019, redução de 18%.

d) Participação dos Empregados

A Participação dos Empregados apresentou redução de 12% no ano de 2020 atingindo R$6,9 milhões, quando comparado ao ano de 2019 de R$7,9 milhões.

e) Outras Despesas Operacionais, líquidas

As outras operacionais líquidas somaram despesas de R$248,2 milhões em 2020 contra uma receita de R$191,5 milhões em 2019, variação de R$439,7 milhões explicada principalmente pelo reconhecimento de crédito de impostos referente a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins em 2019 no valor de R$396,2.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro Líquido no ano foi de R$623,1 milhões negativo contra R$64,1 milhões positivo no resultado de 2019.

As despesas financeiras líquidas de receitas ficaram negativas em R$208,5 milhões, uma redução de R$312,8 milhões em relação ao ano de 2019, impactado principalmente pelo reconhecimento da atualização Selic do crédito tributário de ICMS na base de cálculo do PIS/Cofins em 2019.

O resultado com variação cambial líquida acumulada no ano de 2020, apresentou um aumento de negativo de R$374,4 milhões, comparativamente ao mesmo período de 2019, sendo R$414,5 milhões em 2020 e R$40,1 milhões em 2019.

Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

A apuração de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido em 2020 foi de R$8,7 milhões negativo contra um resultado negativo de R$211,7 milhões em 2019, principalmente decorrente de provisão para perda no valor de R$296,1 milhões, sendo R$89,4 em 2020 e R$206,8 milhões em 2019, decorrente das incertezas de gerações de lucros tributáveis futuros.

A Administração manterá o monitoramento tempestivo dos créditos e, a qualquer tempo mediante estimativas de realização de lucros tributáveis, os valores provisionados para perda serão revertidos a favor da Companhia. No Brasil, a compensação dos prejuízos fiscais não possui prazo prescricional, estando apenas limitados a 30% dos lucros anuais.

Resultado Líquido

A Companhia apresentou resultado líquido negativo no ano de 2020 no montante de R$861,6 milhões contra um prejuízo de R$25,1 milhões em 2019. Em 2019 os principais itens não recorrentes foram o reconhecimento dos créditos tributários referente ao ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS que totalizou R$702,8 milhões e o imparment do Imposto de Renda Diferido no valor de R$206,8 milhões.

A seguir, apresentamos nosso Balanço Patrimonial e a análise de suas principais contas em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

[mil BRL]	2019	AV %	AH %	2020	AV %
Ativo					
Ativo circulante	**1.580.500**	**41%**	**17%**	**1.853.217**	**46%**
Caixa e Equivalentes de Caixa	118.036	3%	18%	138.761	3%
Aplicações Financeiras	11.717	0%	151%	29.433	1%
Banco Conta Vinculada	0	0%	n.a.	0	0%
Contas a receber de clientes	203.616	5%	68%	341.622	8%
Estoques	1.014.982	26%	8%	1.096.926	27%
Impostos e Contribuições a Recuperar	157.006	4%	-44%	87.379	2%
Outros Ativos Circulantes	48.000	1%	123%	107.082	3%
Instrumentos Financeiros Derivativos	16.670	0%	129%	38.150	1%
Despesas Antecipadas	10.473	0%	32%	13.864	0%
Ativo não circulante	**2.289.586**	**59%**	**-5%**	**2.178.497**	**54%**
Ativos mantidos para venda	111.987	3%	0%	112.094	3%
Aplicações Financeiras	13.312	0%	n.a.	13.459	0%
Contas a receber de clientes	0	0%	n.a.	0	0%
Impostos e Contribuições a Recuperar	701.659	18%	-1%	693.674	17%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.343	0%	n.a.	0	0%
Depósitos de Demandas Judiciais	27.498	1%	29%	35.455	1%
Outros Ativos Não Circulantes	95.721	2%	2%	97.292	2%
Despesas Antecipadas	5.653	0%	106%	11.654	0%
Direito de uso de Ativo	23.457			14.582	
Outros Investimentos	2.418	0%	4%	2.513	0%
Ativo Imobilizado	1.286.475	33%	-7%	1.190.201	30%
Ativo intangível	10.063	0%	-25%	7.573	0%
Total do Ativo	**3.870.086**	**100%**	**4%**	**4.031.714**	**100%**

Passivo					
Passivo circulante	**1.356.030**	**35%**	**192%**	**3.966.056**	**98%**
Fornecedores Local	138.472	4%	-8%	127.008	3%
Fornecedores	357.026	9%	-6%	335.386	8%
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	85.641	2%	167%	228.995	6%
Passivo de Arrendamento	12.335			9.416	
Salários e encargos sociais	50.881	1%	-18%	41.898	1%
Impostos e contribuições a recolher	12.448	0%	50%	18.690	0%
Imposto de renda do exercício corrente	7	0%	414%	36	0%
Empréstimos e Financiamentos	568.009	15%	405%	2.866.323	71%
Instrumentos Financeiros Derivativos	49.381	1%	392%	242.937	6%
Dividendos a pagar	172	0%	-12%	152	0%
Adiantamentos de Clientes	11.097	0%	434%	59.299	1%
Outros passivos circulantes	70.561	2%	-49%	35.916	1%
Passivo não circulante	**1.892.660**	**49%**	**-86%**	**264.248**	**7%**
Fornecedores	77	0%	3692%	2.920	0%
Passivo de Arrendamento	12.289			5.789	
Empréstimos e Financiamentos	1.642.876	42%	-99%	22.878	1%
Impostos e contribuições a recolher	0	0%	n.a.	0	0%
Provisão para demandas judiciais	191.910	5%	-1%	189.826	5%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	45.508	1%	-6%	42.835	1%
Outros passivos não circulantes	0	0%	n.a.	0	0%
Patrimônio líquido	**621.396**	**16%**	**-132%**	**(198.590)**	**-5%**
Capital social	2.069.566	53%	0%	2.069.566	51%
Debêntures Conversiveis em ação	25.787	1%	0%	25.787	1%
Custo de Capitalização	(5.375)	0%	0%	(5.375)	0%
Reservas de Reavaliação	198.264	5%	-4%	190.236	5%
Reservas de lucros	0	0%	n.a.	0	0%
Ajuste de avaliação patrimonial	(923.954)	-24%	-5%	(882.337)	-22%
Ações em Tesouraria	(741)	0%	0%	(741)	0%
Prejuízos Acumulados	(742.151)	-19%	115%	(1.595.726)	-40%
Participação de acionistas não controladores	0	0%	n.a.	0	0%
Total do passivo e do patrimônio líquido	**3.870.086**	**100%**	**4%**	**4.031.714**	**100%**

Comentários referentes aos principais itens das contas do:

Ativo Circulante

O Ativo Circulante totalizou R$1.853,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, aumento de 17% em relação aos R$1.580,5 milhões de 31 de dezembro de 2019, com resultado dos efeitos detalhados abaixo.

O Ativo Circulante em 31 de dezembro de 2020 representou 46% do Ativo Total, comparado com 41% em 2019.

Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras de Curto Prazo

No fechamento do ano de 2020, a Companhia apresentou um saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa e aplicações financeiras de curto prazo de R$168,2 milhões, um aumento de 30% em comparação ao ano anterior, quando foi registrado R$129,8 milhões.

Contas a Receber de Clientes

As Contas a Receber totalizaram R$341,6 milhões em 31 de dezembro de 2020, valor 68% maior que os R$203,6 milhões registrados no fim do ano anterior.

Estoques

O estoque é mensurado inicialmente pelo seu valor histórico e, posteriormente, devido ao programa de contabilidade de hedge de estoques, as porções relativas ao custo do metal (Cobre, Ouro, Prata, Chumbo, Zinco e Estanho) são ajustadas ao preço médio em dólares da curva de mercado futuro desses respectivos metais. A conversão dos preços dos metais em dólares para reais é feita pela taxa de câmbio do fechamento do mês.

Em 31 de dezembro de 2020, os Estoques aumentaram 8%, passando de R$1.015,0 milhões em 2019 para R$1.096,9 milhões em 2020.

Impostos e Tributos a Recuperar

O saldo de impostos e tributos a recuperar reduziu em 44%, para R$87,4 milhões em 2020, diante dos R$157,0 milhões em 2019, substancialmente em decorrência de compensações de tributos federais com os créditos referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, reconhecidos em 2019.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante em 31 de dezembro de 2020 representou 54% do Ativo Total, comparado com 59% em 2019.

O Ativo Não Circulante totalizou R$2.178,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 comparado com R$2.289,6 milhões em 2019, houve uma redução de R$111,1 milhões, 5% em relação ao ano anterior, principalmente em:

Imposto de renda e contribuições sociais diferidos

Redução de R$11,3 milhões decorrente de provisão para perda decorrente das incertezas de gerações de lucros tributáveis futuros.

Imobilizado e Intangível

Em 31 de dezembro de 2020, o Imobilizado e Intangível totalizou R$1.197,8 milhões, redução de 8% em relação a 31 de dezembro de 2019, quando o montante registado foi de R$1.296,6 milhões, devido principalmente à depreciação/amortização no período acrescido da entrada de novos projetos.

Ativo Mantidos para Venda

Representado por imóveis disponíveis para venda no montante de R$112,1 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R$112,0 milhões em 31 de dezembro de 2019), avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada, os quais são inferiores aos valores esperados de realização. Este grupo de ativos inclui imóveis que não são mais utilizados nas operações da Companhia e imóveis oriundos de determinação judicial em função de pendências financeiras de seus clientes, e estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e a Companhia tem intensificado suas ações para monetização dos referidos imóveis, pois são parte do plano da Companhia para readequação de sua estrutura de capital.

Comentários referentes aos principais itens das contas do:

Passivo Circulante

O Passivo Circulante em 31 de dezembro de 2020 totalizou R$3.966,1 milhões, 192% acima dos R$1.343,7 milhões de 31 de dezembro de 2019, aumento de R$2.610,0 milhões principalmente pela reclassificação das dívidas em renegociação do passivo não circulante para o passivo circulante no montante atualizado devido ao não cumprimento de cláusula contratual referente ao prazo de pagamento:

O Passivo Circulante em 31 de dezembro de 2020 representou 98% do Passivo e Patrimônio Líquido Total, comparado com 35% em 2019.

Fornecedores e Operações com Forfait e Cartas de Crédito

Fornecedores totalizaram R$462,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, uma redução de R$33,1 milhões em comparação com o ano de 2019, R$495,5 milhões, e aumento de R$143,3 milhões em Operações com Forfaiting e Carta de Crédito que em 2020 totalizavam R$229,0 milhões, contra R$85,6 milhões de 2019.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2020, o total de empréstimos e financiamento era de R$2.866,3 milhões e em 31 de dezembro de 2019 totaliza R$568,0 milhões. Esse aumento refere-se a reclassificação das dívidas em renegociação do passivo não circulante para o passivo circulante devido ao não cumprimento de cláusula contratual referente ao prazo de pagamento.

Impostos e Contribuições a Recolher

A rubrica Impostos e Contribuições a Recolher totalizou R$18,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, aumento de R$6,2 milhão contra um saldo de R$12,5 milhões no final de 31 de dezembro 2019.

Outras Contas a Pagar

A rubrica de outras contas a pagar totalizou R$35,9 milhões em 31 de dezembro de 2020, redução de 49%, contra o saldo de R$70,6 milhões no final de 31 de dezembro 2019, e neste grupo temos registrados valores a pagar correspondentes a:

i) Provisões Diversas, tais como R$5,4 milhões referente gastos previstos para cumprimento das obrigações assumidas no TAC-Termo de Ajuste de Conduta, assinado em 04 de dezembro de 2015, entre o Ministério Público da Bahia, Paranapanema e outros, cujo objeto é a adoção de medidas

mitigadoras, reparatórias e compensatórias dos impactos ambientais na área de influência de Ilha de Maré,

ii) Provisão de serviços de honorários advocatícios de R$7,6 milhões;

iii) Comissões sobre vendas R$11,1 milhões.

Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante teve redução de 86%, atingindo R$264,2 milhões ao final de 2020 comparado com R$1.892,6 milhões de 2019.

O Passivo Não Circulante em 31 de dezembro de 2020 representou 7% do Passivo e Patrimônio Líquido Total, reduzindo 86% em relação a 2019 que era de 49%.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2020, o total de empréstimos e financiamento era de R$22,9 milhões e em 31 de dezembro de 2019 totaliza R$1.642,9 milhões. Essa redução refere-se a reclassificação das dívidas em renegociação do passivo não circulante para o passivo circulante devido ao não cumprimento de cláusula contratual referente ao prazo de pagamento

Provisão para Contingências

As Provisões para Contingências reduziram em 1%, atingindo R$189,8 milhões em 31 de dezembro de 2020 contra R$191,9 milhões no final do ano anterior.

Patrimônio Líquido

Encerramos 2020 com Patrimônio Líquido ficou negativo em R$198,6 milhões, 132% menor que os R$621,4 milhões registrado no final de 2019.

Análise do Fluxo de Caixa nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Fluxos de Caixa (em milhões de R$, exceto percentuais)	2019	AH %	2020
Caixa Líquido Atividades Operacionais	229.701	-42%	133.460
Caixa Líquido Atividades de Investimento	(148.571)	44%	(83.008)
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	(179.762)	83%	(29.727)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	**(98.632)**	**121%**	**20.725**

As Atividades Operacionais resultaram em R$133,5 milhões, decorrente principalmente do contas a receber R$204,8 milhões e diminuição provenientes das operações com fornecedores e cartas de credito envolvendo também os estoques com saídas de R$56,3 milhões em 2020, enquanto em 2019 as Atividades Operacionais resultaram em R$229,7 milhões, decorrente principalmente de antecipação dos contas a receber R$471,0 milhões e diminuição provenientes das operações com fornecedores envolvendo também os estoques com saídas de R$141,3 milhões.

Nas Atividades de Investimentos, houve redução de R$104,0 milhões na aplicação de recursos em adições de imobilizado, sendo R$65,0 milhões de 31 de dezembro de 2020 contra R$169,0 milhões em 2019, e houve resultado líquido de ingressos e resgates de aplicações financeiras em 2020, que totalizou R$17,9 milhões de saida, enquanto que para o mesmo período de 2019 o resultado líquido de ingressos e resgates de aplicações financeiras totalizou R$20,5 milhões de ingresso.

As atividades de financiamentos, decorrente de amortização de empréstimos e encargos financeiros e contratação de novos empréstimos no ano de 2020 foi de R$15,8 milhões, enquanto no mesmo período de 2019 o montante foi de R$142,8 milhões.

h.2. Análise das Demonstrações do Resultado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

[mil BRL]	2018	AV %	AH %	2019	AV %
Receita Líquida	**4.765.777**	**100%**	**10%**	**5.227.641**	**100%**
Mercado Interno (MI)	1.865.493	39%	16%	2.159.568	41%
Mercado Externo (ME)	2.840.027	60%	6%	3.015.578	58%
Transformação (MI)	60.257	1%	-13%	52.495	1%
Custo dos Produtos Vendidos	**(4.495.172)**	94%	-15%	**(5.164.429)**	99%
Lucro Bruto	**270.605**	**6%**	**-77%**	**63.212**	**1%**
% sobre Receitas	5,7%		-4,5 p.p.	1,2%	
Despesas com Vendas	(30.011)	1%	1%	(29.620)	1%
Despesas Gerais e Administrativas	(78.573)	2%	-10%	(86.581)	2%
Honorários da Administração	(7.601)	0%	-8%	(8.232)	0%
Participação dos Empregados	(29.467)	1%	73%	(7.938)	0%
'Outras Operacionais, líquidas	(174.529)	4%	210%	191.513	-4%
Resultado antes do Resultado Financeiro e Tribut	**(49.576)**	**1%**	**347%**	**122.354**	**-2%**
% sobre Receitas	-1,0%		3,4 p.p.	2,3%	
(+) Depreciações e Amortizações	148.197	-3%	12%	166.189	-3%
EBITDA	**98.621**	**-2,07%**	**193%**	**288.543**	**-5,52%**
Resultado Financeiro	(394.388)	8%	116%	64.140	-1%
Receitas Financeiras	822.650	-17%	-6%	770.885	-15%
'Despesas Financeiras	(1.217.038)	26%	42%	(706.745)	14%
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	**(443.964)**	**9%**	**142%**	**186.494**	**-4%**
% sobre Receitas	-9,3%		12,9 p.p.	3,6%	
Impostos	120.591	-3%	-275%	(211.569)	4%
IR e CSLL - Corrente	- 1.424,00	0%	99%	- 10,00	0%
'IR e CSLL - Diferido	122.015	-3%	-273%	(211.559)	4%
Prejuízo Líquido	**(323.373)**	**7%**	**92%**	**(25.075)**	**0%**
% sobre Receitas	-6,8%		6,3 p.p.	-0,5%	

A Receita Líquida Total somou R$5.227,6 milhões em 2019 e R$4.765,8 milhões em 2018, ou seja, houve um aumento a receita de 10% comparada ao ano anterior. Do total de receitas no ano, 42% foram oriundas do mercado interno (40% em 2018) e 58% do mercado externo (60% em 2018).

Em Cobre Primário, a Receita Líquida alcançou R$1.308,9 em 2019, com redução de 14% comparada ao ano anterior.

Em Produtos de Cobre, a Receita Líquida alcançou e R$3.236.6 milhões em 2019 30% maior que em 2018 (R$ 2.499,2milhões). Barras, Perfis, Arames, Laminados, Tubos e Conexões alcançaram R$683,1 milhões no ano, com redução de 13% comparado ao mesmo período do ano anterior. Já os produtos de Vergalhões, Fios e Outros somaram R$2.553,6 milhões no ano, com aumento de 26% comparado a 2018. Tais crescimentos podem ser explicados pela estratégia comercial de melhorar
o mix de vendas, aumentando a participação de produtos que oferecem maior rentabilidade. No ano do total de receitas de produtos de cobre, 55% foram oriundas do mercado interno e 45% do mercado externo.

Em Coprodutos, a Receita Líquida atingiu R$682,1 milhões em 2019, redução de 7% comparada ao ano anterior. Tal redução se deu por conta das perdas nas operações de Revert. Do total de receitas deste componente, 42% foram oriundas do mercado interno e 58% do mercado externo.

Custo Dos Produtos Vendidos

Os Custo dos Produtos Vendidos de 2019 atingiu o montante de R$5.164,4 milhões (R$4.495,2 milhões em 2018), ou seja, houve um aumento de 15% comparado ao ano anterior, 5% maior que o aumento da receita líquida. O custo dos produtos vendidos representou 99% das receitas liquidas em 2019 (94% em 2018).

O Custo do Metal em Reais aumentou 15% no ano, totalizando R$4.567,5 milhões, quando comparado com R$3.970,3 milhões em 2019, resultado do aumento do volume de venda e preço do metal em reais no período.

O Custo de Transformação apresentou aumento de 14% no ano de 2019 comparado a 2018, atingindo R$596,9 milhões e R$524,9 milhões respectivamente, acompanhando o aumento da receita de vendas.

Lucro Bruto

O Lucro Bruto atingiu R$63,2 milhões em 2019, 77% inferior ao ano anterior, R$270,6 milhões em 2018, impactado principalmente pela operação de Revert, consumo de soda cáustica, além do volume reduzido devido à manutenção programada da fábrica.

Despesas/Receitas Operacionais

As Despesas/Receitas operacionais líquidas atingiram no ano de 2019 uma receita de R$59,1 milhões, contra uma despesa registrada no ano de 2018 no montante de R$320,2 milhões, decorrente principalmente de outras despesas operacionais.

a) Despesas com Vendas

As Despesas com Vendas no ano, tiveram uma redução de 1% comparadas ao ano anterior, atingindo o montante de R$29,6 milhões em 2019 face a R$30,0 milhões em 2018.

b) Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas atingiram R$86,6 milhões em 2019 e R$78,6 milhões em 2018, 10% de aumento.

c) Honorários da Administração

Os honorários da Administração atingiram R$8,2 milhões em 2019 e R$7,6 milhões em 2018, variação de 8%.

d) Participação dos Empregados

A Participação dos Empregados apresentou redução de 73% no ano de 2019 atingindo R$7,9 milhões, quando comparado ao ano de 2018 de R$29,6 milhões, em função da reversão de provisão de Incentivo de Longo Prazo (ILP) de resultados passados.

e) Outras Despesas Operacionais, líquidas

As outras operacionais líquidas somaram receita de R$191,5 milhões em 2019 contra uma despesa de R$174,6 milhões em 2018, variação explicada principalmente pelo reconhecimento de crédito de impostos referente a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro Líquido no ano foi de R$64,1 milhões positivo contra R$394,4 milhões negativo no resultado de 2018.

As despesas de juros líquidas de receitas ficaram positivas em R$104,2 milhões, um aumento de R$286,8 milhões em relação ao ano de 2018, impactado principalmente pelo reconhecimento da atualização Selic do crédito tributário de ICMS na base de cálculo do PIS/Cofins.

O resultado com variação cambial líquida acumulada no ano de 2019, apresentou uma redução de R$170,7 milhões, comparativamente ao mesmo período de 2018, sendo R$40,1 milhões em 2019 e R$211,8 milhões em 2017.

Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

A apuração de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido em 2019 foi de R$211,7 milhões negativo contra um resultado positivo de R$120,6 milhões em 2018, principalmente decorrente de provisão para perda no valor de R$206,8 milhões decorrente das incertezas de gerações de lucros tributáveis futuros.

A Administração manterá o monitoramento tempestivo dos créditos e, a qualquer tempo mediante estimativas de realização de lucros tributáveis, os valores provisionados para perda serão revertidos a favor da Companhia. No Brasil, a compensação dos prejuízos fiscais não possui prazo prescricional, estando apenas limitados a 30% dos lucros anuais.

Resultado Líquido

A Companhia apresentou resultado líquido negativo no ano de 2019 no montante de R$25,1 mihões contra um prejuízo de R$323,4 milhões em 2018. Os principais itens não recorrente do exercício foram o reconhecimento dos créditos tributários referente ao ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS que totalizou R$702,8 milhões e o imparment do Imposto de Renda Diferido no valor de R$206,8 milhões.

A seguir, apresentamos nosso Balanço Patrimonial e a análise de suas principais contas em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

[mil BRL]	2018	AV %	AH %	2019	AV %
Ativo					
Ativo circulante	**2.787.160**	**60%**	**-43%**	**1.580.500**	**41%**
Caixa e Equivalentes de Caixa	216.668	5%	-46%	118.036	3%
Aplicações Financeiras	28.791	1%	-59%	11.717	0%
Banco Conta Vinculada	0	0%	n.a.	0	0%
Contas a receber de clientes	665.589	14%	-69%	203.616	5%
Estoques	1.626.575	35%	-38%	1.014.982	26%
Impostos e Contribuições a Recuperar	101.742	2%	54%	157.006	4%
Outros Ativos Circulantes	7.693	0%	524%	48.000	1%
Instrumentos Financeiros Derivativos	129.313	3%	-87%	16.670	0%
Despesas Antecipadas	10.789	0%	-3%	10.473	0%
Ativo não circulante	**1.836.334**	**40%**	**25%**	**2.289.586**	**59%**
Ativos mantidos para venda	112.745	2%	-1%	111.987	3%
Aplicações Financeiras	16.765	0%	n.a.	13.312	0%
Contas a receber de clientes	1.096	0%	n.a.	0	0%
Impostos e Contribuições a Recuperar	122.400	3%	473%	701.659	18%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	177.395	4%	-94%	11.343	0%
Depósitos de Demandas Judiciais	32.309	1%	-15%	27.498	1%
Outros Ativos Não Circulantes	83.953	2%	14%	95.721	2%
Despesas Antecipadas	9.669	0%	-42%	5.653	0%
Direito de uso de Ativo				23.457	
Outros Investimentos	2.327	0%	4%	2.418	0%
Ativo Imobilizado	1.267.510	27%	1%	1.286.475	33%
Ativo intangível	10.165	0%	-1%	10.063	0%
Total do Ativo	**4.623.494**	**100%**	**-16%**	**3.870.086**	**100%**

Passivo					
Passivo circulante	**1.829.754**	**40%**	**-26%**	**1.356.030**	**35%**
Fornecedores Local	82.481	2%	68%	138.472	4%
Fornecedores	1.175.506	25%	-70%	357.026	9%
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	66.914	1%	28%	85.641	2%
Passivo de Arrendamento				12.335	
Salários e encargos sociais	60.061	1%	-15%	50.881	1%
Impostos e contribuições a recolher	9.715	0%	28%	12.448	0%
Imposto de renda do exercício corrente	1.424	0%	-100%	7	0%
Empréstimos e Financiamentos	131.829	3%	331%	568.009	15%
Instrumentos Financeiros Derivativos	26.449	1%	87%	49.381	1%
Dividendos a pagar	26.274	1%	-99%	172	0%
Adiantamentos de Clientes	193.122	4%	-94%	11.097	0%
Outros passivos circulantes	55.979	1%	26%	70.561	2%
Passivo não circulante	**2.191.243**	**47%**	**-14%**	**1.892.660**	**49%**
Fornecedores	0	0%	n.a.	77	0%
Passivo de Arrendamento				12.289	
Empréstimos e Financiamentos	2.017.084	44%	-19%	1.642.876	42%
Impostos e contribuições a recolher	0	0%	n.a.	0	0%
Provisão para demandas judiciais	174.159	4%	10%	191.910	5%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0%	n.a.	45.508	1%
Outros passivos não circulantes	0	0%	n.a.	0	0%
Patrimônio líquido	**602.497**	**13%**	**3%**	**621.396**	**16%**
Capital social	1.990.708	43%	4%	2.069.566	53%
Debêntures Conversiveis em ação	104.645	2%	-75%	25.787	1%
Custo de Capitalização	(5.375)	0%	0%	(5.375)	0%
Reservas de Reavaliação	206.438	4%	-4%	198.264	5%
Reservas de lucros	0	0%	n.a.	0	0%
Ajuste de avaliação patrimonial	(967.928)	-21%	-5%	(923.954)	-24%
Ações em Tesouraria	(741)	0%	0%	(741)	0%
Prejuízos Acumulados	(725.250)	-16%	2%	(742.151)	-19%
Participação de acionistas não controladores	0	0%	n.a.	0	0%
Total do passivo e do patrimônio líquido	**4.623.494**	**100%**	**-16%**	**3.870.086**	**100%**

Comentários referentes aos principais itens das contas do:

Ativo Circulante

O Ativo Circulante totalizou R$1.580,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, redução de 43% em relação aos R$2.787,2 milhões de 31 de dezembro de 2018, com resultado dos efeitos detalhados abaixo.

O Ativo Circulante em 31 de dezembro de 2019 representou 41% do Ativo Total, comparado com 60% em 2018.

Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras de Curto Prazo

No fechamento do ano de 2019, a Companhia apresentou Caixa e Equivalentes de Caixa e aplicações financeiras de curto prazo de R$129,8 milhões, uma redução de 52% em comparação ao ano anterior, quando foi registrado R$245,5 milhões.

Contas a Receber de Clientes

As Contas a Receber totalizaram R$203,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, valor 69% inferior aos R$665,6 milhões registrados no fim do ano anterior, principalmente em função de cessão de créditos realizadas.

Estoques

O estoque é mensurado inicialmente pelo seu valor histórico e, posteriormente, devido ao programa de contabilidade de hedge de estoques, as porções relativas ao custo do metal (Cobre, Ouro, Prata, Chumbo, Zinco e Estanho) são ajustadas ao preço médio em dólares da curva de mercado futuro desses respectivos metais. A conversão dos preços dos metais em dólares para reais é feita pela taxa de câmbio do fechamento do mês.

Em 31 de dezembro de 2019, os Estoques reduziram 38%, passando de R$1.626,6 milhões em 2018 para R$1.015,0 milhões em 2019, motivado principalmente pela parada de manutenção programada no final do exercicio.

Impostos e Tributos a Recuperar

O saldo de impostos e tributos a recuperar variou 54%, para R$157,0 milhões em 2019, de R$101,7 milhões em 2018, substancialmente em decorrência de reconhecimento de créditos referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante em 31 de dezembro de 2019 representou 59% do Ativo Total, comparado com 40% em 2018.

O Ativo Não Circulante totalizou R$2.266.1 milhões em 31 de dezembro de 2019 comparado com R$1.836,3 milhões em 2018, houve um aumento de 23% em relação ao ano anterior, principalmente em:

Imposto de renda e contribuições sociais diferidos

Redução de 94% em relação ao ano anterior, de R$177,4 milhões em 2018 para R$11,3 milhões em 2019, principalmente decorrente de provisão para perda no valor de R$206,8 milhões decorrente das incertezas de gerações de lucros tributáveis futuros.

Os impostos a recuperar não circulante

O aumento de R$579,3 milhões, de R$122,4 milhões em 2018 para R$701,7 milhões em 2019, substancialmente em decorrência de reconhecimento de créditos referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

Imobilizado e Intangível

Em 31 de dezembro de 2019, o Imobilizado e Intangível totalizou R$1.296,6 milhões, aumento de 1,5% em relação a 31 de dezembro de 2018 quando o montante registado foi de R$1.277,7 milhões, devido principalmente à depreciação/amortização no período acrescido da entrada de novos projetos.

Ativo Mantidos para Venda

Representado por imóveis disponíveis para venda no montante de R$112,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 (R$112,7 milhões em 31 de dezembro de 2018), avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada, os quais são inferiores aos valores esperados de realização. Este grupo de ativos inclui imóveis que não são mais utilizados nas operações da Companhia e imóveis oriundos de determinação judicial em função de pendências financeiras de seus clientes, e estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e a Companhia tem intensificado suas ações para monetização dos referidos imóveis, pois são parte do plano da Companhia para readequação de sua estrutura de capital.

Comentários referentes aos principais itens das contas do:

Passivo Circulante

O Passivo Circulante em 31 de dezembro de 2019 totalizou R$1.343,7 milhões, 27% abaixo dos R$1.829,8 milhões de 31 de dezembro de 2018, redução de R$486,1 milhões principalmente pela redução nos fornecedores alinhado com a redução nos estoques e transferências das parcelas de empréstimos de logo prazo para curto prazo:

O Passivo Circulante em 31 de dezembro de 2019 representou 34% do Passivo e Patrimônio Líquido Total, comparado com 40% em 2018.

Fornecedores e Operações com Forfait e Cartas de Crédito

Fornecedores totalizaram R$495,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, uma redução de R$762,5 milhões em comparação com o ano de 2018, R$1.258,0 milhões, e aumento de R$18,7 milhões em Operações com Forfaiting e Carta de Crédito que em 2018 totalizavam R$85,6 milhões, contra R$66,9 milhões de 2018.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2019, o total de empréstimos e financiamento era de R$568,0 milhões e em 31 de dezembro de 2018 totaliza R$131,8 milhões. Esse aumento refere-se às parcelas transferidas de longo prazo para curto prazo.

Impostos e Contribuições a Recolher

A rubrica Impostos e Contribuições a Recolher totalizou R$12,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, aumento de R$1,3 milhão contra um saldo de R$11,1 milhões no final de 31 de dezembro 2018.

Outras Contas a Pagar

A rubrica de outras contas a pagar totalizou R$70,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, aumento de 26%, contra o saldo de R$56,0 milhões no final de 31 de dezembro 2018, e neste grupo temos registrados valores a pagar correspondentes a:

i) Provisões Diversas, tais como R$5,8 milhões referente gastos previstos para cumprimento das obrigações assumidas no TAC-Termo de Ajuste de Conduta, assinado em 04 de dezembro de 2015, entre o Ministério Público da Bahia, Paranapanema e outros, cujo objeto é a adoção de medidas mitigadoras, reparatórias e compensatórias dos impactos ambientais na área de influência de Ilha de Maré,

ii) Provisão de serviços de honorários advocatícios de R$8,2 milhões;

iii) Comissões sobre vendas R$8,7 milhões.

iv) Provisões de CAPEX R$25,2 milhões

Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante teve redução de 16%, atingindo R$1.834,9 milhões ao final de 2019 comparado com R$2.191,2 milhões de 2018.

O Passivo Não Circulante em 31 de dezembro de 2019 representou 46% do Passivo e Patrimônio Líquido Total, reduzindo 1 p.p. em relação a 2018, 47%.

Provisão para Contingências

As Provisões para Contingências aumentaram em 10%, atingindo R$191,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 contra R$174,1 milhões no final do ano anterior, devido principalmente ao aumento das causas trabalhistas.

Patrimônio Líquido

Encerramos 2019 com Patrimônio Líquido de R$621,4 milhões, 3% maior que os R$602,5 milhões registrado no final de 2018.

Análise do Fluxo de Caixa nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Fluxos de Caixa (em milhões de R$, exceto percentuais)	2018	AH %	2019
Caixa Líquido Atividades Operacionais	261.830	-12%	229.701
Caixa Líquido Atividades de Investimento	(190.402)	22%	(148.571)
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	(200.311)	10%	(179.762)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	**(128.883)**	**23%**	**(98.632)**

As Atividades Operacionais resultaram em R$229,7 milhões, decorrente principalmente de antecipação dos contas a receber R$471,0 milhões e diminuição provenientes das operações com fornecedores envolvendo também os estoques com saídas de R$141,3 milhões em 2019, enquanto em 2018 as Atividades Operacionais resultaram em R$261,8 milhões, decorrente principalmente de (i) ingresso de recursos provenientes das operações com fornecedores em R$476,3 milhões, (ii) aplicação de recursos do caixa nos instrumentos financeiros no valor de R$164,3 milhões em 2018.

Nas Atividades de Investimentos, houve redução de R$28,9 milhões na aplicação de recursos em adições de imobilizado, sendo R$169,0 milhões de 31 de dezembro de 2019 contra R$197,9 milhões em 2018, e houve resultado líquido de ingressos e resgates de aplicações financeiras em 2019, que totalizou R$20,5 milhões de ingresso, enquanto que para o mesmo período de 2018 o resultado líquido de ingressos e resgates de aplicações financeiras totalizou R$7,5 milhões de ingresso.

As atividades de financiamentos, decorrente de amortização de empréstimos e encargos financeiros e contratação de novos empréstimos no ano de 2019 foi de R$142,8 milhões, enquanto no mesmo período de 2018 o montante foi de R$200,3 milhões.

h.3. Análise das Demonstrações do Resultado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

[mil BRL]	2017	AV %	AH %	2018	AV %
Receita Líquida	**3.508.460**	**100%**	**36%**	**4.765.777**	**100%**
Mercado Interno (MI)	1.505.602	43%	24%	1.865.493	39%
Mercado Externo (ME)	1.954.771	56%	45%	2.840.027	60%
Transformação (MI)	48.087	1%	25%	60.257	1%
Custo dos Produtos Vendidos	**(3.263.895)**	93%	-38%	**(4.495.172)**	94%
Lucro Bruto	**244.565**	**7%**	**11%**	**270.605**	**6%**
% sobre Receitas	7,0%		-1,3 p.p.	5,7%	
Despesas com Vendas	(28.072)	1%	-7%	(30.011)	1%
Despesas Gerais e Administrativas	(68.772)	2%	-14%	(78.573)	2%
Honorários da Administração	(7.398)	0%	-3%	(7.601)	0%
Participação dos Empregados	(22.918)	1%	-29%	(29.467)	1%
'Outras Operacionais, líquidas	(458.683)	13%	62%	(174.529)	4%
Resultado antes do Resultado Financeiro e Tribut	**(341.278)**	**10%**	**85%**	**(49.576)**	**1%**
% sobre Receitas	-9,7%		8,7 p.p.	-1,0%	
(+) Depreciações e Amortizações	126.573	-4%	17%	148.197	-3%
EBITDA	**(214.705)**	**6%**	**146%**	**98.621**	**-2,07%**
Resultado Financeiro	(187.810)	5%	-110%	(394.388)	8%
Receitas Financeiras	499.778	-14%	65%	822.650	-17%
'Despesas Financeiras	(687.588)	20%	-77%	(1.217.038)	26%
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	**(529.088)**	**15%**	**16%**	**(443.964)**	**9%**
% sobre Receitas	-15,1%		5,8 p.p.	-9,3%	
Impostos	393.318	-11%	-69%	120.591	-3%
IR e CSLL - Corrente	- 4.628,00	0%	69%	- 1.424,00	0%
'IR e CSLL - Diferido	397.946	-11%	-69%	122.015	-3%
Prejuízo Líquido	**(135.770)**	**4%**	**-138%**	**(323.373)**	**7%**
% sobre Receitas	-3,9%		-2,9 p.p.	-6,8%	

Receita Líquida

A Receita Líquida Total somou R$4.765,8 milhões em 2018 e R$3.508,5 milhões em 2017, ou seja, houve um aumento a receita de 36% comparada ao ano anterior. Do total de receitas no ano, 40% foram oriundas do mercado interno (44% em 2017) e 60% do mercado externo (56% em 2017).

Em Cobre Primário, a Receita Líquida alcançou R$1.530,6 milhões em 2018, com aumento de 24% comparada ao ano anterior em função da maior disponibilidade da planta e consequentemente maior volume de produção de catodos além do maior preço médio ao longo de 2018.

Em Produtos de Cobre, a Receita Líquida alcançou e R$2.499,2 milhões em 2018, 37% maior que em 2017 (R$ 1.822,4 milhões). Barras, Perfis, Arames, Laminados, Tubos e Conexões alcançaram R$783,6 milhões no ano, com crescimento de 15% comparado ao mesmo período do ano anterior. Já os produtos de Vergalhões, Fios e Outros somaram R$1.715,6 milhões no ano, com aumento de 50% comparado a

2017. Tais crescimentos podem ser explicados pela estratégia comercial de melhorar o mix de vendas, aumentando a participação de produtos que oferecem maior rentabilidade. No ano do total de receitas de produtos de cobre, 60% foram oriundas do mercado interno e 40% do mercado externo.

Em Coprodutos, a Receita Líquida atingiu R$736,1 milhões em 2018, aumento de 63% comparada ao ano anterior. Tal evolução se deu por conta do aumento dos preços de ácido sulfúrico nos mercados internacionais, além de algumas vendas spot de Revert e da maior concentração de ouro nas vendas de Lama Anódica. Do total de receitas deste componente, 26% foram oriundas do mercado interno e 74% do mercado externo.

Custo dos Produtos Vendidos

Os Custo dos Produtos Vendidos de 2018 atingiu o montante de R$4.495,2 milhões (R$3.263,9 milhões em 2017), ou seja, houve um aumento de 37% comparado ao ano anterior, acompanhando o aumento da receita líquida. O custo dos produtos vendidos representou 94% das receitas liquidas em 2018 (93% em 2017).

O Custo do Metal em Reais aumentou 40% no ano, totalizando R$3.970,3 milhões, quando comparado com R$2.821,2 milhões em 2017, resultado do aumento do volume de venda e preço do metal em reais no período.

O Custo de Transformação apresentou aumento de 19% no ano de 2018 comparado a 2017, atingindo R$524,9 milhões e R$442,7 milhões respectivamente, acompanhando o aumento da receita de vendas.

Lucro Bruto

O Lucro Bruto atingiu R$270,6 milhões em 2018, 11% superior ao ano anterior, R$244,6 milhões em 2017, principalmente por conta do aumento da participação de produtos de cobre sobre o volume de vendas total (melhoria de mix), da alta dos prêmios dos coprodutos e de Barras, Arames, Tubos e Laminados e da valorização do dólar no período. A Margem Bruta no ano foi de 6% em 2018 contra 7% em 2017.

Despesas Operacionais

As Despesas Totais atingiram no ano de 2018 R$336,1 milhões, uma redução de 43% comparado a 2017 onde o montante registrado foi de R$585,8 milhões. Em 2018, as Despesas Operacionais Totais em relação à Receita Líquida apresentaram queda de 10 p.p. (de 17% em 2017 para 7% em 2018), decorrente principalmente de outras despesas operacionais.

a) Despesas com Vendas

As Despesas com Vendas no ano, tiveram um aumento de 7% comparadas ao ano anterior, atingindo o montante de R$30,0 milhões em 2018 face a R$28,1 milhões em 2017.

b) Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas atingiram R$78,6 milhões em 2018 e R$68,7 milhões em 2017, 12% de aumento, igualmente impactadas pelas ações de redução da estrutura organizacional e gastos.

c) Honorários da Administração

Os honorários da Administração atingiram R$7,6 milhões em 2018 e R$7,4 milhões em 2017, variação de 3%.

d) Participação dos Empregados

A Participação dos Empregados apresentou aumento de 29% no ano de 2018 atingindo R$29,5 milhões, quando comparado ao ano de 2017 R$22,9 milhões, em função da provisão de Incentivo de Longo Prazo (ILP) de resultados passados.

e) Outras Despesas Operacionais, líquidas

As outras despesas operacionais líquidas somaram R$190,4 milhões em 2018 e R$458,7 milhões em 2017, redução de R$268,2 milhões, explicado principalmente pelo aumento significativo no ano de 2017, nas provisões de contingências decorrente da adesão ao PERT, R$186,8 milhões, para quitação de passivo contingente tributário.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro Líquido no ano foi de R$378,5 milhões negativo, R$190,7 milhões maior do que o resultado de 2017, quando atingiu R$187,8 milhões.

As despesas de juros líquidas de receitas ficaram estáveis, sendo R$146,7 milhões no ano de 2018 contra R$146,5 milhões no ano de 2017.

O resultado com variação cambial, variação monetária e ajuste a valor presente líquido acumulado no ano de 2018 apresentou um aumento de R$181,6 milhões, comparativamente ao mesmo período de 2017, sendo R$197,8 milhões em 2018 e R$16,2 milhões em 2017, impactado principalmente pela variação do dólar.

Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

A apuração de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido teve uma queda de 69%, ou R$272,8 milhões, de R$393,3 milhões positivo em 2017 para R$120,6 milhões em 2018, principalmente decorrente da reversão da provisão para perda em 2017, de créditos diferidos de Imposto de Renda que estavam sendo acumulados desde o segundo trimestre de 2016 por conta das incertezas de gerações de lucros tributáveis futuros e a necessidade de uma reestruturação financeira.

A Administração manterá o monitoramento tempestivo dos créditos e, a qualquer tempo mediante estimativas de realização de lucros tributáveis, os valores provisionados para perda serão revertidos a favor da Companhia. No Brasil, a compensação dos prejuízos fiscais não possui prazo prescricional, estando apenas limitados a 30% dos lucros anuais.

Resultado Líquido

Apesar dos baixos volumes de produção, a Companhia reduziu seu prejuízo em 64% em relaçãoao ano anterior. Em 2017 o prejuízo líquido foi de R$135,8 milhões contra um prejuízo líquido foi de R$373,2 milhões em 2016, decorrente dos esforços da administração na contenção de custos e despesas e da recuperação dos créditos fiscais, fruto da bem- sucedida reestruturação financeira.

No acumulado do ano, os impactos não monetários da variação cambial sobre as dívidas de longo prazo totalizaram R$231,2 milhões, e levaram a um prejuízo líquido de R$323,4 milhões, um aumento do prejuízo em 138% em relação ao ano anterior que foi de R$135,8 milhões.

A seguir, apresentamos nosso Balanço Patrimonial e a análise de suas principais contas em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

[mil BRL]	2017	AV %	AH %	2018	AV %
Ativo					
Ativo circulante	**2.493.482**	**59%**	**12%**	**2.787.160**	**60%**
Caixa e Equivalentes de Caixa	345.551	8%	-37%	216.668	5%
Aplicações Financeiras	38.453	1%	-25%	28.791	1%
Banco Conta Vinculada	0	0%	n.a.	0	0%
Contas a receber de clientes	371.384	9%	79%	665.589	14%
Estoques	1.546.971	37%	5%	1.626.575	35%
Impostos e Contribuições a Recuperar	88.629	2%	15%	101.742	2%
Outros Ativos Circulantes	6.850	0%	12%	7.693	0%
Instrumentos Financeiros Derivativos	85.591	2%	51%	129.313	3%
Despesas Antecipadas	10.053	0%	7%	10.789	0%
Ativo não circulante	**1.718.009**	**41%**	**7%**	**1.836.334**	**40%**
Ativos mantidos para venda	111.548	3%	1%	112.745	2%
Aplicações Financeiras	14.632	0%	n.a.	16.765	0%
Contas a receber de clientes	17.895	0%	-94%	1.096	0%
Impostos e Contribuições a Recuperar	112.756	3%	9%	122.400	3%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	55.381	1%	220%	177.395	4%
Depósitos de Demandas Judiciais	28.248	1%	14%	32.309	1%
Outros Ativos Não Circulantes	81.544	2%	3%	83.953	2%
Despesas Antecipadas	12.720	0%	-24%	9.669	0%
Direito de uso de Ativo					
Outros Investimentos	2.250	0%	3%	2.327	0%
Ativo Imobilizado	1.274.584	30%	-1%	1.267.510	27%
Ativo intangível	6.451	0%	58%	10.165	0%
Total do Ativo	**4.211.491**	**100%**	**10%**	**4.623.494**	**100%**

Passivo					
Passivo circulante	**1.328.981**	**32%**	**38%**	**1.829.754**	**40%**
Fornecedores Local	85.874	2%	-4%	82.481	2%
Fornecedores	715.329	17%	64%	1.175.506	25%
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	41.819	1%	60%	66.914	1%
Passivo de Arrendamento					
Salários e encargos sociais	49.767	1%	21%	60.061	1%
Impostos e contribuições a recolher	25.827	1%	-62%	9.715	0%
Imposto de renda do exercício corrente	0	0%	n.a.	1.424	0%
Empréstimos e Financiamentos	120.977	3%	9%	131.829	3%
Instrumentos Financeiros Derivativos	183.670	4%	-86%	26.449	1%
Dividendos a pagar	24.429	1%	8%	26.274	1%
Adiantamentos de Clientes	37.520	1%	415%	193.122	4%
Outros passivos circulantes	43.769	1%	28%	55.979	1%
Passivo não circulante	**1.993.988**	**47%**	**10%**	**2.191.243**	**47%**
Fornecedores	604	0%	n.a.	0	0%
Passivo de Arrendamento					
Empréstimos e Financiamentos	1.807.001	43%	12%	2.017.084	44%
Impostos e contribuições a recolher	178	0%	n.a.	0	0%
Provisão para demandas judiciais	186.205	4%	-6%	174.159	4%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0%	n.a.	0	0%
Outros passivos não circulantes	0	0%	n.a.	0	0%
Patrimônio líquido	**888.522**	**21%**	**-32%**	**602.497**	**13%**
Capital social	1.984.751	47%	0%	1.990.708	43%
Debêntures Conversiveis em ação	110.602	3%	-5%	104.645	2%
Custo de Capitalização	(5.375)	0%	0%	(5.375)	0%
Reservas de Reavaliação	218.917	5%	-6%	206.438	4%
Reservas de lucros	0	0%	n.a.	0	0%
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.005.276)	-24%	-4%	(967.928)	-21%
Ações em Tesouraria	(741)	0%	0%	(741)	0%
Prejuízos Acumulados	(414.356)	-10%	75%	(725.250)	-16%
Participação de acionistas não controladores	0	0%	n.a.	0	0%
Total do passivo e do patrimônio líquido	**4.211.491**	**100%**	**10%**	**4.623.494**	**100%**

Comentários referentes aos principais itens das contas do:

A seguir, apresentamos nosso Balanço Patrimonial e a análise de suas principais contas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Ativo Circulante

O Ativo Circulante totalizou R$2.787,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, aumento de 12% em relação aos R$2.493,5 milhões de 31 de dezembro de 2017, com resultado dos efeitos detalhados abaixo.

O Ativo Circulante em 31 de dezembro de 2018 representou 60% do Ativo Total, comparado com 59% em 2017.

Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras de Curto Prazo

No fechamento do ano de 2018, a Companhia apresentou Caixa e Equivalentes de Caixa e aplicações financeiras de curto prazo de R$245,5 milhões, uma redução de 37% em comparação ao ano anterior, quando foi registrado R$384,0 milhões.

Contas a Receber de Clientes

As Contas a Receber totalizaram R$665,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, valor 79% superior aos R$371,3 milhões registrados no fim do ano anterior, principalmente em função do aumento da da receita líquida.

Estoques

O estoque é mensurado inicialmente pelo seu valor histórico e, posteriormente, devido ao programa de contabilidade de hedge de estoques, as porções relativas ao custo do metal (Cobre, Ouro, Prata, Chumbo, Zinco e Estanho) são ajustadas ao preço médio em dólares da curva de mercado futuro desses respectivos metais. A conversão dos preços dos metais em dólares para reais é feita pela taxa de câmbio do fechamento do mês.

Em 31 de dezembro de 2018, os Estoques ficaram estáveis, com um aumento de 5%, passando de R$1.547,0 milhões em 2017 para R$1.626,6 milhões em 2018.

Impostos e Tributos a Recuperar

O saldo de impostos e tributos a recuperar variou 15%, para R$101,7 milhões em 2018, de R$88,6 milhões em 2017, substancialmente em decorrência de reconhecimento de créditos, do período de março de 2017 a fevereiro de 2018, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante em 31 de dezembro de 2018 representou 40% do Ativo Total, comparado com 41% em 2017.

O Ativo Não Circulante totalizou R$1.836,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 comparado com R$1.718,0 milhões em 2017, houve um aumento de 7% em relação ao ano anterior, principalmente em:

Imposto de renda e contribuições sociais diferidos

Aumento de R$122,0 milhões, de R$55,4 milhões de 2017 para R$177,4 milhões em 2018, explicado pelo aumento do prejuízo fiscal no período.

Os impostos a recuperar não circulante

O Aumento de R$9,6 milhões, de R$112,8 milhões em 2017 para R$122,4 milhões em 2018, explicado pela reversão da provisão para perda referente ao ICMS, no montante de R$7,9 milhões, em função das medidas tomadas para a utilização do crédito.

Imobilizado e Intangível

Em 31 de dezembro de 2018, o Imobilizado e Intangível totalizou R$1.277,7 milhões, queda de 0,3% em relação a 31 de dezembro de 2017 quando o montante registado foi de R$1.281,0 milhões, devido principalmente à depreciação/amortização no período acrescido da entrada de novos projetos.

Ativo Mantidos para Venda

Representado por imóveis disponíveis para venda no montante de R$112.745 em 31 de dezembro de 2018 (R$111.548 em 31 de dezembro de 2017), avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada, os quais são inferiores aos valores esperados de realização. Este grupo de ativos inclui imóveis que não são mais utilizados nas operações da Companhia e imóveis oriundos de determinação judicial em função de pendências financeiras de seus clientes, e estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e a Companhia tem intensificado suas ações para monetização dos referidos imóveis, pois são parte do plano da Companhia para readequação de sua estrutura de capital.

Comentários referentes aos principais itens das contas do:

Passivo Circulante

O Passivo Circulante em 31 de dezembro de 2018 totalizou R$1.829,8 milhões, 38% acima dos R$1.329,0 milhões de 31 de dezembro de 2017, aumento de R$500,8 milhões principalmente pelo aumento nos fornecedores:

O Passivo Circulante em 31 de dezembro de 2018 representou 40% do Passivo e Patrimônio Líquido Total, comparado com 32% em 2017.

Fornecedores e Operações com Forfait e Cartas de Crédito

Fornecedores totalizaram R$1.296,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, um aumento de R$456,8 milhões em comparação com o ano de 2017, R$801,2 milhões, e aumento de R$25,1 milhões em Operações com Forfaiting e Carta de Crédito que em 2018 totalizavam R$66,9 milhões, 60% menor do que R$41,8 milhões de 2017.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2018, o total de empréstimos e financiamento era de R$131.8, 9% maior em comparação ao mesmo período de 2017 que totaliza no passivo circulante R$121,0 milhões.

Impostos e Contribuições a Recolher

A rubrica Impostos e Contribuições a Recolher totalizou R$11,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, redução de 62% contra um saldo de R$25,8 milhões no final de 31 de dezembro 2017, principalmente pela geração de saldo credor na apuração do PIS e da COFINS.

Outras Contas a Pagar

A rubrica de outras contas a pagar totalizou R$55,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, aumento de 28%, contra o saldo de R$43,8 milhões no final de 31 de dezembro 2017, e neste grupo temos registrados valores a pagar correspondentes a:

i) Provisões Diversas, tais como R$6,1 milhões referente gastos previstos para cumprimento das obrigações assumidas no TAC-Termo de Ajuste de Conduta, assinado em 04 de dezembro de 2015, entre o Ministério Público da Bahia, Paranapanema e outros, cujo objeto é a adoção de medidas mitigadoras, reparatórias e compensatórias dos impactos ambientais na área de influência de Ilha de Maré,

ii) Provisão de serviços de honorários advocatícios de R$9,7 milhões;

iii) Comissões sobre vendas R$9,7 milhões.

Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante teve aumento de 10%, atingindo R$2.191,2 milhões ao final de 2018 comparado com R$1.994,0 milhões de 2017.

O Passivo Não Circulante em 31 de dezembro de 2018 representou 47% do Passivo e Patrimônio Líquido Total, mantendo o mesmo nível de 2017.

Provisão para Contingências
As Provisões para Contingências reduziram em 4%, atingindo R$174,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 contra R$186,2 milhões no final do ano anterior, devido principalmente a diminuição e acordos das causas trabalhistas.

Patrimônio Líquido

Encerramos 2018 com Patrimônio Líquido de R$602,5 milhões, 32% menor que os R$888,5 milhões registrado no final de 2017, em função do prejuízo acumulado no período.

Análise do Fluxo de Caixa nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Fluxos de Caixa (em milhões de R$, exceto percentuais)	2017	AH %	2018
Caixa Líquido Atividades Operacionais	113.646	130%	261.830
Caixa Líquido Atividades de Investimento	(42.194)	-351%	(190.402)
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	131.275	-253%	(200.311)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	**202.727**	**-164%**	**(128.883)**

As Atividades Operacionais resultaram em R$261.8 milhões, decorrente principalmente de (i) ingresso de recursos provenientes das operações com fornecedores em R$468,3 milhões em 2018 enquanto em 2017 foram operações no valor de R$640,1 milhões, (ii) aplicação de recursos do caixa nos instrumentos financeiros no valor de R$164,3 milhões em 2018, enquanto, em 2017 houve uma geração de caixa nos instrumentos financeiros de R$15,1 milhões e (iii) quitações das obrigações com clientes que em 2018

totalizaram R$134,3 milhões comparado com ingresso de recursos líquidos nas operações com clientes, contas a receber mais adiantamentos de clientes, no valor de R$130,0 milhões em 2017.

Nas Atividades de Investimentos, houve um aumento de R$91,7 na aplicação de recursos em adições de imobilizado, sendo R$197,9 milhões de 31 de dezembro de 2018 contra R$106,2 milhões em 2017, e houve resultado líquido de ingressos e resgates de aplicações financeiras em 2018, que totalizou R$7,5 milhões de ingresso, enquanto que para o mesmo período de 2017 o resultado líquido de ingressos e resgates de aplicações financeiras totalizou R$40,9 milhões de ingresso.

As atividades de financiamentos, decorrente de amortização de empréstimos e encargos financeiros e contratação de novos empréstimos no ano de 2018, houve redução liquida de caixa de R$200,3 milhões, enquanto no mesmo período de 2017 houve uma redução de R$ 215,7 milhões. Houve ainda em 2017 a entrada de recursos na ordem de R$347,0 referente ao aporte de capital. Em 2017, o não ingresso de novos empréstimos se deve ao cenário de redução dos limites de créditos com bancos no contexto de reperfilamento da dívida.

10.2 Resultado operacional e financeiro

A abertura dos volumes de vendas por tipo de produto e mercado destino encontra-se detalhado a seguir:

Volume de vendas - em toneladas	2018	2019	2020
Cobre Primário	**57.246**	**54.933**	**24.007**
Produtos de Cobre	**116.311**	**141.425**	**87.232**
Vergalhões, Fios e outros	**77.060**	**108.864**	**59.800**
Barras/Perfis/Arames/Laminados/Tubos/Conexões	**39.251**	**32.561**	**27.432**
Volume de Vendas Total	**173.557**	**196.358**	**111.239**
Coprodutos	**658.196**	**605.856**	**506.389**

A abertura da Receita Líquida por tipo de produto e mercado destino encontra-se detalhado a seguir:

Receita Liquida (R$ millhões)	2018	2019	2020
Cobre Primário	**1.530,6**	**1.308,9**	**827,4**
Produtos de Cobre	**2.499,2**	**3.236,6**	**2.827,7**
Vergalhões, Fios e outros	**1.715,5**	**2.553,6**	**1.966,7**
Barras/Perfis/Arames/Laminados/Tubos/Conexões	**783,6**	**683,1**	**861,0**
Coprodutos	**736,1**	**682,1**	**637,6**
Receita Líquida Total	**4.765,8**	**5.227,6**	**4.292,7**

Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

2020

O resultado líquido foi de R$861,6 milhões negativo, representado por uma margem líquida sobre a receita de -20,1%, uma redução de 19,6 p.p quando comparada com o ano de 2019. O resultado negativo apresentado no período foi impactado principalmente aumento da taxa do dolar americano frente ao real.

2019

O resultado líquido foi de R$25,1 milhões negativo, representado por uma margem líquida sobre a receita de -0,5%, uma melhora de 6,3 p.p quando comparada com o ano de 2018. O resultado negativo apresentado no período foi impactado principalmente pela reversão do IR Diferido no valor de R$206,8 milhões, e, pelo outro lado, reconheceu R$706,9 milhões decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado que questionavam a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS.

2018

O resultado líquido foi de R$323,4 milhões negativo, representado por uma margem líquida sobre a receita de -6,8%, uma piora de 2,9 p.p quando comparada com o ano de 2017. Vale ressaltar que o resultado negativo apresentado no período se refere aos impactos não monetários da variação cambial sobre as dívidas de longo prazo, que totalizaram R$231,2 milhões.

Mix de Produtos e de Mercados

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado à 31 de dezembro de 2019

Como resposta a uma menor disponibilidade de matéria prima para a produção, o Volume de Vendas Total no ano de 2020 atingiu 111,2 mil toneladas, representando redução de 43% em comparação ao ano de 2019, com foco na estratégia de otimizar os recursos disponíveis em produtos de maior valor agregado, diminuindo a disponibilidade de Catodo e priorizando a venda de Fios e Vergalhões.

Em Cobre Primário, houve redução de 38% na pridução de 2020. A Companhia comercializou 24,0 mil toneladas no ano de 2020, queda de 56% comparadas ao ano anterior.

Em Produtos de Cobre, foi comercializado 87,2 mil toneladas no ano de 2020, redução de 38% comparado ao ano de 2019, explicado em função da efetividade de estratégia comercial, com destaque para o melhor desempenho do volume de vendas de Vergalhões, Fios e Outros.

Em Coprodutos, o volume de vendas atingiu 506,4 mil toneladas no ano de 2020, redução de 16% comparado ao ano de 2019.

O Volume de Produção total no ano de 2020 de 200,6 toneladas, redução de 37% em relação a 2019 com 319,3 mil toneladas. OEE médio (Nível de Eficiência da Planta) da unidade de Dias d'Ávila após a manutenção programada foi de aproximadamente 70%, confirmando a maior confiabilidade da planta.

A produção de Cobre Primário acumulou 108,6 mil toneladas no ano, uma redução de 38% em relação ao ano anterior.

No caso de Produtos de Cobre, a produção foi de 92,0 mil toneladas, redução de 36% em relação a 2019, principalmente impactada pela redução nas vendas de Fios e Vergalhões.

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve alteração no nosso segmento operacional no exercício de 2020.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária no exercício de 2020.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve

10.4 Mudanças significativas nas práticas contábeis Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020

Não ocorreram mudanças nas práticas contábeis com impactos relevantes para a Companhia e suas controladas.

Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2020.

a) Estrutura Conceitual: O IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros.

As principais mudanças foram:

- aumento da proeminência da gestão no objetivo da preparação de relatórios financeiros;
- restabelecimento da prudência como um componente de neutralidade;
- definição de entidade;
- revisão das definições de ativo e passivo;
- remoção do parâmetro de probabilidade para reconhecimento e inclusão de orientações sobre desreconhecimento;
- inclusão de orientações sobre bases diferentes de mensuração; e
- afirmação de que o resultado é o principal indicador de desempenho e que, em princípio, as receitas e despesas em outros resultados abrangentes deveriam ser reciclados quando isso aprimorar a relevância ou a apresentação fiel das demonstrações financeiras.

b) Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante.

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação; Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

Essas alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Não há outras IFRS ou interpretações IFRIC que impactem as Demonstrações Financeiras da Companhia de forma relevante em 2020.

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2019. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

a) Estrutura Conceitual: O IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros.

As principais mudanças foram:

- aumento da proeminência da gestão no objetivo da preparação de relatórios financeiros;
- restabelecimento da prudência como um componente de neutralidade;
- definição de entidade;
- revisão das definições de ativo e passivo;
- remoção do parâmetro de probabilidade para reconhecimento e inclusão de orientações sobre desreconhecimento;
- inclusão de orientações sobre bases diferentes de mensuração; e
- afirmação de que o resultado é o principal indicador de desempenho e que, em princípio, as receitas e despesas em outros resultados abrangentes deveriam ser reciclados quando isso aprimorar a relevância ou a apresentação fiel das demonstrações financeiras.

Não há outras IFRS ou interpretações IFRIC que impactem as Demonstrações Financeiras da Companhia de forma relevante em 2020.

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018

Novas normas, alterações e interpretações terão vigência a partir de janeiro de 2019. A Companhia analisou os potenciais impactos da adoção destas novas normas.

a) IFRS 16 (CPC 06R2) Operações de arrendamento mercantil – A IFRS 16 estabelece que em todos os arrendamentos, com limitadas exceções, o arrendatário deve reconhecer um passivo de arrendamento no balanço patrimonial no valor presente dos pagamentos, mais custos diretamente alocáveis e ao mesmo tempo que reconhece um direito de uso correspondente ao ativo subjacente. Durante o prazo do arrendamento mercantil, o passivo de arrendamento é ajustado para refletir os custos financeiros e pagamentos feitos e o direito de uso é amortizado, semelhante às regras de arrendamento financeiro segundo a IAS 17.

A Companhia adotará a norma na transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo objeto seja de baixo valor, mensurando o direito de uso do ativo de igual valor ao passivo de arrendamento ajustado ao valor presente, utilizando a taxa de custo médio ponderado de capital nacional, divulgado separadamente no Balanço Patrimonial. Na Demonstração do Fluxo de Caixa os arrendamentos, antes classificados como atividades operacionais, passarão a ser considerados como atividades de financiamentos.

b) IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro: Esclarece a contabilização de posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades fiscais. Tanto o IAS - 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro quanto a nova interpretação IFRIC 23 se aplicam somente ao Imposto de Renda e Contribuição Social. A IFRIC 23 não introduz novas divulgações, mas reforça a necessidade de cumprir os requisitos de divulgação existentes sobre (i) julgamentos realizados; (ii) premissas ou outras estimativas utilizadas; e (iii) o impacto potencial de incertezas que não estejam refletidas nas demonstrações financeiras.

Não há outras IFRS ou interpretações IFRIC que impactem as demonstrações financeiras da Companhia de forma relevante, que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas no relatório do auditor independente em relação às nossas demonstrações financeiras de 2018, 2019 e 2020, consolidadas e individuais.

2020

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Paranapanema S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Paranapanema S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Paranapanema S.A. e da Paranapanema S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Continuidade operacional

Chamamos a atenção para as Notas 1 e 16 às demonstrações financeiras, que descrevem que em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no consolidado no montante de R$ 2.112.839 mil, bem como patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R$ 198.590 mil. Adicionalmente, as referidas Notas explicativas, descrevem que a Companhia vem tratando junto aos seus principais credores financeiros, desde o primeiro trimestre de 2020, essencialmente com os mesmos credores que participaram do processo de renegociação das dívidas em 2017, com o objetivo de alinhar as condições da dívida com a sua atual e futura geração de caixa. Ainda, conforme as referidas Notas explicativas, no contexto desse realinhamento da dívida, a Companhia não efetuou os pagamentos de principal e juros previstos para os meses de março e setembro de 2020, o que, de acordo com os termos da renegociação de 2017, gerou o não cumprimento de cláusula contratual referente ao prazo de pagamento e, consequentemente, em cumprimento ao CPC 26 – Apresentação das Demonstrações

Contábeis, as dívidas em renegociação foram em sua totalidade reclassificadas do passivo não circulante para o passivo circulante, no montante de R$1.520.886 mil. A situação patrimonial e financeira da Companhia, aliada à incerteza sobre o êxito na renegociação das condições da dívida, notadamente o alinhamento entre os fluxos de pagamentos de principal e juros com a geração de caixa da Companhia, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Além do assunto descrito acima na seção “Continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Processos judiciais e contingências

Porque é um PAA

Conforme descrito na nota 19 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuíam provisões no montante de R$ 189.826 mil relacionadas a processos judiciais e administrativos, cuja expectativa de perda foi classificada como provável.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem passivos contingentes relevantes divulgados no montante total de R$ 1.469.763 mil, com destaque para as ações sobre o não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e sobre o segundo procedimento arbitral em andamento advindo de Contrato de Abertura de Crédito com determinadas instituições financeiras.

Provisões e passivos contingentes possuem incerteza inerente em relação ao seu prazo e valor de liquidação. Adicionalmente, o reconhecimento e a mensuração das provisões e passivos contingentes requer que a administração exerça julgamentos relevantes para estimar os prognósticos de perda, valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos dos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia e suas controladas são partes envolvidas. Essa avaliação é baseada em posições de assessores jurídicos internos e externos e em julgamentos da própria administração.

Além disso, e considerando a magnitude dos valores envolvidos, quaisquer mudanças nas estimativas ou premissas, que influenciam a determinação do prognóstico de perda, podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

Diante do exposto, esse tema foi considerado como principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento dos principais controles relacionados aos processos judiciais e contingências. Com o apoio de especialistas na área tributária e cível, conforme apropriado, efetuamos leitura e

discussão dos principais processos judiciais, incluindo a classificação do prognóstico de perda atribuída por assessores jurídicos internos e externos à Companhia.

- Obtivemos confirmação externa dos processos, valores e classificações de risco de perda, junto aos advogados que patrocinam os processos, bem como dados e informações históricas disponíveis.

- Para os processos de maior relevância, obtivemos opiniões de outros assessores jurídicos externos com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronais das respectivas causas, bem como avaliar os argumentos e jurisprudências adotados pelos assessores jurídicos da Companhia.

- Leitura das divulgações apresentadas nas notas explicativas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para processos judiciais e contingências, bem como as divulgações efetuadas sobre passivos contingentes, incluindo a classificação desse tema como estimativa contábil crítica em virtude das incertezas envolvidas, são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos e demais informações obtidas.

Impostos a recuperar

Conforme descrito na Nota 8 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas apresentam em 31 de dezembro de 2020, créditos de PIS e COFINS relativos ao direito de exclusão do ICMS da base de cálculo dos referidos tributos decorrentes de processos judiciais transitados em julgado em 2019, no montante de R$ 632.485 mil.

Adicionalmente, também conforme descrito na Nota 8 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas apresentam em 31 de dezembro de 2020 saldo credor de impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS) no montante de R$ 121.188 mil, os quais referem-se, substancialmente, aos créditos gerados em suas operações na unidade de Santo André - SP. A Companhia realizou parcialmente créditos desta natureza no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de R$ 37.103 mil, entretanto, com o advento da pandemia da Covid 19, e a redução das operações da unidade de Santo André – SP durante parte do ano de 2020, a Companhia voltou a acumular saldo credor do referido tributo, e prevê a retomada da realização desses créditos a partir de 2021.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função das estimativas utilizadas pela Administração serem baseadas em premissas e julgamentos críticos, notadamente em relação ao período em que os créditos tributários serão realizados.

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos:

- Discutimos o assunto com os nossos especialistas de impostos.
- A razoabilidade e efetividade das ações iniciadas pela Companhia para utilização dos saldos acumulados.
- Análise de sensibilidade das projeções efetuadas pela Companhia.
- Avaliação da realização dos créditos no período.
- Discussão com a administração e com os órgãos de governança sobre os planos de negócio aprovados e divulgados.
- Leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações

financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

2019

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamentoprofissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentam modificações significativas em relação ao exercício anterior. Portanto os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior, exceto pela inclusão do assunto de “Impostos a recuperar de ação judicial transitada em julgado”, que mereceu maior foco em nossa auditoria e pela exclusão dos PAA’s relacionado a “Operação Zelotes" e seus reflexos na Companhia, “ICMS a recuperar” e Contabilidade de hedge ("hedge accounting"), pois julgamos que entre os assuntos comunicados aos responsáveis pela governança, esses não foram considerados como um dos mais significativos na auditoria do exercício corrente.

Impostos a recuperar de ação judicial transitada em julgado (ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS)

Porque é um PAA

Conforme Nota 8 às demonstrações financeiras, a Companhia registrou créditos fiscais no montante de R$ 724.493 mil, decorrentes de processos judiciais transitados em julgado em 2019, a favor da Companhia, relativos ao direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS para os períodos cobertos pelas ações.

Este assunto foi foco de nossa auditoria em razão da relevância dos valores envolvidos, do volume de operações que deram origem aos créditos e da existência de julgamento crítico da administração na determinação das estimativas relacionadas à mensuração e à realização do crédito tributário, amparada por opinião de assessores jurídicos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Com o apoio de nossos especialistas tributários, efetuamos leitura das decisões e discutimos os critérios adotados pela administração para mensuração e reconhecimento dos créditos fiscais.
- Obtivemos os cálculos preparados pela Companhia, com auxílio de especialistas contratados pela administração, e testamos, por amostragem, a mensuração dos referidos créditos fiscais.
- Entendimento e avaliação da estimativa adotada pela administração da Companhia para determinação da segregação entre circulante e não circulante no balanço patrimonial.
- Confirmamos, em base de testes, a existência e procedência dos saldos de PIS e COFINS a recuperar com base em documentações suportes.
- Efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.
- Com base nas projeções de vendas elaboradas pela administração, efetuamos avaliação quanto a capacidade de realização do referido crédito tributário.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Realização do imposto de renda diferido ativo

Porque é um PAA

Conforme descrito na Nota 26.1 às demonstrações financeiras, em 2019, a administração da Companhia revisou as projeções de lucro tributável e efetuou baixa parcial do imposto de renda e contribuição social diferidos, ajustando o valor contábil de 31 de dezembro de 2019 para o novo montante provável de realização, limitado aos valores apurados nas projeções até o período de 10 anos.

Esse tema foi considerado como um principal assunto de auditoria pois a análise de realização desses ativos envolve julgamentos significativos da administração para determinar as bases tributárias futuras, advindas das projeções de resultado da Companhia, que levam em consideração diversas premissas, que, se alteradas, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos apurados pela Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossas respostas de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos:

- Discussão com a administração e com os órgãos de governança sobre os planos de negócio aprovados e divulgados.
- Com o auxílio dos nossos especialistas em projeções, efetuamos o entendimento do processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções de resultado, bem como a avaliação da razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, comparando-as com previsões econômicas e setoriais disponíveis. Também comparamos as estimativas efetuadas pela administração em anos anteriores com os resultados efetivamente realizados de forma a analisar a assertividade da administração na preparação de projeções futuras.
- Efetuamos análise de sensibilidade das projeções elaboradas pela administração, considerando diferentes intervalos e cenários de crescimento e taxas de desconto, entre outros.
- Avaliamos se a projeções da Companhia indicavam lucros tributáveis suficientes para a utilização dos créditos fiscais diferidos.
- Testamos as bases de cálculo dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, bem como das diferenças temporárias, analisando a razoabilidade de sua formação histórica e confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes.
- Efetuamos leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração para a determinação dos créditos tributários acima referidos são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos.

Reestruturação de dívidas

Porque é um PAA

Conforme notas 1 e 16 às demonstrações financeiras, em 2017 a Companhia realizou uma reestruturação de dívidas ao assinar o Contrato Global de dívida junto aos seus credores. Este contrato apresenta um fluxo de pagamento com valores relevantes de principal (R$
539.164 mil) ao longo de 2020. Com o objetivo de preservar a contínua capacidade de investimento e geração de caixa operacional, bem como sua estrutura de liquidez, a Companhia está atualmente buscando junto com os principais financiadores uma nova equalização do perfil da sua dívida através da renegociação do fluxo e das condições gerais do referido Contrato Global.

Adicionalmente, o referido contrato possui cláusulas restritivas (Covenants financeiros e não financeiros), que deverão ser cumpridas pela Companhia durante sua vigência, sob pena de os credores exigirem a liquidação antecipada da dívida.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Dadas as circunstâncias acima descritas, consideramos esse assunto como significativo em nossos trabalhos.

Nossas respostas de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos:

- Com o auxílio dos nossos especialistas em projeções, efetuamos o entendimento do processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções de resultado, bem como a avaliação da razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela

administração, comparando-as com previsões econômicas e setoriais disponíveis. Também comparamos as estimativas efetuadas pela administração em anos anteriores com os resultados efetivamente realizados de forma a analisar a assertividade da administração na preparação de projeções futuras.

- Efetuamos análise de sensibilidade das projeções elaboradas pela administração, considerando diferentes intervalos e cenários de crescimento e taxas de desconto, entre outros.
- Efetuamos recálculo dos indices financeiros monitorados pela administração para acompanhamento do cumprimento dos covenants.
- Discussão com a administração e com os órgãos de governança das projeções para o negócio e entendimento do atual estágio das renegociações em andamento.
- Leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas analisadas em nossos procedimentos de auditoria.

Processos judiciais e contingências

Porque é um PAA

Conforme nota 19 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas possuíam provisões no montante de R$ 191.910 mil relacionadas a processos judiciais e administrativos, cuja expectativa de perda foi classificada como provável.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem passivos contingentes relevantes divulgados com destaque para as ações sobre o não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e sobre o segundo procedimento arbitral em andamento advindo de Contrato de Abertura de Crédito com determinadas instituições financeiras.

Provisões e passivos contingentes possuem incerteza inerente em relação ao seu prazo e valor de liquidação. Adicionalmente, o reconhecimento e a mensuração das provisões e passivos contingentes requer que a administração exerça julgamentos relevantes para estimar os prognósticos de perda, valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos dos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia e suas controladas são partes envolvidas. Essa avaliação é baseada em posições de assessores jurídicos internos e externos e em julgamentos da própria administração.

Além disso, e considerando a magnitude dos valores envolvidos, quaisquer mudanças nas estimativas ou premissas, que influenciam a determinação do prognóstico de perda, podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Diante do exposto, esse tema foi considerado como principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento dos principais controles relacionados aos processos judiciais e contingências. Com o apoio de especialistas na área tributária e cível, conforme apropriado, efetuamos leitura e discussão dos principais processos judiciais, incluindo a classificação do prognóstico de perda atribuída por assessores jurídicos internos e externos à Companhia.
- Obtivemos confirmação externa dos processos, valores e classificações de risco de perda, junto aos advogados que patrocinam os processos, bem como dados e informações históricas

disponíveis.

- Para as posições tributárias relacionadas a tributos sobre o lucro, nos reunimos com a administração para discutir e avaliar suas conclusões sobre os impactos de adoção inicial da Interpretação ICPC 22 /IFRIC 23
- Para os processos de maior relevância, obtivemos opiniões de outros assessores jurídicos externos com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronais das respectivas causas, bem como avaliar os argumentos e jurisprudências adotados pelos assessores jurídicos da Companhia.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para processos judiciais e contingências, bem como as divulgações efetuadas sobre passivos contingentes, incluindo a classificação desse tema como estimativa contábil crítica em virtude das incertezas envolvidas, são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos e demais informações obtidas.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no

Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar

a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

2018

O relatório do auditor independente apresentou os seguintes parágrafos de Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação

de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

"Operação Zelotes" e seus reflexos na Companhia (Nota 01)

Porque é um PAA

Em conexão com a investigação deflagrada pela Polícia Federal, no contexto da denominada "Operação Zelotes" que versa sobre esquema de corrupção no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (CARF), a Companhia foi citada em notícias veiculadas na mídia. O Conselho de Administração da Companhia determinou a instauração de uma investigação interna com a supervisão direta do Comitê de Auditoria e que também contou com o apoio de assessores externos especializados, para apuração dos fatos.

Este tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria em função de poucas informações disponíveis, das limitações inerentes aos processos de investigações internas que são particularmente significativas, bem como das eventuais consequências de identificação de violações de leis e de regulamentos por parte de autoridades e que resultariam em multas, sanções, penalidades, litígios e/ou restrições em negócios futuros da Companhia dos diversos órgãos jurisdicionais e/ou administrativos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

A partir das alegações que chegaram ao nosso conhecimento, discutimos com o Comitêde Auditoria as respostas que seriam dadas pelos órgãos de governança da Companhia.

Com base em testes, revisamos as principais ações investigatórias da Companhia conduzidas pelo Comitê de Auditoria juntamente com seus assessores externos independentes.

Nossos especialistas em forensic nos auxiliaram a entender o escopo e a abrangência da investigação, os procedimentos e metodologias utilizados, inclusive quanto aos aspectos de coleta e análise de documentos e/ou informações críticas.

Nos reunimos com os advogados da Companhia para entender o prognóstico do caso julgado no CARF, caso ocorra uma eventual reabertura do processo.

Efetuamos reuniões com a alta administração e o Comitê de auditoria para discutir o resultado da referida investigação, bem como sobre as divulgações nas Demonstrações Financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, concluímos que as divulgações relacionadas são consistentes com as informações por nós obtidas e razoáveis no contexto das demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Covenants (Nota 15)

Porque é um PAA

Em 2017 a Companhia concluiu a reestruturação de suas dívidas ao assinar o Contrato Global de dívida junto aos seus credores. Esse contrato apresenta cláusulas restritivas

(Covenants financeiros e não financeiros). Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia não cumpriu os Covenants financeiros, que será a partir de 30 de junho de 2019.

De acordo com informações obtidas da administração, e com base nas projeções de fluxo de caixa e orçamentos aprovados pelo Conselho de administração, a Companhia terá condições de atender aos covenants a partir de junho 2019.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em virtude: (i) da incerteza acera do cumprimento dos Covenats financeiros pela Companhia; (ii) da incerteza existente sobre a continuidade operacional da Companhia, caso ocorra o vencimento antecipado da dívida.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos:

Discussão com a administração e com os órgãos de governança sobre os planos aprovados e divulgados.

Entendimento das políticas de administração de risco de liquidez da Companhia e do processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, da projeção do fluxo de caixa, bem como obtenção de explicações em relação aos volumes e preços utilizados nas projeções e considerados como principais premissas.

Análise da consistência das informações com os valores realizados de anos anteriores.

Análise de sensibilidade das projeções, considerando diferentes intervalos e cenários de volumes e preços, entre outros.

Leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas analisadas em nossos procedimentos de auditoria.

Processos judiciais e contingências (Nota 18)

Porque é um PAA

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas possuíam provisões no montante de R$ 174.160 mil relacionadas a processos judiciais e administrativos, cuja expectativa de perda foi classificada como provável.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são parte em processos com prognóstico de perdas classificadas como possíveis, no montante de R$ 1.238.810 mil (2017 R$ 1.961.964), dentro os quais destaca-se os processos administrativos sobre o recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), no valor de R$ 348.022 mil.

Existe também outro processo relevante envolvendo a Companhia, no qual o prognóstico de perda é considerado pelos consultores jurídicos como possível, a Companhia, apoiada em discussões, relatórios e análises de seus consultores externos, entende que não é praticável estimar assertivamente o desfecho e nem o efeito financeiro envolvendo a presente questão, desta maneira para o referido processo, não foi possível estimar valor.

Provisões e passivos contingentes possuem incerteza inerente em relação ao seu prazo e valor de liquidação. Adicionalmente, o reconhecimento e a mensuração das provisões e passivos contingentes requer que a administração exerça julgamentos relevantes para

estimar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos dos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia e suas controladas são partes envolvidas. Essa avaliação é baseada em posições de assessores jurídicos internos e externos e em julgamentos da própria administração.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função:

(i) da relevância dos valores dos processos judiciais provisionados e passivos contingentes divulgados em nota explicativa;

(ii) dos julgamentos relevantes sobre diferentes interpretações doutrinárias e jurisprudenciais utilizadas para estimar os valores e a probabilidade de saída de recursos decorrentes desses processos e

(iii) do impacto significativo na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas caso eventual desfecho desfavorável de demandas judiciais relevantes com expectativa de perda possível sejam materializados.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou o entendimento dos principais controles relacionados aos processos judiciais e contingências. Entre outros procedimentos, envolvemos nossa equipe de especialistas na área tributária e cível, conforme apropriado, para leitura e discussão dos principais processos judiciais, incluindo a classificação do prognóstico de perda atribuída por assessores jurídicos internos e externos à Companhia.

Analisamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados por meio de avaliação da competência técnica dos consultores jurídicos da Companhia, análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração, reconhecimento e divulgação desses valores, que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia obtidas por meio de confirmação externa dos processos, valores e classificações de risco de perda, junto aos advogados que patrocinam os processos, bem como dados e informações históricas disponíveis.

Reuniões com os órgãos de governança da Companhia para discutir o assunto, obter o entendimento da administração, das políticas utilizadas e expor nossa visão sobre os assuntos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para processos judiciais e contingências, bem como as divulgações efetuadas sobre passivos contingentes, incluindo a classificação desse tema como estimativa contábil crítica em virtude das incertezas envolvidas, são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos e demais informações obtidas.

Contabilidade de hedge ("hedge accounting")

Porque é um PAA

Conforme descrito na Nota 27, a Companhia designa instrumentos financeiros para hedge accounting com o intuito de se proteger dos riscos de preços de commodities e cambial, dentre eles, o hedge de valor justo dos estoques e o hedge de fluxo de caixa de receitas em dólares.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava o montante de R$ 967.928 mil, líquido dos efeitos tributários, reconhecidos em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido referente a contabilidade de hedge de fluxo de caixa de receitas.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em virtude do significativo grau de julgamento das informações e premissas utilizadas para a designação dos instrumentos e respectivos testes de efetividade dos diversos programas existentes, com prazos estimados de realização de até 19 anos para a contabilidade de hedge.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Efetuamos o entendimento da política e dos principais controles relacionados ao processo de contabilidade de hedge. Com relação aos testes de detalhes em operações ou transações, os trabalhos foram executados com o apoio da nossa equipe de especialistas em avaliação de instrumentos financeiros e, em base amostral, nossa abordagem envolveu, dentre outros, os seguintes principais procedimentos:
Avaliação da aplicação da contabilidade de hedge pela Companhia vis-à-vis os requisitos estabelecidos pelo CPC 38.

Avaliação da razoabilidade das principais premissas utilizadas pela administração, incluindo análise de sensibilidade das premissas-chave e avaliação dos potenciais impactos dentro de um intervalo de possíveis resultados.

Análise da documentação preparada pela administração que suporta a designação dos instrumentos financeiros.

Recálculo de testes de efetividade prospectivo e retrospectivo.

Recálculo do valor justo dos instrumentos financeiros e confronto dos valores mensurados com os apresentados em notas explicativas, com o apoio de nossos especialistas.

Avaliação da adequação das divulgações relativas à contabilidade de hedge.

Consideramos que as premissas e julgamentos adotados pela administração são razoáveis e as divulgações em notas explicativas apropriadas.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

Porque é um PAA

Conforme descrito na Nota 25 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas apresentam em 31 de dezembro de 2018, saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R$ 177.395 mil (Consolidad0), já líquidos dos passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos. A Administração elaborou análises para verificar a recuperabilidade desses ativos fiscais diferidos, conforme determina o Pronunciamento Técnico Contábil CPC 32 "Tributos sobre o Lucro" e da Instrução CVM 371 que dispõe sobre o registro contábil do ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Tais análises indicam que o aproveitamento desses créditos ocorreria apenas a partir de 2020 e por um período de no máximo 10 anos.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) as estimativas utilizadas pela administração baseadas em premissas e julgamentos críticos, o período distante da data base em que os referidos créditos tributários seriam realizados e (iii) indícios significativos de incertezas associadas a não ser provável que haverá lucros tributários futuros em montante suficiente para a recuperação integral dos ativos diferidos líquidos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: Análise dos motivos que levaram a Companhia a não obtenção de lucro nos últimos anos.

Discussão com a administração e com os órgãos de governança sobre os planos de negócio aprovados e divulgados.

Entendimento das políticas de administração de risco de liquidez da Companhia e do processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, da projeção do fluxo de caixa, bem como obtenção de explicações em relação aos volumes e preços utilizados na projeção e considerados como principais premissas. Análise da consistência das informações com os valores realizados de anos anteriores.

Análise de sensibilidade das projeções, considerando diferentes intervalos e cenários de dólar e LME, entre outros.

Análise da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas

Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em impostos, da base fiscal utilizada para o cálculo dos impostos diferidos era apropriada, tendo como referência a legislação tributária vigentes.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que no tocante à sua recuperabilidade, os saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

ICMS a recuperar

Porque é um PAA

Conforme descrito na Nota 8 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas apresentam em 31 de dezembro de 2018 saldo credor de impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS) no montante de R$ 141.171 mil os quais referem-se, substancialmente, aos créditos gerados em suas operações na unidade de Santo André - SP. A Companhia está atuando para realizar tais créditos, com a operação de importação de catodos via drawback para atender as exportações de produtos de cobre. Além disso, também com a finalidade de evitar o acúmulo destes créditos, a Companhia desistiu do Regime Especial que permitia a redução da base de cálculo do ICMS nas saídas e voltará a aplicar a alíquota de 18% em operações internas no Estado de São Paulo com tubos e laminados.

A Companhia também reverteu a provisão para perda estimada do valor recuperável no montante de R$ 7.897, provisionada em 31 de dezembro de 2016, como deságio estimado para a futura comercialização desses créditos, visto que não há mais a intenção de venda dos referidos créditos.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) as estimativas utilizadas pela Administração baseadas em premissas e julgamentos críticos, (ii) o período distante da data base em que os créditos tributários serão realizados.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos:

Utilização de nossos especialistas tributários como suporte para avaliação das premissas- chave e dos critérios adotados pela Companhia. Análise dos motivos que levaram a Companhia ao acúmulo dos créditos de ICMS.

A razoabilidade e efetividade das ações iniciadas pela Companhia para utilização dos saldos acumulados, já verificados em nosso teste de eventos subsequentes. Até 31 de janeiro de 2019, a Companhia realizou cerca de 4.ooo mil. Análise de sensibilidade das projeções efetuadas pela Companhia. Discussão com a administração e com os órgãos de governança sobre os planos de negócio aprovados e divulgados.

10.5 Políticas Contábeis Críticas

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas contábeis críticas, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 08 – Impostos a recuperar: ações tomadas pela Companhia para realização dos créditos de ICMS;
- Nota 12 - Imobilizado: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis e análise substantiva da vida útil;
- Nota 19 - Provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota 26 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 28 - Instrumentos Financeiros Derivativos: valor justo dos derivativos.

Teste de Redução ao Valor Recuperável

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não as propriedades para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperávelé testado anualmente.

Uma evidência por perda no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos despesas de venda. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Em atendimento às exigências do IAS 36/CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou o teste anual de recuperação de seus ativos imobilizados, o qual evidenciou que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação, assim como, no decorrer do período, não houve quaisquer evidências de perda de valor de ativos Individuais ou grupo de ativos relevantes. Eventuais impactos de perda de recuperabilidade são destacados em nota explicativa, quando relevantes. Para determinar o valor recuperável dos ativos e consequentemente a estimativa contábil de perda, é utilizada metodologia específica para refletir efeitos macroeconômicos no fluxo de caixa futuro, com foco substancial na projeção da geração de caixa. Estas estimativas consideram premissas que envolvem um alto grau de julgamento da Companhia para o tratamento dos preços futuros das commodities, estimativa das taxas de desconto, taxas de perpetuidade, das variações das taxas de câmbio, perspectivas de produção futuras, custos operacionais e financeiros, entre outros.

Provisão para Demandas Judiciais

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos da reversão do reconhecimento do desconto pela passagem do tempo são contabilizados no resultado como despesa financeira.

A Companhia e suas controladas, com o auxílio de seus assessores jurídicos internos e externos, exercem julgamento significativo na determinação dos valores das provisões a serem constituídas, bem como na divulgação de demandas judiciais não provisionadas, caso a expectativa de perda seja considerada possível. Em função da relevância dos valores envolvidos, dos julgamentos significativos exercidos pela Companhia e suas controladas para constituição das provisões e das divulgações requeridas.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Reconhecemos que certos riscos de mercado, como variação do preço de commodities, taxa de câmbio e taxas de juros, são inerentes ao nosso negócio. Entretanto, a nossa política é evitar riscos desnecessários e garantir que as exposições do negócio ao risco que tenham sido identificadas, medidas e que sejam passíveis de serem controladas sejam minimizadas, usando os métodos mais efetivos e eficientes para eliminar, reduzir ou transferir tais exposições.

O nosso Conselho de Administração conta com o Comitê de Finanças, Riscos e Contingências para assistir ao estabelecimento de políticas de gestão de risco e garantir que os procedimentos apropriados estejam em vigor, para que todas as exposições ao risco incorridas por nós estejam identificadas e avaliadas.

Além disso, o Comitê deve monitorar para que essas exposições estejam dentro dos limites estabelecidos. Os riscos de negócio identificados incluem:

- Risco de taxas de juros inerentes às dívidas da Companhia.
- Risco cambial e risco de preços de commodities decorrentes das matérias primas e produtos vendidos, transações projetadas e compromissos firmes.
- Risco cambial decorrente de ativos e passivos como: aplicações no Exterior e empréstimos, estoques vinculados a commodities cujos preços são denominados em moeda estrangeira, entre outros.
- Risco de base (Basis Risk) decorrentes de diferenças temporais, de volume, e de indexadores que porventura podem ocorrer entre a contratação e liquidação do instrumento e o objeto de hedge.

A política de gestão de riscos de mercado permite que a Companhia utilize instrumentos financeiros derivativos aprovados com o objetivo de minimizar a exposição a riscos de mercado: Câmbio, Commodities e Taxas de Juros.

Instrumentos derivativos são somente utilizados para fins de "Hedge" uma vez que limitam as exposições financeiras associadas aos riscos identificados em determinados passivos e ativos da Companhia. A utilização de derivativos não é automática, nem é necessariamente a única resposta para a gestão de risco do negócio. A utilização é permitida somente após verificar que o derivativo escolhido possa delimitar os riscos identificados dentro dos níveis de tolerância estabelecidos pela política.

A Companhia realiza operações de hedge com instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos e enquadra essas transações nas regras de contabilidade de hedge (hedge accounting) tais como definidas pela Deliberação CVM n° 763 (CPC 48). Nem todas as operações de hedge com derivativos são contabilizadas em aplicação das regras de contabilidade de hedge.

10.6 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial;

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

A Companhia tem compromisso contratual com fornecedor para os próximos anos referentes à administração, operação e manutenção da usina de gases localizada na planta industrial de Dias d'Ávila, com vencimentos até fevereiro de 2023, e não sujeita a Companhia a nenhuma restrição.

A renovação e cláusulas de reajustamento estão descritas em contrato e seguem as práticas de mercado.

As obrigações mínimas futuras a pagar desse contrato, caso não seja cancelado antes do vencimento, são as seguintes:

	2018	2019	2020
Até 1 Ano	7.577	8.013	8.013
de 2 a 6 anos	15.154	16.026	10.017
acima de 6 anos	9.471	2.003	-
	32.202	**26.042**	**18.030**

10.7 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia;

b. Natureza e propósito da operação;

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação.

Não aplicável à nossa Companhia, pois não existem itens não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras, conforme informado no item 10.6.

10.8 Plano de Negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2018, investimos R$197,9 milhões em garantia operacional, sendo o principal projeto a manutenção programada da planta de Dias D'Ávila-BA, porém em função da necessidade de preservar o caixa, adotamos postura mais austera, readequando os investimentos à disponibilidade de capital de giro.

Em 2019, investimos R$165,4 milhões em garantia operacional, sendo o principal projeto a substituição de torre de absorção intermediária na unidade de ácido sulfúrico interligada durante a manutenção programada da planta de Dias D'Ávila-BA, porém em função da necessidade de preservar o caixa, adotamos postura mais austera, readequando os investimentos à disponibilidade de capital de giro.

Em 2020, investimos R$65,1 milhões em garantia operacional, porém em função da necessidade de preservar o caixa, adotamos postura mais austera, readequando os investimentos à disponibilidade de capital de giro.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os nossos investimentos são suportados por recursos de terceiros, por meio de linhas especiais de financiamento junto a instituições financeiras, bancos de fomento e bancos de desenvolvimento, complementados com recursos próprios gerados pelas nossas atividades.

Para mais informações sobre as fontes de financiamento de investimento, ver item 10.1.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento edesinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e/ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtivada Companhia

A aquisição de máquinas e equipamentos, visando a modernização da nossa disponibilidade industrial, conforme divulgado, se dará de acordo com o cronograma físico-financeiro de cada projeto.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há qualquer pesquisa em andamento.

ii. montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não foram realizados gastos em pesquisas para o desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

A implementação do projeto da planta de refino de metais preciosos foi postergada em 2013, podendo ser retomada e submetida a uma reanálise das premissas de viabilidade econômica e de fontes de financiamento caso se confirme as nossas expectativas de agregação de valor.

iv. montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não foram realizados gastos significativos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10.9 Outros Fatores Com Influência Relevante

Todas as informações relevantes foram fornecidas nos itens anteriores.

PARANAPANEMA

ANEXO II

Informações dos candidatos indicados a membros da Administração e do Conselho Fiscal

12.5. Em relação a cada um dos membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela

	a. Nome	b. Data de nascimento	c. Profissão	d. CPF	e. Cargo Eletivo Ocupado	f. Data de eleição	g. Data de posse	h. Prazo do Mandato	i. Outros cargos	j. Eleito pelo controlador	k. Membro Independente	l. Número de Mandatos consecutivos
CONSEHO DE ADMINISTRAÇÃO												
1	Antonio Carlos Paiva Futuro	23/12/1958	Advogado	509.440.457-15	Membro titular do Conselho de Administração	31/07/2020	31/07/2020	Assembleia Geral Ordinária 2021	Membro do Comitê de Gestão de Pessoas e Sustentabilidade	Não	Não	0
2	Miguel Cícero Terra Lima	28/02/1952	Executivo	118.925.010-15	Membro titular do Conselho de Administração	18/01/2021	18/01/2021	Assembleia Geral Ordinária 2021	Coordenador do Comitê de Auditoria	Não	Não	0
CONSELHO FISCAL												
1	Marcelo Adilson Tavarone Torresi	08/10/1969	Engenheiro	117.512.988-76	Conselho Fiscal Titular	23/04/2020	23/04/2020	Assembleia Geral Ordinária 2021	-	Não	N/A	4
2	Marcos Reinaldo Severino Peters	16/05/1958	Contador	023.120.398-50	Conselho Fiscal Suplente	23/04/2020	23/04/2020	Assembleia Geral Ordinária 2021	-	Não	N/A	4

Todas as informações solicitadas nos itens 12.5, alíneas “a” a “l” estão descritas no quadro acima.

12.5. k. Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência:

N/A

12.5. m. Informações sobre: (i.) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa, cargo, se a empresa integra o grupo econômico do emissor ou é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor, (ii.) indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Antônio Carlos Paiva Futuro
Graduado em Ciências Jurídicas, Ciências Econômicas e Matemática e pós-graduado em Direito Tributário e Finanças Públicas. Exerceu o cargo de Diretor de Administração e Gestão da FUNAI entre 2011 e 2013. Atuou como Secretário Adjunto de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no período compreendido entre 2013 e 2016. Desde 2016, foi Secretário de Administração da Presidência da República, atuou na Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Regional e atualmente exerce o cargo de Secretário-Executivo da Secretaria Geral da Presidência da República. Participou do Conselho de Administração do Banco da Amazônia S/A – BASA, da Furnas Centrais Elétricas – Furnas, da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDESPar.

2. Miguel Cícero Terra Lima
Formado em Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, fez carreira no Banco do Brasil S.A., tendo atuado, entre outros, como Superintendente Estadual do Estado de São Paulo e do Estado do Ceará. Também atuou em diversos cargos diretivos em empresas como Brasil Saúde Companhia de Seguros S.A., Companhia de Seguros Aliança do Brasil S.A., Santa Catarina Seguros e Previdência S.A. e na Brasilprev Seguros e Previdência S.A., nesta última tendo atuado como Diretor Presidente até janeiro de 2016.

CONSELHO FISCAL

1. Marcelo Adilson Tavarone Torresi
Graduado em Engenharia Elétrica, na modalidade Sistemas Digitais, pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – EPUSP, é especialista em Gestão Estratégica pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, em Gestão Estratégica de Finanças pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, em Gestão Estratégica de Operações e Logística pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, e em Gestão Estratégica de Marketing pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Atualmente é Diretor na Torresi & Associados, e ocupa os cargos de membro efetivo do Conselho de Administração no Banco Pan S.A., membro efetivo do Conselho de Administração da Rossi Residencial S.A., membro efetivo do Conselho Fiscal da Paranapanema S.A. e membro efetivo do Conselho Fiscal da Bombril S.A. Ocupou nos últimos 5 anos, os cargos de diretor na Torresi & Associados e diretor da Pilotage Investimentos Ltda., foi também membro efetivo do Conselho Fiscal do Banco Pan S.A., membro efetivo do Conselho de Administração da Rossi Residencial S.A., membro efetivo do Conselho Fiscal da Paranapanema S.A., membro efetivo do Conselho Fiscal da Bombril S.A. e membro suplente do Conselho Fiscal da Terra Santa Agro S.A..

2. Marcos Reinaldo Severino Peters

Doutorado em Contabilidade e Controladoria pela Universidade de São Paulo (2000). Mestrado em Contabilidade e Controladoria pela Universidade de São Paulo (1993). Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo (1984). Atualmente é Professor Doutor e Pesquisador da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, Professor Titular da Fundação Armando Álvares Penteado, Professor Doutor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Professor Coordenador do Curso de Extensão Controladoria de Empresas Multinacionais da GVPec, Membro do Laboratório de Tecnologia de Informação da FIPECAFI, Diretor Executivo da Marpe Contabilidade e Consultoria Ltda. Tem larga experiência na área de Contabilidade e Controladoria com ênfase em Contabilidade Internacional. Atua principalmente nas seguintes áreas: Contabilidade Internacional, Controladoria, Finanças, Controles Internos, SOX, IFRS, USGAAP. Ocupou cargos de direção em empresas como Paranapanema, ADP Systems, Cetenco, Shizen-Shiseido. É Membro do Conselho de Administração da Azevedo & Travassos S. A., do Comitê de Auditoria e Gestão de Risco da Vanguarda Agro S. A. e Membro Suplente do Conselho Fiscal da Alpargatas S.A. Também foi membro do Comitê de Governança Corporativa da Mineração Buritirama S.A..

12.5. n. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i.) qualquer condenação criminal, (ii.) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, e (iii.) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
- Antônio Carlos Paiva Futuro: N/A
- Miguel Cícero Terra Lima: N/A

CONSELHO FISCAL
- Marcelo Adilson Tavarone Torresi: N/A
- Marcos Reinaldo Severino Peters: N/A

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Conselho de Administração	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Antônio Carlos Paiva Futuro	100%
Miguel Cícero Terra Lima	100%

Conselho Fiscal	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Marcelo Adilson Tavarone Torresi	100%

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou Parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.

A Companhia não tem conhecimento quanto à existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau relacionadas aos administradores da nossa Companhia, controladas e controladores até a data de divulgação deste Formulário de Referência.

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Não houve relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantida, nos últimos 3 exercícios sociais, entre nossos administradores e quaisquer de nossas sociedades controladas, direta ou indiretamente, eventual controlador, direto ou indireto, ou fornecedores, clientes, devedor ou credor.

A Companhia esclarece que, na presente data, não possui acionista controlador[3].

[3] Art. 116, Lei das Sociedades Anônimas. Entende-se por acionista controlador a pessoa, natural ou jurídica, ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum, que:
a) é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembléia-geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; e
b) usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia.
Parágrafo único. O acionista controlador deve usar o poder com o fim de fazer a companhia realizar o seu objeto e cumprir sua função social, e tem deveres e responsabilidades para com os demais acionistas da empresa, os que nela trabalham e para com a comunidade em que atua, cujos direitos e interesses deve lealmente respeitar e atender.

ANEXO III
Informações do item 13 do Formulário de Referência

13.1. Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui políticas de remuneração para seus colaboradores em geral, adotando as práticas de mercado para a remuneração de sua Diretoria Estatutária e Não Estatutária, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento.

As políticas buscam estabelecer um plano de remuneração e benefícios alinhado com as práticas de mercado, buscando atrair, reter, motivar e desenvolver os colaboradores, estimulando o espírito de equipe e o resultado de alta performance, podendo abranger, além da Remuneração Fixa e Benefícios, uma Remuneração Variável.

As políticas de remuneração da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração, e estão disponíveis para consulta para os colaboradores da Companhia em seu sistema interno de *intranet*.

b. Composição da remuneração, indicando:

(i.) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

Remuneração Fixa: valor recebido mensalmente pelo profissional, o qual visa a remunerá-lo de acordo com o nível de atribuições e responsabilidades atribuídas ao cargo ocupado na Companhia.

Remuneração Variável: valor recebido anualmente pelos profissionais elegíveis e de acordo com negociação específica caso a caso (se existente), por meio do qual este é remunerado de acordo com o nível de atribuições e responsabilidades atribuídas ao cargo ocupado na Companhia, e é composto por Incentivo de Curto Prazo (ICP) e de Longo Prazo (ILP). O ICP e ILP estão atrelados ao conceito de metas individuais e coletivas pré-definidas, sendo que no fechamento de cada exercício avalia-se o percentual de atingimento das metas. O pagamento será calculado pelos múltiplos de salário devido, multiplicado pelo salário base de 31/12 do ano anterior ao pagamento. Os múltiplos salariais referentes ao ILP serão diferidos em dois anos, com pagamento de 50% após 1 ano da apuração dos resultados e os 50% restantes após 2 anos da apuração dos resultados.

Benefícios: conjunto de programas e serviços oferecidos para colaboradores e dependentes, validados pelas práticas de mercado, que podem ser pagos total ou parcialmente pela Companhia, com o objetivo de retenção, satisfação e produtividade da força de trabalho. Consideramos os seguintes benefícios: Assistência Médica, Assistência Odontológica, Check-up anual, Seguro de Vida, Previdência Privada e Restaurante, sendo apenas os 2 primeiros extensíveis aos dependentes.

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: trata-se do pró-labore recebido mensalmente pelos membros do Conselho de Administração, o qual visa a remunerá-los de acordo com as práticas de mercado. Os membros suplentes do Conselho de Administração recebem 50% da remuneração fixa apenas quando participam de alguma reunião específica, mediante convocação na ausência do membro titular.

Conselho Fiscal

Remuneração Fixa: trata-se do pró-labore recebido mensalmente pelos membros do Conselho Fiscal, o qual visa a remunerá-los de acordo com as práticas de mercado e da legislação vigente. No caso de ausência justificada, o membro efetivo do Conselho Fiscal receberá somente 50% da remuneração devida. Quando o membro suplente, na ausência do membro efetivo, comparecer à reunião, ele fará jus ao recebimento de 50% (cinquenta por cento) da remuneração do membro efetivo.

Comitês de Assessoramento

A partir de 2017, os membros do Conselho de Administração passaram a fazer jus a adicional por participação nos meses em que ocorressem reuniões de Comitês de Assessoramento, desde que os respectivos membros estivessem presentes às reuniões. Este adicional não se aplicava aos participantes de Comitês de Assessoramento que fossem colaboradores da Companhia.

A partir de 2019, o valor adicional dos membros do Conselho de Administração, em função da sua participação nos comitês de assessoramento, foi incorporado à remuneração fixa mensal.

No caso de contratação de membros externos para participação em Comitês de Assessoramento, uma remuneração pela participação deverá ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração, com base nos termos a serem estabelecidos no respectivo Contrato de Prestação de Serviços.

(ii.) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total.

Realizado 2020:

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,00%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,00%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	55,64%	33,18%	11,18%	100,0%
Diretoria Não Estatutária	70,47%	22,45%	7,07%	100,0%
Comitês de Assessoramento	100,00%	n/a	n/a	100,0%

Nota: - Considerado como base os valores anuais de 2020

Realizado 2019:

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,00%	n/a	n/a	100,00%
Conselho Fiscal	100,00%	n/a	n/a	100,00%
Diretoria Estatutária	59,31%	22,43%	18,26%	100,00%
Diretoria Não Estatutária	64,80%	17,48%	17,72%	100,00%
Comitês de Assessoramento	100,00%	n/a	n/a	100,00%

Nota: - Considerado como base os valores anuais de 2019

Realizado 2018:

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,00%	n/a	n/a	100,00%
Conselho Fiscal	100,00%	n/a	n/a	100,00%
Diretoria Estatutária	32,15%	62,11%	5,74%	100,00%
Diretoria Não Estatutária	54,40%	35,13%	10,48	100,00%
Comitês de Assessoramento	100,00%	n/a	n/a	100,00%

Nota: - Considerado como base os valores anuais de 2018

(iii.) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração estabelecida para os Administradores, Conselho Fiscal e Comitês de Assessoramento segue as práticas e condições do mercado, obtidas através de pesquisas realizadas com o apoio de especialistas externos.

A remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal poderá ser ajustada anualmente, conforme aprovação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

A remuneração fixa da Diretoria Estatutária é acordada no momento da contratação, podendo ser atualizada anualmente com base na variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, de janeiro a dezembro de cada ano, e que pode ser aplicada a partir do mês subsequente à realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Os reajustes da remuneração da Diretoria Não Estatutária poderão seguir as Convenções ou Acordos Coletivas de Trabalho firmadas junto aos Sindicatos que os representam junto à Companhia, ou serem aplicados juntamente com a atualização da remuneração da Diretoria Estatutária.

A remuneração variável, de alçada do Conselho de Administração, pode contemplar o Incentivo de Curto Prazo (ICP) e o Incentivo de Longo Prazo (ILP), condicionados ao cumprimento de metas pré estabelecidas.

(iv.) razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração estabelecida para os Administradores segue as práticas e condições de mercado, buscando atrair, reter, motivar e desenvolver os profissionais, estimulando o espírito de equipe e o resultado de alta performance.

(v.) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Nos exercícios de 2018, 2019 e por 1 mês durante o exercício de 2020, um dos membros do Conselho de Administração e seu respectivo suplente renunciaram à remuneração ao qual fariam jus.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês de Assessoramento não há indicadores de desempenhos definidos.

Para a Diretoria Estatutária e Não Estatutária os principais indicadores no Programa de Remuneração Variável são:

Exercício de 2020 para Diretor Presidente, Diretores Estatutários e não estatutários:
- Peso de 90% = Metas Coletivas Estratégicas, definidas pelo Conselho de Administração, levando-se em conta os resultados financeiros e outros indicadores.
- Peso de 10% = Metas Discricionárias, com calibragem pelo Comitê de Pessoas e aprovação do Conselho de Administração.

Exercício de 2019 para Diretor Presidente, Diretores Estatutários e não estatutários:
- Peso de 80% = Metas Individuais, alinhadas aos objetivos estratégicos da Companhia, pactuadas entre o Diretor Estatutário e o Conselho de Administração.
- Peso de 20% = Metas Discricionárias, com calibragem pelo Comitê de Pessoas e aprovação do Conselho de Administração.

Exercício de 2018 para Diretor Presidente:

— Peso de 100% = Metas Coletivas Estratégicas, definidas pelo Conselho de Administração, levando-se em conta níveis de produção, resultados financeiros e outros indicadores.

Exercício de 2018 para Diretores Estatutários e não estatutários:

— Peso de 70% = Metas Coletivas Estratégicas, definidas pelo Conselho de Administração, levando-se em conta níveis de produção, resultados financeiros e outros indicadores.
— Peso de 30% = Metas Individuais, pactuadas entre o Diretor Estatutário e o Conselho de Administração.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração variável é estruturada com base no percentual de atingimento de metas estabelecidas e no acompanhamento entre o previsto e o realizado, analisados anualmente entre a Diretoria Executiva (Estatutária e Não Estatutária) e o Conselho de Administração, com base nos indicadores e metas mencionados no item 13.1.c.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política de remuneração leva em consideração a valorização de curto, médio e longo prazo da Companhia, alinhando desta forma os interesses do emissor aos de seus Administradores.

O Programa de Remuneração Variável é um programa de incentivo vinculado às estratégias do negócio, visando promover os resultados financeiros da Companhia, reconhecer e remunerar performances individuais e coletivas, bem como promover a retenção de talentos.

O Programa de Remuneração Variável da Companhia pode ser composto por Incentivo de Curto Prazo (ICP) e Incentivo de Longo Prazo (ILP), vinculados aos resultados financeiros e metas individuais dos Diretores Estatutários.

Até o ano de 2016, o ILP esteve baseado em múltiplos de salário e baseado em metas coletivas definidas pelo Conselho de Administração e metas individuais acordadas entre a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração, e também no desempenho das ações de emissão da Companhia, podendo ser elegíveis Diretores Estatutários e Não Estatutários, conforme negociação individual prévia.

A partir de 2017, o ILP deixou de ser vinculado ao desempenho das ações de emissão da Companhia, sendo calculado em múltiplos de salário e baseado em metas coletivas definidas pelo Conselho de Administração, e metas individuais acordadas entre a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração.

A liquidação financeira do ILP é feita via folha de pagamento, respeitadas as regras de elegibilidade e negociações individuais previamente estabelecidas.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos na Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe atualmente remuneração ou benefício associado a eventos societários.

h. práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Conselho de Administração e o Comitê de Gestão de Pessoas e Sustentabilidade da Companhia participam dos processos decisórios, cabendo ao Comitê de Pessoas e Sustentabilidade a análise e recomendação ao Conselho de Administração, para aprovação da proposta de remuneração no tocante à remuneração da Diretoria Estatutária e Não Estatutária. Para a fixação da remuneração do Conselho de Administração, a proposta é apresentada anualmente à assembleia geral, que fixa tal remuneração.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

O painel de comparação e posicionamento da remuneração total têm referência com um mercado formado por empresas do ramo industrial que disputam a mão de obra com a Companhia, posicionando o salário-base e a remuneração total na mediana de mercado, levando em consideração a região onde cada unidade está localizada.

A estratégia de remuneração levará em conta as práticas e as condições do mercado, o desempenho econômico e financeiro coletivo da Companhia e suas perspectivas de crescimento, o desempenho individual e o equilíbrio interno.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

As políticas e normativos da Companhia são revisados periodicamente para alinhamento da remuneração total com o mercado de comparação, para promover eventuais ajustes em seus normativos, se necessários.

13.2. Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,00	3,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.030.532	3.159.300	488.016	5.677.848
Benefícios direto e indireto	0,00	696.815	0,00	696.815
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	De acordo com Ofício-Circular/CVM/SEP nº. 01/2021, encargos sociais de ônus do empregador não foram considerados.	De acordo com Ofício-Circular/CVM/SEP nº. 01/2021, encargos sociais de ônus do empregador não foram considerados.	De acordo com Ofício-Circular/CVM/SEP nº. 01/2021, encargos sociais de ônus do empregador não foram considerados.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.007.880	0,00	3.007.880
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	101.131	0,00	101.131
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Foi recomendado pelo Comitê de Gestão de Pessoas junto ao Conselho de Administração e contemplado neste quadro, o reajuste de 5,45% na remuneração mensal proposta para 2021, referente ao INPC acumulado no período de jan a dez de 2020.	Foram considerados no valor total da remuneração incluindo fixo + variável + remuneração baseada em ações + benefícios Foi recomendado pelo Comitê de Gestão de Pessoas junto ao Conselho de Administração e contemplado neste quadro, o reajuste de 5,45% na remuneração mensal proposta para 2021, referente ao INPC acumulado no período de jan a dez de 2020.	Foi recomendado pelo Comitê de Gestão de Pessoas junto ao Conselho de Administração e contemplado neste quadro, o reajuste de 5,45% na remuneração mensal proposta para 2021, referente ao INPC acumulado no período de jan a dez de 2020.	
Total da remuneração	**2.030.532**	**6.965.125**	**488.016**	**9.483.673**

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,08	4,00	2,58	11,66
Nº de membros	5,00	4,00	2,58	11,58

remunerados				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.933.739	2.633.328	403.219	4.970.285
Benefícios direto e indireto	n/a	523.788	n/a	523.788
Participações em comitês	n/a	n/a	n/a	0
Outros	386.748	526.666	80.644	994.057
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS	INSS	
Remuneração variável				
Bônus	n/a	1.570.484	n/a	1.570.484
Participação de resultados	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	314.097	n/a	314.097
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS		
Pós-emprego	n/a	38.603	n/a	38.603
Cessação do cargo	n/a	72.391	n/a	72.391
Baseada em ações (incluindo opções)	n/a	n/a	n/a	0
Observação	O Conselho de Administração, em média no ano teve a participação de 5 membros, sendo 2 por 12 meses, 2 por 9 meses (2 x 9/12 = 1,50), 1 por 5 meses (5/12 = 0,42), 2 por 3 meses (2x 3/12 = 0,50), 1 por 2 meses (2/12 = 0,17), 1 por 1 mês (1/12 = 0,08) e 1 suplente por 4 meses (4/12 = 0,33) + 1 membro não remunerado por 1 mês (1/12 = 0,08). Houve redução da remuneração mensal no período de abril a agosto por ocasião da pandemia.	A Diretoria, em média no ano teve a participação de 4,00 membros, sendo 4 por 12 meses. Houve redução da remuneração mensal no período de abril a agosto por ocasião da pandemia.	O Conselho Fiscal, em média no ano teve a participação de 2,67 membros, sendo 1 por 12 meses, 1 por 8 meses (8/12 = 0,66), 1 por 6 meses (6/12 = 0,50) e 1 por 5 meses (5/12 = 0,42)	
Total da remuneração	**2.320.487**	**5.679.355**	**483.862**	**8.483.704**

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,75	4,00	2,67	13,42
Nº de membros remunerados	5,75	4,00	2,67	12,42
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.896.245,00	3.185.671,00	398.290,00	5.480.206,00
Benefícios direto e indireto	0,00	744.005,00	0,00	744.005,00

Participações em comitês	399.066,00	0,00	0,00	399.066,00
Outros	459.062,00	637.134,00	79.658,00	1.175.854,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS	INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.199.933,00	0,00	1.199.933,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	240.931,00	0,00	240.931,00
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS		
Pós-emprego	0,00	43.830,00	0,00	43.830,00
Cessação do cargo	0,00	388.933,00	0,00	388.933,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	4.723,00	0,00	4.723,00
Observação	O Conselho de Administração, em média no ano teve a participação de 5,75 membros, sendo 2 por 12 meses, 2 por 8 meses (2 x 8/12 = 1,33), 1 por 5 meses (5/12 = 0,42), 4 por 4 meses (4 x 4/12 = 1,33), 1 por 2 meses (2/12 = 0,17) e 1 suplente por 6 meses (6/12 = 0,50) + 1 membro não remunerado	A Diretoria, em média no ano teve a participação de 4,00 membros, sendo 2 por 12 meses, 1 por 8 meses (8/12 = 0,67), 1 por 7 meses (7/12 = 0,58), 1 por 5 meses (5/12 = 0,42) e 1 por 4 meses (4/12 = 0,33). Posição do Diretor Presidente temporariamente ocupada pelo Presidente do CA por alguns meses.	O Conselho Fiscal, em média no ano teve a participação de 2,67 membros, sendo 1 por 12 meses, 1 por 9 meses (9/12 = 0,75), 1 por 5 meses (5/12 = 0,42) e 2 por 3 meses (2 x 3/12 = 0,50)	
Total da remuneração	**2.754.373,00**	**6.445.161,00**	**477.947,00**	**9.677.481,00**

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	7,00	3,67	3,25	13,92
Nº de membros remunerados	6,00	3,67	3,25	12,92
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.517.436,00	3.138.092,00	478.102,00	5.133.630,00
Benefícios direto e indireto	0,00	672.028,00	0,00	672.028,00
Participações em comitês	642.006,00	0,00	0,00	642.006,00
Outros	431.888,00	627.618,00	95.620,00	1.155.126,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS	INSS	

Remuneração variável				
Bônus	0,00	6.055.449,00	0,00	6.055.449,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.212.263,00	0,00	1.212.263,00
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	5.866,00	0,00	5.866,00
Observação	O Conselho de Administração, em média no ano teve a participação de 6 membros, sendo: 5 membros titulares por 12 meses, 1 membro titulares por 9 meses (9/12 = 0,75), 1 membro titular por 3 meses (3/12 = 0,25).		O Conselho Fiscal, em média no ano teve a participação de 3,25 membros, sendo: 1 membro titular por 12 meses, 3 membros titulares por 3 meses (3/12 = 0,25), 2 membros titulares por 9 meses (9/12 = 0,75).	
Total da remuneração	2.591.330,00	11.711.315,00	573.723,00	14.876.368,00

13.3. Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal

Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. Remuneração variável prevista para o exercício social corrente - 2021

	a. Conselho de Administração	a. Conselho Fiscal	a. Diretoria Estatutária	Total
b. nº de membros	5,00	3,00	4,00	12,00
c. nº de membros remunerados	0,00	0,00	4,00	4,00
d. em relação ao bônus				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração (R$/Unidade):	n/a	n/a	0,00	0,00
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração (R$/Unidade):	n/a	n/a	3.007.880,03	3.007.880,03
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas (R$/Unidade):	n/a	n/a	3.007.880,03	3.007.880,03
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado (R$/Unidade):	n/a	n/a	n/a	n/a
e. em relação à participação no resultado				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
iv. valor efetivamente reconhecido noresultado	n/a	n/a	n/a	n/a

b. Remuneração variável do exercício social encerrado – 2020

	a. Conselho de Administração	a. Conselho Fiscal	a. Diretoria Estatutária	Total
b. nº de membros	5,08	2,58	4,00	11,66
c. nº de membros remunerados	0,00	0,00	4,00	4,00
d. em relação ao bônus				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração (R$/Unidade):	n/a	n/a	0,00	0,00

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração (R$/Unidade):	n/a	n/a	4.543.830,32	4.543.830,32
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas (R$/Unidade):	n/a	n/a	4.172.438,32	4.172.438,32
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado (R$/Unidade):	n/a	n/a	1.570.483,76	1.570.483,76
e. em relação à participação no resultado				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a

c. Remuneração variável do exercício social encerrado – 2019

	a. Conselho de Administração	a. Conselho Fiscal	a. Diretoria Estatutária	Total
b. nº de membros	6,75	2,67	4,00	13,42
c. nº de membros remunerados	0,00	0,00	4,00	4,00
d. em relação ao bônus				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração (R$/Unidade):	n/a	n/a	0,00	0,00
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração (R$/Unidade):	n/a	n/a	9.350.164,79	9.350.164,79
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas (R$/Unidade):	n/a	n/a	7.916.766,11	7.916.766,11
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado (R$/Unidade):	n/a	n/a	1.199.933,36	1.199.933,36
e. em relação à participação no resultado				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a

d. Remuneração variável do exercício social encerrado – 2018

	a. Conselho de Administração	a. Conselho Fiscal	a. Diretoria Estatutária	Total
b. nº de membros	7,00	3,25	3,67	13,92
c. nº de membros remunerados	0,00	0,00	3,67	3,67
d. em relação ao bônus				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração (R$/Unidade):	n/a	n/a	0,00	0,00
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração (R$/Unidade):	n/a	n/a	7.613.604,00	7.613.604,00
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas (R$/Unidade):	n/a	n/a	6.895.848,00	6.895.848,00
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado (R$/Unidade):	n/a	n/a	6.055.448,75	6.055.448,75
e. em relação à participação nos resultados				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais

O Programa de Remuneração Variável prevê um incentivo vinculado às estratégias do negócio e ao desempenho individual dos Diretores Estatutários, através de metas pré-estabelecidas e conforme negociações individuais prévias, que são apuradas e, se o caso, convertidas em Incentivo de Longo Prazo (ILP).

Durante o último exercício social, a Companhia reconheceu as parcelas do programa de remuneração variável baseado no preço das ações (phantoms shares), referente ao 4º pagamento de 2015, totalizando a provisão de aproximadamente R$4,7 mil, no período de 2019.

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ter componentes baseados no preço das ações de emissão da Companhia (*phantom shares*). Desde então, o ILP, se aplicável, é apurado com base nas metas atingidas e diferido em 2 anos, através de múltiplos de salário.

No execício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, ano em que este programa foi encerrado.

b. principais objetivos do plano

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de possuir componente baseado no preço das ações, conforme descrito no item 13.4-a.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de possuir componente baseado no preço das ações, conforme descrito no item 13.4-a.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de possuir componente baseado no preço das ações, conforme descrito no item 13.4-a acima.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de possuir componente baseado no preço das ações, conforme descrito no item 13.4-a.

f. número máximo de ações abrangidas

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de possuir componente baseado no preço das ações, conforme descrito no item 13.4-a.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de possuir componente baseado no preço das ações, conforme descrito no item 13.4-a.

h. condições de aquisição de ações

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de possuir componente baseado no preço das ações, conforme descrito no item 13.4-a.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de possuir componente baseado no preço das ações, conforme descrito no item 13.4-a.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de possuir componente baseado em ações, conforme descrito no13.4-a.

k. forma de liquidação

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de possuir componente baseado em ações, conforme descrito no13.4-a.

l. restrições à transferência das ações

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de possuir componente baseado no preço das ações, conforme descrito no item 13.4-a.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de possuir componente baseado no preço das ações, conforme descrito no item 13.4-a.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de possuir componente baseado no preço das ações, conforme descrito no item 13.4-a.

13.5. Remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatuária

Em 2014, o Conselho de Administração aprovou a criação de um Programa de Remuneração Variável que tem como uma de suas vertentes o Incentivo de Longo Prazo (ILP). O efetivo pagamento do ILP não é feito em ações ou opções. Na realidade, a concessão é feita pela conversão das metas em Unidades de Remuneração Variável (URVs). A URV é uma unidade de valor utilizada para a conversão do resultado das metas atingidas pelo Diretor Estatutário no ILP.

Tendo em vista que o Programa de Remuneração Variável, a partir de 2017, não possuir mais componente baseado em ações, as obrigações referentes às URVs ainda não pagas, serão mantidas conforme as regras de pagamento do ILP vigentes à época da concessão.

Abaixo, segue previsão para remuneração baseada em ações prevista para a Diretoria Estatutária. Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à essa remuneração.

a) Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2021)

No execício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

b) Remuneração baseada em ações do exercício social encerrado - 2020

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
b. nº total de membros	5,00	4,00
c. nº de membros remunerados	n/a	0,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das URVs em aberto no início do exercício social	n/a	n/a
(b) Das URVs perdidas durante o exercício social	n/a	n/a
(c) Das URVs exercidas durante o exercício social	n/a	n/a
(d) Das URVs expiradas durante o exercício social	n/a	n/a
Diluição potencial no caso do exercício de todas as URVs outorgadas	n/a	n/a

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
Outorga de *URVs*		
Data de outorga	n/a	n/a
Quantidade de *URVs* outorgadas	n/a	0,00
Prazo para que as *URVs* se tornem exercíveis	n/a	n/a
Prazo máximo para exercício das *URVs*	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das *URVs* na data da outorga	n/a	n/a

Obs: não há URVs a serem outorgadas em 2020

c) Remuneração baseada em ações do exercício social encerrado - 2019

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
b. nº total de membros	6,75	4,00
c. nº de membros remunerados	n/a	1,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das URVs em aberto no início do exercício social	n/a	1,35
(b) Das URVs perdidas durante o exercício social	n/a	1,55
(c) Das URVs exercidas durante o exercício social	n/a	1,55
(d) Das URVs expiradas durante o exercício social	n/a	n/a
Diluição potencial no caso do exercício de todas as *URVs* outorgadas	**n/a**	**n/a**

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
Outorga de *URVs*		
Data de outorga	n/a	mar/19
Quantidade de *URVs* outorgadas	n/a	3.047,02
Prazo para que as *URVs* se tornem exercíveis	n/a	n/a
Prazo máximo para exercício das *URVs*	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das *URVs* na data da outorga	n/a	n/a

d) Remuneração baseada em ações do exercício social encerrado - 2018

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
b. nº total de membros	7,00	3,67
c. nº de membros remunerados	n/a	1,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das URVs em aberto no início do exercício social	n/a	1,73
(b) Das URVs perdidas durante o exercício social	n/a	1,45
(c) Das URVs exercidas durante o exercício social	n/a	1,45
(d) Das URVs expiradas durante o exercício social	n/a	n/a
Diluição potencial no caso do exercício de todas as *URVs* outorgadas	n/a	n/a

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
Outorga de *URVs*		
Data de outorga	n/a	mar/2018
Quantidade de *URVs* outorgadas	n/a	4.345,35
Prazo para que as *URVs* se tornem exercíveis	n/a	n/a
Prazo máximo para exercício das *URVs*	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das *URVs* na data da outorga	n/a	n/a

d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:

Item não aplicável à Companhia.

e. valor justo das opções na data de cada outorga

Item não aplicável à Companhia.

f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Item não aplicável à Companhia.

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não possui plano de opções de compra de ações. Em 2014, o Conselho de Administração aprovou a criação de um Programa de Remuneração Variável que tem como uma de suas vertentes o Incentivo de Longo Prazo (ILP). O efetivo pagamento do ILP não é feito em ações ou opções. Na realidade, a concessão é feita pela conversão das metas em Unidades de Remuneração Variável (URVs). A URV é uma unidade de valor utilizada para a conversão do resultado das metas atingidas pelo Diretor no ILP. Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a essa remuneração.

Tendo em vista que o Programa de Remuneração Variável, a partir de 2017, não possuir mais componente baseado em ações, as obrigações referentes as URVs ainda não pagas, serão mantidas conforme as regras de pagamento do ILP vigentes à época da concessão.

Para maiores informações, vide item 13.5.

a) Remuneração baseada em ações do exercício social 31.12.2020

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
b. Nº total de membros	n/a	4,00
c. Nº de membros remunerados	n/a	0,00
d. *URVs* ainda não exercíveis		
i.Quantidade	n/a	0,00
ii. Data em que se tornarão exercíveis*	n/a	Mar/2021 – 0,00
iii. Prazo máximo para exercício das *URVs*	n/a	n/a
iv. Prazo de restrição à transferência das *ações*	n/a	n/a
v. Preço médio ponderado de exercício	n/a	n/a
vi. Valor justo das *URVs* no último dia do exercício	n/a	n/a
e. em relação às *URVs* exercíveis		
i.Quantidade	n/a	n/a
ii. Prazo máximo para exercício das *URVs*	n/a	n/a
iii. Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
iv. Preço médio ponderado de exercício	n/a	n/a
v. Valor justo das *URVs* no último dia do exercício social	n/a	n/a
vi. Valor justo do total das *URVs* no último dia do exercício social	n/a	n/a

b) Remuneração baseada em ações do exercício social 31.12.2019

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
b. Nº total de membros	n/a	4,00
c. Nº de membros remunerados	n/a	1,00
d. *URVs* ainda não exercíveis		
i.Quantidade	n/a	3.047,02
ii. Data em que se tornarão exercíveis*	n/a	Mar/2020 – 3.047,02
iii. Prazo máximo para exercício das *URVs*	n/a	n/a
iv. Prazo de restrição à transferência das *ações*	n/a	n/a
v. Preço médio ponderado de exercício	n/a	1,55
vi. Valor justo das *URVs* no último dia do exercício	n/a	n/a
e. em relação às *URVs* exercíveis		
i.Quantidade	n/a	n/a
ii. Prazo máximo para exercício das *URVs*	n/a	n/a
iii. Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
iv. Preço médio ponderado de exercício	n/a	n/a
v. Valor justo das *URVs* no último dia do exercício social	n/a	n/a
vi. Valor justo do total das *URVs* no último dia do exercício social	n/a	n/a

Nota: A depender de cláusulas constantes no contrato do Diretor Estatutário, as URVs poderão ser exercidas antes do prazo ou canceladas.

c) Remuneração baseada em ações do exercício social 31.12.2018

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
b. Nº total de membros	n/a	3,67
c. Nº de membros remunerados	n/a	1,00
d. *URVs* ainda não exercíveis		
i.Quantidade	n/a	7.392,37
ii. Data em que se tornarão exercíveis*	n/a	Mar/2019–4.345,35 Mar/2020–3.047,02
iii. Prazo máximo para exercício das *URVs*	n/a	n/a
iv. Prazo de restrição à transferência das *ações*	n/a	n/a
v. Preço médio ponderado de exercício	n/a	1,35
vi. Valor justo das *URVs* no último dia do exercício	n/a	n/a
e. em relação às *URVs* exercíveis		
i.Quantidade	n/a	n/a
ii. Prazo máximo para exercício das *URVs*	n/a	n/a
iii. Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
iv. Preço médio ponderado de exercício	n/a	n/a
v. Valor justo das *URVs* no último dia do exercício social	n/a	n/a
vi. Valor justo do total das *URVs* no último dia do exercício social	n/a	n/a

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não possui plano de opções de compra de ações. Em 2014, o Conselho de Administração aprovou a criação de um Programa de Remuneração Variável que tem como uma de suas vertentes o Incentivo de Longo Prazo (ILP). O efetivo pagamento do ILP não é feito em ações ou opções. Na realidade, a concessão é feita pela conversão das metas em Unidades de Remuneração Variável (URVs). A URV é uma unidade de valor utilizada para a conversão do resultado das metas atingidas pelo Diretor Estatutário no ILP. Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a essa remuneração.

Tendo em vista que o Programa de Remuneração Variável, a partir de 2017, não possuir mais componente baseado em ações, as obrigações referentes às URVs ainda não pagas à época, foram mantidas conforme as regras de pagamento do ILP vigentes à época da concessão.

Para maiores informações, vide item 13.5.

a) Exercício social 31.12.2020

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
b. Nº de membros	**5,00**	**4,00**
c. Nº de membros remunerados	**n/a**	**0,00**
d. em relação às *URVs* exercidas		
i. Número de *URVs*	n/a	n/a
ii. Preço médio ponderado de exercício	n/a	n/a
iii. Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às *URVs*	n/a	n/a
e. em relação às *URVs* entregues		
i. Número de *URVs*	n/a	0,00
ii. Preço médio ponderado de aquisição	n/a	0
iii. Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	n/a	n/a

b) Exercício social 31.12.2019

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
b. Nº de membros	**7,00**	**4,00**
c. Nº de membros remunerados	**n/a**	**1,00**
d. em relação às *URVs* exercidas		
i. Número de *URVs*	n/a	n/a
ii. Preço médio ponderado de exercício	n/a	n/a
iii. Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às *URVs*	n/a	n/a
e. em relação às *URVs* entregues		
i. Número de *URVs*	n/a	3.047,02
ii. Preço médio ponderado de aquisição	n/a	0
iii. Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	n/a	n/a

c) Exercício social 31.12.2018

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
b. Nº de membros	**7,00**	**3,67**
c. Nº de membros remunerados	**n/a**	**1,00**
d. em relação às *URVs* exercidas		
i. Número de *URVs*	n/a	n/a
ii. Preço médio ponderado de exercício	n/a	n/a
iii. Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às *URVs*	n/a	n/a
e. em relação às *URVs* entregues		
i. Número de *URVs*	n/a	4.345,35
ii. Preço médio ponderado de aquisição	n/a	0
iii. Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	n/a	n/a

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

Valor médio da ação da Paranapanema (PMAM3) de janeiro a dezembro do ano anterior ao pagamento.

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de possuir componente baseado em ações, conforme descrito no item 13.4-a.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O efetivo pagamento não é feito em ações ou opções. Na realidade, a concessão era feita pela conversão das metas em Unidades de Remuneração Variável (URVs). A URV é uma unidade de valor utilizada para a conversão do resultado das metas atingidas no Incentivo de Longo Prazo (ILP).

A apuração para concessão e pagamento era realizada em URVs, a qual tinha por base o valor médio da ação da Companhia (PMAM3) do ano anterior à concessão e do pagamento.

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de possuir componente baseado em ações, conforme descrito no item 13.4-a.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O Incentivo de Longo Prazo (ILP) utilizava um conceito de *phantom shares*, de forma que, ao final de cada exercício, as metas atingidas no período de janeiro a dezembro eram convertidas em Unidades de Remuneração Variável (URVs), baseado no desempenho, variação e valor das ações da Paranapanema (PMAM3).

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado em ações, conforme descrito no item 13.4-a.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

A apuração para concessão e pagamento era realizada em Unidades de Remuneração Variável (URVs), a qual tinha por base o valor médio da ação da Companhia (PMAM3) do ano anterior à concessão e do pagamento.

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de possuir componente baseado em ações, conforme descrito no item 13.4-a.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

As participações em ações, quotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por nossos administradores, direta ou indiretamente, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social estão indicadas na abaixo:

Órgão	Valores Mobiliários emitidos pela Companhia e Controladas	%
Conselho de Administração	0	0,0%
Conselho Fiscal	0	0,0%
Diretoria Estatutária	0	0,0%
Total	0	0,0%

13.10. - Informações Sobre Planos de Previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Órgão Valores Anuais – Realizado 2020	a.Conselho de Administração	a. Conselho Fiscal	a. Diretoria Estatutária
b. Número de Membros	5,08	2,58	4,00
c.NúmerodeMembrosRemunerados	0,00	0,00	4,00
d. Nome do Plano	n/a	n/a	BrasilPrev PMA Prev
e. Quantidade de Administradores que reúnemascondiçõesparase	n/a	n/a	0,00

f. Condições para se aposentar antecipadamente	n/a	n/a	60 anos de idade + 10 anos de contribuição + perda de vínculo com a empresa ou ser aposentado pela Previdência Social + perda de vínculo com a empresa
g. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	n/a	n/a	214.502,31
h. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	n/a	n/a	82.326,21
i. Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	n/a	n/a	Sim, a qualquer momento, de 60 em 60 dias, porém há a perda proporcional da contribuição realizada pela Companhia

13.11. Remuneração Individual Máxima, Mínima e Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	4,00	4,00	3,67	5,08	6,75	7,00	2,58	2,67	3,25
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	3,67	5,00	6,75	6,00	2,58	2,67	3,25
Valor da maior remuneração(Reais)	2.142.514,98	1.241.814,70	7.489.627,78	427.558,50	468.310,80	470.084,40	185.112,00	185.112,00	178.977,60
Valor da menor remuneração(Reais)	965.117,71	1.116.844,56	1.269.577,40	427.558,50	468.310,80	416.197,20	185.112,00	185.112,00	178.977,60
Valor médio da remuneração(Reais)	1.419.838,77	1.611.290,18	3.191.094,13	464.097,30	408.055,25	370.190,03	187.543,49	179.006,52	176.530,04

Observação

	Diretoria Estatutária
31/12/2020	1 - Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2020. 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do ítem 13.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios + encargos) dividido pelo número total de membros.
31/12/2019	1- Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2019. 2- Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do ítem 13.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios + encargos) dividido pelo número total de membros.
31/12/2018	1 - Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2018. 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do ítem 13.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios + encargos) dividido pelo número total de membros.
	Conselho de Administração
31/12/2020	1- Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2020. 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do ítem 13.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios + encargos) dividido pelo número total de membros.
31/12/2019	1- Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2019. 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do ítem 13.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios + encargos) dividido pelo número total de membros.
31/12/2018	1- Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2018. 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do ítem 13.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios + encargos) dividido pelo número total de membros.
	Conselho Fiscal
31/12/2020	1- Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2020. 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do ítem 13.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios + encargos) dividido pelo número total de membros.
31/12/2019	1- Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2019. 2- Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do ítem 13.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios + encargos) dividido pelo número total de membros.
31/12/2018	1 - Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2018. 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do ítem 13.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios + encargos) dividido pelo número total de membros.

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há, previsto em contrato, mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria. Por liberalidade a Companhia poderá conceder aos Diretores, por um período de 6 (seis) meses, a assistência médica e odontológica, bem como realizar o pagamento do Incentivo de Curto Prazo (ICP) e do Incentivo de Longo Prazo (ILP), condicionado a cláusulas contratuais.

O atual valor do prêmio de seguro D&O é de R$92.132,04 (noventa e dois mil, cento e trinta e dois reais e quatro centavos).

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não aplicável, pois a Companhia não possui acionista controlador.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Os membros do Conselho de Administração, Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia não recebem, e não receberam, nos últimos três exercícios sociais, remuneração da Companhia, além da referente à função que ocupam.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Os membros do Conselho de Administração, Diretoria e do Conselho Fiscal não recebem, e não receberam, nos últimos três exercícios sociais, remuneração de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

A Companhia não possui acionista controlador.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Nos termos do Ofício-Circular/CVM/SEP nº. 01/2021, a remuneração global proposta para 2021 não engloba os encargos sociais que sejam ônus do empregador. Para o ano de 2021, estima-se que o valor total dos encargos sociais de ônus do empregador, considerando a remuneração global proposta para 2021, é de R$1.737.145,00 (um milhão, setecentos e trinta e sete mil e cento e quarenta e cinco reais), sendo R$97.603,00 (noventa e sete mil e seiscentos e três reais) referente à remuneração fixa do Conselho Fiscal, R$406.106,00 (quatrocentos e seis mil e cento e seis reais) referente à remuneração fixa do Conselho de Administração, R$631.860,00 (seiscentos e trinta e um mil e oitocentos e sessenta reais) referente à remuneração fixa da Diretoria Estatutária e R$ 601.576 (seiscentos e um mil e quinhentos e setenta e seis reais) referente à remuneração variável da Diretoria Estatutária.

ANEXO IV
Estatuto Social Consolidado

Estatuto Social - Paranapanema S.A.

Capítulo I
Denominação, sede, objeto e duração

Artigo 1º - A sociedade denomina-se PARANAPANEMA S.A. ("Companhia") e é regida pelo presente estatuto social ("Estatuto Social"), bem como pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Único - Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado, da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3.

Artigo 2º - A Companhia tem sede social e foro na Cidade de Dias D'Ávila, Estado da Bahia, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, estabelecer o endereço de sua sede social.

Parágrafo Único - A Companhia poderá instalar, manter e fechar filiais e quaisquer outros estabelecimentos de seu interesse no País, ou no exterior, bem como, quando conveniente, nomear representantes no exterior.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto: (i) atividades industriais na área da metalurgia, abrangendo produtos ferrosos e não ferrosos, consistentes em laminados, extrudados, fundidos, manufaturados e semi-manufaturados, peças e componentes industriais; (ii) pesquisa e lavra de minerais em geral, inclusive a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural; (iii) comercialização, importação e exportação, transformação e beneficiamento de minérios, subprodutos e derivados deles resultantes, e todas as demais atividades ligadas à indústria de mineração; (iv) atividades industriais correlatas ao aproveitamento de materiais de origem minerária, ou produtos acabados da metalurgia; (v) atividades de construção civil em geral, inclusive a exploração de serviços públicos; (vi) a compra e venda e a fabricação, a importação e a exportação de produtos acabados, máquinas e equipamentos e outros bens de consumo e de produção relacionados com as atividades acima enumeradas; (vii) prestação de serviços de assessoria e outros serviços correlacionados às atividades acima enumeradas.

Parágrafo Único – A Companhia poderá participar, a qualquer título, de outras sociedades ou empreendimentos, no Brasil ou no exterior, inclusive como controladora ou coligada, podendo constituir subsidiárias integrais, bem como, se conveniente for, formar grupo de sociedades.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

Capítulo II
Capital Social e Ações

Artigo 5º - O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$2.069.566.247,56 (dois bilhões, sessenta e nove milhões, quinhentos e sessenta e seis mil e duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), dividido em 43.403.849 (quarenta e três milhões, quatrocentas e três mil e oitocentas e quarenta e nove) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – O sistema de ações escriturais da Companhia é regulado pelo disposto nos Artigos 34 e 35 e demais normas aplicáveis constantes das Seções VI e VII, do Capítulo III, da Lei n. 6.404/76, sendo que a

designação, mudança ou manutenção da instituição financeira depositária é de exclusivo critério da Diretoria.

Parágrafo Segundo – A Companhia pode adquirir suas próprias ações, a critério do Conselho de Administração, na forma da legislação vigente.

Parágrafo Terceiro – A venda de ações em tesouraria depende de deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo Quarto – A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social independentemente de decisão de assembleia, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, no limite de até R$3.500.000.000,00 (três bilhões e quinhentos milhões de reais), cabendo também ao Conselho de Administração a fixação das condições de emissão e colocação dos títulos emitidos, dentre as hipóteses permitidas em lei.

Parágrafo Quinto - Quando o aumento do capital da Companhia for feito dentro do limite do capital autorizado estabelecido no parágrafo anterior e deliberado pelo Conselho de Administração, este poderá estabelecer, a seu critério, um prazo para o exercício do direito de preferência inferior ao previsto no Artigo 8º infra ou a exclusão desse direito, nos termos do Artigo 172, da Lei 6.404/76.

Parágrafo Sexto - Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com os planos aprovados pela Assembleia Geral, a Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de suas sociedades controladas ou coligadas, direta ou indiretamente.

Parágrafo Sétimo - É vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações preferenciais pela Companhia.

Parágrafo Oitavo - Nenhuma transferência de ações terá validade ou eficácia perante a Companhia ou quaisquer terceiros, nem será reconhecida nos livros de registro e de transferência de ações nominativas, se levada a efeito em violação ao Regulamento do Novo Mercado, caso aplicável.

Artigo 6º - A cada ação ordinária é atribuído um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Artigo 7º - O pagamento de dividendos ou bonificações em dinheiro aprovados pela Assembleia Geral, e a distribuição de ações provenientes do aumento de capital serão efetuados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data de Assembleia Geral que deliberar a respeito.

Artigo 8º - Ao acionista é assegurado, pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da deliberação da Assembleia Geral, o direito de preferência para subscrição de novas ações ordinárias emitidas, na proporção de suas ações de mesma espécie, exceto nas hipóteses do Parágrafo Quinto do Artigo 5º.

Artigo 9º - Aos acionistas que vierem a ser dissidentes de deliberação assemblear, na forma das hipóteses previstas no Artigo 137 da Lei nº 6.404/76, poderá ser pago o valor das suas ações determinado com base no valor econômico da Companhia, apurado com base no fluxo de caixa descontado às taxas de mercado, determinado por peritos ou empresa especializada, observado o procedimento do Artigo 45 da Lei nº 6.404/76.

Capítulo III
Administração

Seção I
Disposições Gerais

Artigo 10 – São órgãos da administração da Companhia o Conselho de Administração e a Diretoria.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral fixará a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, inclusive benefícios de qualquer natureza e verba de representação, cabendo ao Conselho de Administração distribuir a remuneração aprovada pela Assembleia Geral dentre os administradores da Companhia, tendo em conta as suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Parágrafo Segundo – A posse dos Conselheiros e dos Diretores fica condicionada à assinatura de Termo de Posse, que deverá contemplar sua sujeição a cláusula compromissória referida no artigo 29 deste Estatuto Social.

Parágrafo Terceiro - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, excetuada a hipótese de vacância, sendo que, nesse caso, a Companhia deve (i) divulgar a acumulação de cargos em decorrência da vacância até o dia útil seguinte ao da ocorrência; (ii) divulgar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da vacância, as providências tomadas para cessar a acumulação dos cargos; e (iii) cessar a acumulação no prazo de 1 (um) ano.

Artigo 11 - É facultado aos acionistas requerer o processo de voto múltiplo na forma e em proporções estabelecidas nas normas pertinentes.

Seção II
Conselho de Administração

Artigo 12 - O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros titulares e seus respectivos suplentes, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração, findo o prazo de gestão, permanecerão no exercício dos respectivos cargos, até a eleição e posse dos novos Conselheiros, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo - Dentre os membros eleitos para o Conselho de Administração, no mínimo 20% deverão ser Conselheiros Independentes, devendo-se expressamente declarar esta condição na ata da Assembleia Geral que os eleger.

Parágrafo Terceiro - Conselheiro Independente caracteriza-se por: (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado à sociedade ou à entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja

oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de eventual participação no capital estão excluídos desta restrição).

Parágrafo Quarto - Quando a aplicação do percentual definido no Parágrafo Segundo acima resultar em número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior se a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, se a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

Parágrafo Quinto - Serão também considerados conselheiros independentes aqueles eleitos mediante a faculdade prevista no Artigo 141, Parágrafos 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Sexto - Os membros do Conselho de Administração devem ter reputação ilibada e não poderá ser eleito para o Conselho de Administração, salvo dispensa da Assembleia, aquele que:

(a) ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia;
(b) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia; e,
(c) ocupar cargo na Diretoria da Companhia.

Parágrafo Sétimo - As reuniões do Conselho de Administração realizar-se-ão ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, quando convocadas por seu Presidente ou por qualquer dos seus membros em caso de necessidade. O Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, poderá deixar de realizar 01 (uma) reunião ordinária no ano civil. As convocações para as reuniões serão feitas por escrito com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, por meio de carta, telegrama, fax, e-mail ou qualquer forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário, devendo conter a ordem do dia e ser acompanhada de documentação relativa à ordem do dia, sendo dispensada a convocação caso a totalidade dos membros do Conselho de Administração esteja presente à reunião.

Parágrafo Oitavo - As reuniões do Conselho de Administração somente serão instaladas com o comparecimento da maioria de seus membros e serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração, que escolherá alguém para as secretariar. As reuniões do Conselho poderão ser realizadas, excepcionalmente, por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação no qual haja prova inequívoca da manifestação de voto.

Parágrafo Nono - As deliberações serão tomadas, sempre, pela maioria dos Conselheiros presentes. Nas reuniões do Conselho de Administração são admitidos o voto escrito antecipado e o voto proferido por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os membros que assim votarem.

Parágrafo Décimo - O membro suplente não assumirá automaticamente o cargo em caso de vacância do titular. No caso de vacância de membro titular do Conselho de Administração, ainda que haja o respectivo suplente, o substituto poderá ser nomeado pelos Conselheiros remanescentes para servir: (i) se for o suplente, até o fim do seu respectivo mandato; (ii) se não for o suplente, até a primeira Assembleia Geral que se seguir. O disposto no Parágrafo Segundo deste Artigo será respeitado em qualquer hipótese. No caso de vacância de membro suplente do Conselho de Administração, ainda que haja o respectivo titular, o substituto poderá ser nomeado pelos Conselheiros, para servir até a primeira Assembleia Geral que se seguir.

Parágrafo Décimo Primeiro - Das reuniões do Conselho de Administração, serão lavradas atas, em livro próprio, assinadas por todos os presentes.

Parágrafo Décimo Segundo - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão escolhidos pela maioria de votos dos conselheiros presentes, na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros ou após a renúncia ou vacância de tais cargos, conforme for o caso.

Parágrafo Décimo Terceiro - Compete ao Presidente do Conselho de Administração e, nas suas ausências, ou nos casos de impedimentos ou vacância, ao Vice-Presidente: (a) representar o Conselho de Administração; (b) instalar e presidir as Assembleias Gerais e as reuniões do Conselho de Administração; e (c) proferir, além do voto próprio, o de qualidade, nos casos de empate.

Parágrafo Décimo Quarto - Na ausência do Presidente e do Vice-Presidente, os conselheiros presentes escolherão dentre eles o que presidirá a reunião de Conselho de Administração.

Parágrafo Décimo Quinto - Qualquer membro do Conselho de Administração poderá se fazer representar por escrito, na ausência de seu suplente, por outro conselheiro por ele nomeado para representá-lo na respectiva reunião do Conselho de Administração, hipótese em que caberá ao indicado, além de seu voto próprio, proferir a manifestação de voto do conselheiro ausente.

Artigo 13 - Compete ao Conselho de Administração:

(a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, estabelecendo seus objetivos estratégicos e os das suas controladas e orientar a Diretoria quanto à formulação de objetivos de médio e longo prazos;
(b) aprovar os planos apresentados e os investimentos necessários à sua execução;
(c) aprovar os orçamentos anuais de investimento e das operações;
(d) eleger e destituir os Diretores da Companhia, fixando-lhes suas atribuições, que podem ser alteradas, livremente, pelo Conselho de Administração, observando o que, a respeito, dispuser o Estatuto Social;
(e) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em vias de celebração ou quaisquer outros atos;
(f) convocar a Assembleia quando julgar conveniente e, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, a Assembleia Geral Ordinária;
(g) manifestar-se sobre o Relatório da Administração e sobre as Contas da Diretoria;
(h) escolher ou destituir auditores independentes e convocar os auditores independentes para prestar esclarecimentos que entender necessários sobre a Companhia;
(i) deliberar, condicionando a eficácia da decisão à aprovação da Assembleia Geral, sobre o pagamento de dividendos com base em balanço anual ou intermediário;
(j) aumentar o capital social, mediante emissão de ações ou de bônus de subscrição, até o limite do Artigo 5º, Parágrafo Quarto deste Estatuto Social, estabelecendo as condições da emissão e colocação dos referidos títulos;
(k) decidir sobre aquisição de participação em outras empresas, como acionistas ou quotistas, grupos de sociedades e consórcios de qualquer natureza, e, bem assim, a alienação total ou parcial dessas participações;
(l) deliberar sobre a constituição, extinção, fusão, incorporação ou cisão de sociedades controladas e alteração nos seus contratos sociais ou estatutos;
(m) autorizar a celebração de contratos de qualquer espécie, inclusive contratos entre a Companhia e seus clientes, fornecedores e prestadores de serviços, bem como a aquisição e alienação de bens imóveis integrantes do ativo permanente, a contratação de empréstimos e a prestação de garantias e ônus reais, quando o valor respectivo ultrapassar montante que o Conselho de Administração previamente definir;

(n) autorizar o pagamento de juros sobre capital próprio;

(o) autorizar a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;

(p) autorizar a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam "bonds", "notes", "commercial papers", e outros, de uso comum no mercado de capitais, deliberando ainda sobre as suas condições de emissão e resgate;

(q) autorizar a celebração ou modificação de quaisquer transações com partes relacionadas, verbais ou escritas, pela Companhia, levando-se em consideração as instruções da Comissão de Valores Mobiliários e legislação em vigor, conforme alterados, quando o respectivo valor ultrapassar montante que o Conselho de Administração previamente definir

(r) autorizar a abertura e encerramento de filiais, escritórios e de quaisquer outras dependências ou estabelecimentos em qualquer ponto do território nacional ou do exterior, bem como a nomeação de representantes no exterior;

(s) determinar que a Diretoria da Companhia requeira a realização de inspeção, auditoria ou tomada de contas nas subsidiárias, controladas ou coligadas da Sociedade;

(t) deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, ou sobre o lançamento de opções de venda e compra referenciadas em ações de emissão da Companhia, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação.

(u) elaborar e divulgar parecer fundamentado sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Seção III
Diretoria

Artigo 14 - A Diretoria, eleita pelo Conselho de Administração, é composta de 2 (dois) a 9 (nove) membros, residentes e domiciliados no País, acionistas ou não, com mandato coincidente com o dos membros do Conselho de Administração, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os Diretores substituir-se-ão entre si, conforme determinação do Diretor Presidente, no caso de ausência temporária.

Parágrafo Segundo - Os Diretores da Companhia poderão exercer suas funções, cumulativamente ou não~~,~~ com o exercício de cargos de alta administração em empresas controladas e coligadas da Companhia.

Artigo 15 - A Diretoria reunir-se-á preferencialmente uma vez por mês ou quando convocada pelo Diretor Presidente, e as deliberações deste órgão serão tomadas por maioria dos presentes, do que serão lavradas atas em livro próprio, assinadas por todos os presentes.

Artigo 16 - A Diretoria tem as atribuições e poderes que lhe forem outorgados por lei e pelo presente Estatuto Social para assegurar a execução fiel e eficiente dos fins da Companhia.

Artigo 17 - Além das atribuições que lhe são estabelecidas por este Estatuto Social, compete especialmente à Diretoria:

(a) representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;

(b) contrair obrigações de um modo geral, celebrar contratos de qualquer espécie, inclusive contratos entre a Companhia e seus clientes, fornecedores e prestadores de serviços, decidir sobre demandas, transações e acordos, contrair empréstimos de qualquer natureza, bem como prestar garantias, tais como, avais e fianças e constituir ônus reais no interesse da própria Companhia ou das suas empresas controladas e coligadas, observando o Artigo 13, “m”, do presente Estatuto Social;

(c) adquirir, alienar, permutar, prometer vender ou comprar, ou, por qualquer forma, onerar, direitos ou bens, móveis e imóveis, observando o disposto no Artigo 13, "m" acima, transmitindo ou recebendo a posse, domínio, direitos e ações e responder por evicção;

(d) contratar profissionais habilitados que exerçam, com autonomia, as funções técnicas atinentes às atividades da Companhia;

(e) constituir procuradores para quaisquer fins e destituí-los;

(f) elaborar Relatório Anual a ser submetido à Assembleia Geral, após prévia aprovação pelo Conselho de Administração;

(g) observar e fazer cumprir as próprias deliberações, bem como as do Conselho de Administração e as disposições do presente Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro - A Companhia será validamente representada em todo e qualquer documento que implique em responsabilidade, inclusive abertura e movimentação de contas bancárias, (a) por dois Diretores, (b) por um Diretor e um procurador que tenha poderes expressos e específicos para tanto ou (c) por dois procuradores constituídos na forma do parágrafo segundo deste artigo.

Parágrafo Segundo - Todos os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão assinados necessariamente por dois diretores e, exceto os restritos à cláusula ad judicia, para o foro em geral, serão por tempo determinado, que não poderá exceder a um ano, e os respectivos instrumentos consignarão, sempre, os limites de atuação e representação dos procuradores.

Parágrafo Terceiro - Não produzirão efeitos em relação à Companhia os atos praticados em conjunto ou isoladamente por quaisquer diretores ou procuradores que envolvam ou digam respeito a operações ou negócios estranhos ao objeto social e aos interesses sociais, tais como fianças, avais, endossos e qualquer garantia em favor de terceiros que não sociedades controladas.

Artigo 18 - Além de outras atribuições previstas neste Estatuto Social, compete especificamente ao Diretor Presidente presidir as reuniões de Diretoria, quando a elas presente, determinar as políticas da Companhia, em consonância com as determinações do Conselho de Administração, orientar os demais Diretores na condução dos negócios sociais e dinamizar a administração da Companhia, promovendo o desenvolvimento de suas atividades e coordenando as atividades dos seus Diretores, e, bem assim, representar a Companhia perante suas Controladas, inclusive no que tange à eleição de seus administradores.

Capítulo IV
Conselho Fiscal

Artigo 19 - A Companhia terá um Conselho Fiscal, que funcionará em caráter permanente, na forma da lei.

Artigo 20 - O Conselho Fiscal será composto de até cinco membros, efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos em Assembleia Geral, que fixará a respectiva remuneração, encerrando-se, sempre, os mandatos na Assembleia Geral Ordinária seguinte à posse, podendo haver reeleição.

Parágrafo Primeiro – A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deverá contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 29 deste Estatuto Social

Parágrafo Segundo - O Conselho Fiscal tem as atribuições, deveres e obrigações previstos na Lei nº 6.404/76.

Capítulo V
Assembleia Geral

Artigo 21 - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, no curso dos quatro meses imediatamente subsequentes ao término do exercício social e, extraordinariamente, quando os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - Somente serão admitidos nas Assembleias Gerais os acionistas que satisfizerem as condições de qualificação e representação exigidas pela Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Segundo - As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência destes, por quaisquer dos demais conselheiros, e será designado, dentre os presentes aos trabalhos, um secretário para a sessão.

Parágrafo Terceiro - É permitida a representação na Assembleia Geral de acionistas por procuradores, na forma da lei, com o respectivo instrumento de mandato arquivado na sede social da Companhia.

Parágrafo Quarto - Além das matérias que são de sua competência, previstas em lei e no presente Estatuto Social, competirá também à Assembleia Geral aprovar:

(a) o cancelamento do registro de Companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários; e,
(b) a saída da Companhia do Novo Mercado.

Artigo 22 - Ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Estatuto Social, as deliberações das Assembleias Gerais serão tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

Capítulo VI
Exercício Social e Demonstrações Financeiras

Artigo 23 - O exercício social coincide com o ano civil.

Artigo 24 - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras, obedecendo às disposições legais aplicáveis e ao Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Único - A critério do Conselho de Administração, poderão ser levantados, obedecendo às disposições legais aplicáveis e ao Regulamento do Novo Mercado, balanços trimestrais ou semestrais, dentro do exercício social, e distribuídos aos acionistas dividendos e bonificações respectivas.

Artigo 25 - A Assembleia Geral resolverá sobre o destino do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, o qual, por proposta da administração, poderá ser total ou parcialmente atribuído como: (i) dividendo suplementar aos acionistas; (ii) parcela de 10% (dez por cento) destinada à constituição de uma reserva para expansão das atividades sociais e reforço de capital de giro, que, quando existente, terá seu saldo limitado a 30% (trinta por cento) do valor do capital social; e (iii) saldo que se transfere para o exercício seguinte como retenção de lucros, quando devidamente justificado pelos administradores, para financiar plano de investimento previsto em orçamento de capital.

Artigo 26 - A Companhia pagará a seus acionistas, respeitados os impedimentos legais, dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual do exercício, ajustado de acordo com o Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Único - O dividendo previsto neste Artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da Administração informarem à Assembleia Geral ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

Artigo 27 - Os dividendos serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data em que forem declarados pela Assembleia Geral.

Capítulo VII
Da Alienação de Controle

Artigo 28 - A alienação, direta ou indireta, de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação, na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Capítulo VIII
Do Juízo Arbitral

Artigo 29 - A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial decorrentes das disposições contidas na Lei nº. 6.385/76, na Lei nº . 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Capítulo IX
Da Liquidação, Dissolução e Extinção

Artigo 30 - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral deliberar sobre seu processamento, elegendo os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal, se for requerido, que funcionará durante a liquidação, fixando-lhes as respectivas remunerações.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração nomeará o liquidante e a assembleia geral determinará o modo de liquidação e elegerá o conselho fiscal.

Capítulo X
Disposições Finais

Artigo 31- A Companhia poderá emitir debêntures, na forma da lei.

Artigo 32 - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei nº. 6.404/76 e o Regulamento do Novo Mercado.

****

ANEXO V
Pareceres do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria

PARANAPANEMA S.A.
CNPJ 60.398.369/0004-79
NIRE 29.300.030.155

COMPANHIA ABERTA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Paranapanema S.A., no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Com base nos exames efetuados e tendo em vista o Relatório dos Auditores Independentes relativo às Demonstrações Financeiras acima referidas, elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sem ressalvas, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral.

Santo André (SP), 04 de março de 2021.

Silvio Roberto Vieira Almeida
Presidente do Conselho Fiscal

Marcelo Adilson Tavarone Torresi

Gryecos Attom Valente Loureiro

PARANAPANEMA S.A.
CNPJ 60.398.369/0004-79
NIRE 29.300.030.155

COMPANHIA ABERTA

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da Paranapanema S.A. ("Companhia"), órgão assessor não estatutário do Conselho de Administração, no exercício de suas atividades de revisão, monitoramento e avaliação dos controles internos e relatórios financeiros da Companhia, em especial às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhamento da efetividade da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e da auditoria interna, durante o exercício social referido, considerando o disposto no artigo 9º, § único, III, da Instrução CVM nº. 481/2009, emite o seguinte parecer:

Considerando os trabalhos conduzidos pelo Comitê de Auditoria para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, as reuniões realizadas com a presença de diversos membros da Diretoria Executiva, auditoria interna e auditores independentes, tudo consubstanciado no exame de documentos e nas respectivas atas produzidas, os quais ficam arquivados na sede da Companhia, além da análise das informações divulgadas ao Conselho de Administração e aos acionistas, bem como no exame do Relatório de Administração, acompanhado das Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, suportado pelo relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, não tendo constatado nenhuma ocorrência capaz de comprometer a qualidade e a integridade das informações a serem divulgadas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação e a publicação das Demonstrações Financeiras do exercício social de 2020.

Santo André (SP), 01 de março de 2021.

Miguel Cícero Terra Lima

Jair Luis Mahl

Jerônimo Antunes

ANEXO VI
MODELO DE PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

[ACIONISTA], [QUALIFICAÇÃO] ("Outorgante")**,** nomeia e constitui como seu procurador [NOME], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], com RG n° [•], inscrito no CPF/MF sob o n° [•], residente e domiciliado na cidade de [•], Estado de [•], na Rua [•], [NÚMERO], para **individualmente** representar o Outorgante, na qualidade de acionista da **PARANAPANEMA S.A.,** ("Companhia"), nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Companhia, a serem realizadas no dia 07 de abril de 2021, às 13 horas, exclusivamente de modo digital por meio da plataforma digital Zoom ("AGOE"), podendo examinar, discutir e votar em nome do Outorgante, em conformidade com as orientações estabelecidas abaixo, acerca da seguinte matéria constante da Ordem do Dia:

ORDEM DO DIA, EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

(i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

A favor ( )	**Contra ( )**	**Abstenção ( )**

Justificativa de voto:

(ii) Definir o número de membros a compor o Conselho Fiscal da Companhia e eleição de seus membros.

- Definição do número de membros a compor o Conselho Fiscal da Companhia:

3 (três) membros ( )	**4 (quatro) membros ( )**	**5 (cinco) membros ( )**	**Abstenção ( )**

Justificativa de voto:

- Eleição dos membros do Conselho Fiscal:
(As três colunas abaixo devem ser preenchidas. Caso as colunas não sejam preenchidas de forma que não seja possível computar os votos aos candidatos por falta de informação ou caso a informação não esteja clara, os votos correspondentes não serão computados)

Se o Conselho Fiscal for formado por 3 (três) membros, marcar com um "x" até em 3 membros abaixo:	Se o Conselho Fiscal for formado por 4 (quatro) membros, marcar com um "x" em até 4 membros abaixo:	Se o Conselho Fiscal for formado por 5 (cinco) membros, marcar com um "x" em até 5 membros abaixo:
1. ( ) Titular: Marcelo Adilson Tavarone Torresi **Suplente:** Marcos Reinaldo Severino Peters	**1. ( ) Titular:** Marcelo Adilson Tavarone Torresi **Suplente:** Marcos Reinaldo Severino Peters	**1. ( ) Titular:** Marcelo Adilson Tavarone Torresi **Suplente:** Marcos Reinaldo Severino Peters
2. ( ) Titular: **Suplente:**	**2. ( ) Titular:** **Suplente:**	**2. ( ) Titular:** **Suplente:**
3. ( ) Titular: **Suplente:**	**3. ( ) Titular**: **Suplente:**	**3. ( ) Titular**: **Suplente:**

4. ( ) Titular: **Suplente:** **5. ( ) Titular**: **Suplente:**	**4. ( ) Titular**: **Suplente:** **5. ( ) Titular**: **Suplente:**	**4. ( ) Titular**: **Suplente:** **5. ( ) Titular**: **Suplente:**
Abstenção ( )		
Justificativa de voto:		
(iii) Fixar a remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2021.		
A favor ( )	**Contra ( )**	**Abstenção ( )**
Justificativa de voto:		
<u>ORDEM DO DIA, EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA</u>:		
(i) Deliberar sobre a ratificação da nomeação dos membros do Conselho de Administração nomeados pelo Conselho de Administração da Companhia, em atenção ao disposto no Artigo 12, §10° do Estatuto Social da Companhia.		
Titular: Antônio Carlos Paiva Futuro **A favor ( )** **Contra ( )** **Abstenção ( )**	Titular: Miguel Cícero Terra Lima **A favor ( )** **Contra ( )** **Abstenção ( )**	
Justificativa de voto:		
(iv) Deliberar sobre a proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia para refletir os aumentos de capital social aprovados pelo Conselho de Administração nas reuniões realizadas em 27/06/2019, 29/08/2019 e 04/09/2019, bem como sua consolidação.		
A favor ( )	**Contra ( )**	**Abstenção ( )**
Justificativa de voto:		
[CIDADE], [DIA] de [MÊS] de 2021.		
_____ **[ACIONISTA]**		